


ANAIS DO XI ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

LITERATURA E LUSOFONIA

2023

LÍNGUA
PORTUGUESA,
EXPRESSÃO
DE LIBERDADE, DEMOCRACIA
E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL






ANAIIS DO XI ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

LITERATURA E LUSOFONIA

2023

LÍNGUA PORTUGUESA,

EXPRESSÃO
DE LIBERDADE, DEMOCRACIA
E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL





AMADÚ DAFÉ
ANDRÉ BAZZONI BUENO
DOMÍCIO PROENÇA FILHO
FELISBERTO VIEIRA
JACQUES ARLINDO DOS SANTOS
JOÃO NEVES
JOSÉ ANTÓNIO MENDES DOS REIS
JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA
JOSÉ PIRES LARANJEIRA
LEONEL BARBOSA
ODAIR BARROS-VARELA
OLINDA BEJA
PEDRO CASTELEIRO
SHEILA KHAN
VERA DUARTE



Ficha Técnica

Título

LITERATURA E LUSOFONIA
ANAIIS DO XI ENCONTRO DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA 2023
Língua Portuguesa, Expressão de Liberdade, Democracia e Desenvolvimento Municipal

Edição: UCCLA

Coordenação geral: Rui D'Ávila Lourido

Coordenação técnica: Filomena Nascimento

Revisão e edição de textos

Maria do Rosário Rosinha e Raquel Carvalho

Fotografia: Anabela Carvalho

Design e paginação: Catarina Amaro da Costa

ISBN: 978-989-35465-0-5

Impressão: Imprensa Municipal

Tiragem: 300 exemplares

ORGANIZAÇÃO



PATROCINADOR OFICIAL



APOIO INSTITUCIONAL



MEDIA PARTNER



Janeiro 2024

Os textos incluídos nesta obra, *Literatura e Lusofonia 2023* são da responsabilidade exclusiva dos seus autores. A presente edição segue a grafia do Acordo Ortográfico de 1990, exceto nos casos em que os autores quiseram manter a antiga grafia.

ANAIS DO XI ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

LITERATURA E LUSOFONIA

2023

LÍNGUA PORTUGUESA,

EXPRESSÃO

DE LIBERDADE, DEMOCRACIA
E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL



CIDADE DA PRAIA – CABO VERDE

ÍNDICE

§	Texto de apresentação Vítor Ramalho	13
§	Introdução Rui Lourido, "Expressão de Liberdade, Democracia e Desenvolvimento Municipal"	15
	João Neves, "A importância dos encontros de escritores"	21
§	Vencedores do Prémio de Revelação Literaria: Novos Talentos, Novas Obras em Língua Portuguesa MANIFESTO ESTÉTICO DE UM NEÓFITO OU UMA TAXONOMIA PESSOAL DOS MILAGRES Leonel Barbosa	27
	O NASCIMENTO DE SENTIDO LITORAL André Bazzoni Bueno	33
§	1.º Tema Atualidade do Pensamento de Amílcar Cabral e a Defesa da Identidade e da Cultura Nacional A CONTRA-MODERNIDADE/COLONIALIDADE NO PENSAMENTO DE AMÍLCAR CABRAL Odair Barros-Varela	37
	A ATUALIDADE E A NOVIDADE EM AMÍLCAR CABRAL José Pedro Castanheira	59

§	2.º Tema Literatura, Inclusão e Desenvolvimento Cultural	
	AS DINÂMICAS DA LITERATURA CABO-VERDIANA	
	Felisberto Vieira	69
	LITERATURA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL	
	Domício Proença Filho	73
	ECOS DE AMÍLCAR CABRAL	
	Amadú Dafé	75
	A LÍNGUA PORTUGUESA COMO HOSPITALIDADE	
	A UMA CIDADANIA DA INCLUSÃO	
	Sheila Khan	79
	AS FONTES DA LÍRICA	
	Pedro Casteleiro	85

§	3.º Tema Literatura, Democracia e Municipalismo	
	REFLEXÃO SOBRE O TEMA LITERATURA, DEMOCRACIA...	
	Jacques Arlindo dos Santos	91
	LITERATURA E DEMOCRACIA GLOCAL	
	José Pires Laranjeira	97
	LITERATURA, DEMOCRACIA E MUNICIPALISMO	
	Olinda Beja	107
	LITERATURA, DEMOCRACIA E MUNICIPALISMO	
	José António dos Reis	113
	LITERATURA, DEMOCRACIA E MUNICIPALISMO	
	Vera Duarte	123
§	Fotografias do XI EELP Cidade da Praia	130
§	Programa do XI EELP Cidade da Praia	149
§	Referências biobibliográficas	152

[Os Anais do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, Literatura e Lusofonia 2023, incluem apenas os textos que foram enviados para publicação.]



ANAI DO XI ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

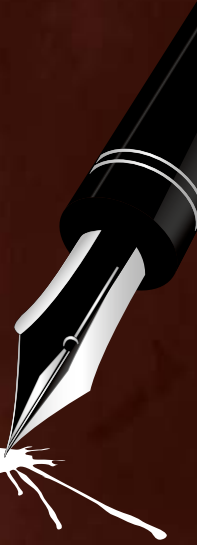
LITERATURA E LUSOFONIA

2023

LÍNGUA
PORTUGUESA,

EXPRESSÃO

DE LIBERDADE, DEMOCRACIA
E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL





XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa

O XI EELP (Encontros de Escritores de Língua Portuguesa) teve lugar na cidade da Praia, pelo sexto ano consecutivo, após acordo celebrado entre a UCCLA e a Câmara Municipal da Praia, para sediar os EELP na capital de Cabo Verde.

O tema central escolhido para o XI EELP foi *Língua Portuguesa, Expressão de Liberdade e de Desenvolvimento Municipal*, no âmbito do qual se discutiram subtemas como: Literatura, Inclusão e Desenvolvimento Cultural, Democracia e Municipalismo.

Agradeço ao Presidente da Câmara Municipal da Praia, o amigo Dr. Francisco Carvalho, a toda a vereação e aos demais membros dos órgãos autárquicos e serviços a colaboração e o apoio prestado em mais este capítulo da parceria com a UCCLA.

Tem havido a preocupação, nos sucessivos encontros, de fazer participar, em função dos temas, personalidades de renome de todos os países de língua oficial portuguesa. Nestes Encontros já participaram escritores consagrados pelos principais prémios literários das literaturas escritas em Língua Portuguesa (incluindo seis prémios Camões: Arménio Vieira, Eduardo Lourenço, Germano Almeida, João Ubaldo Ribeiro, Mia Couto e Pepetela). Estou também muito grato aos escritores pela aceitação do convite para este XI Encontro, que resulta de uma coorganização entre a Câmara Municipal da Praia com a UCCLA e a especial parceria da Academia de Letras Cabo-Verdiana e da Sociedade Cabo-Verdiana de Autores. Finalmente, não

posso deixar de destacar o inestimável patrocínio da EMEP (Empresa Municipal de Estacionamento da Praia).

A riqueza de Cabo Verde, que abrange também todos os domínios da intensa e diversificada atividade cultural, que a Câmara Municipal dinamiza, não poderia, por todas estas razões, deixar de ter uma forte representação. Cumpre igualmente a estes encontros resgatar da memória grandes escritores de Cabo Verde, como fizemos com Corsino Fortes e Jaime de Figueiredo. Homenageámos igualmente Arménio Vieira e Germano Almeida.

Na pessoa do Vereador Cultural da Câmara Municipal da Praia, o Dr. Jorge Garcia, agradeço o empenho de toda a equipa de colaboradores da CMP. Bem como, através do Coordenador Cultural da UCCLA e destes EELP, o Dr. Rui Lourido, agradecer a todos os colaboradores da UCCLA a dedicação demonstrada.

Vitor Ramalho
Secretário-Geral da UCCLA



A IMPORTÂNCIA DOS ENCONTROS DE ESCRITORES

O presente livro, intitulado *Língua Portuguesa, Expressão de Liberdade, Democracia e Desenvolvimento Municipal*, é uma edição da UCCLA, no âmbito do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa (EELP). Os organizadores decidiram refletir sobre os temas da Literatura, Inclusão, Desenvolvimento Cultural, Democracia e Municipalismo, por serem, em liberdade, o sustentáculo da afirmação criativa dos povos, com plena e ativa participação municipal, afirmando as nossas diferentes identidades lusófonas através da nossa língua comum.

Os primeiros quatro Encontros de Escritores de Língua Portuguesa, da UCCLA, decorreram no continente Americano, no Brasil, Rio Grande do Norte, na cidade de Natal. O quinto EELP muda-se para África, decorrendo em Angola, na cidade de Luanda. O sexto e os seguintes EELP realizaram-se em Cabo Verde, na cidade da Praia devido ao gentil convite da sua Câmara Municipal para sediarmos no seu município os EELP. Na cidade da Praia temos tido o privilégio de acolher os mais destacados escritores de todos os países de Língua Portuguesa, nomeadamente os Cabo-Verdianos que ganharam o Prémio Camões – Arménio Vieira e Germano Almeida, mas também escritores das jovens gerações. Na Praia temos recebido igualmente os Presidentes da República de Cabo Verde, os Primeiros-Ministros e outros ilustres protagonistas da vida municipal e política de Cabo Verde. Neste XI EELP intervieram o Presidente da República, José Maria das Neves, o Primeiro-Ministro, Ulisses Correia e Silva, o Ministro da Cultura, Abraão Vicente, e o

Comandante Pedro Pires. Este último proferiu uma palestra alusiva ao “Centenário do Nascimento e ao Legado de Amílcar Cabral”.

A importância de Amílcar Cabral para a Independência e o futuro de Cabo Verde justificou a organização de uma Mesa Redonda sobre a “Atualidade do pensamento de Amílcar Cabral e a Defesa da Identidade e da Cultura Nacional”, onde intervieram Odair Varela e Fátima Fernandes, de Cabo Verde e José Pedro Castanheira, de Portugal, sob a moderação do cabo-verdiano Vladimiro Furtado.

Como habitualmente, os EELP são o palco ideal para dar a merecida visibilidade internacional aos jovens vencedores do Prémio de Revelação Literária da UCCLA-CMLisboa: “Novos talentos, novas obras em Língua Portuguesa”. Durante o XI EELP, foi apresentado o vencedor da 8.ª edição deste Prémio – Leonel Bueno, com o livro de poesia intitulado *O Sentido Litoral*, tendo o premiado feito a sua intervenção através de vídeo. O autor nasceu no Brasil e vive atualmente num vilarejo no Estado da Bahia. O Júri deste prémio, composto por ilustres escritores e agentes culturais de todos os países de Língua Portuguesa, pela qualidade das obras a concurso, atribuiu também uma Menção Honrosa ao livro *Breviário do Medo e da Malícia*, de Leonel Barbosa, autor natural de Braga, Portugal, que interveio presencialmente¹. Desde a sua 1ª edição, em 2015, este prémio tem-se revelado o mais amplo Prémio de Revelação de todo o espaço Lusófono a nível de candidaturas, pois temos vindo a receber entre duas a oito centenas de obras em língua portuguesa, enviadas de todos os continentes, abrangendo mais de 20 países, incluindo os 8 países de Língua Oficial Portuguesa. Já recebemos candidaturas da Ásia (Macau-China, Timor, Japão e Austrália), de África (África do Sul e dos 5 países de língua portuguesa), da América (Brasil, Canadá, EUA, Chile e Paraguai) e da Europa (para além de Portugal, Espanha, Itália, França, Alemanha, Inglaterra e Suíça).

O Prémio é de revelação literária, pois só podem concorrer escritores que nunca publicaram um livro de sua exclusiva autoria. Por outro lado, tem cumprido igualmente dois outros objetivos: promover jovens escritores (cerca de 60% das candidaturas tem sido da autoria de jovens escritores), e promover a escrita entre o género feminino, (cerca de 35% das obras são escritas por mulheres).

Entre as atividades complementares do XI EELP destacaram-se: uma Feira do Livro, organizada pela Câmara Municipal da Praia, com a participação da Biblioteca Nacional de Cabo Verde, das Livrarias “Pedro Cardoso” e “Nhô Eugénio”, do

¹ Ambos os livros premiados foram editados pelas Ed. Guerra e Paz e UCCLA, Lisboa, em 2023

“Espaço Neves”, e das editoras “Sankofa”, “Mangue” e “Amigos do Livro”; e visitas aos municípios do Tarrafal e da Cidade Velha, onde ocorreram encontros com escritores e lançamento de livros de autores locais.

Este livro inclui os catorze textos que nos foram enviados por escritores, de entre os que foram convidados a apresentar comunicações ao XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa. Estes textos refletem o debate decorrido durante o EELP, contribuindo para o aprofundamento das respetivas temáticas. Estas intervenções representam a diversidade de escritores de língua portuguesa, de Cabo Verde a Moçambique e Brasil, passando por Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Portugal.

A diversidade de perspetivas sobre os temas em debate é uma das riquezas deste livro. Vejamos apenas alguns casos a título de exemplo. Pires Laranjeira, Professor da Universidade de Coimbra, recorda-nos um facto fundamental, o de que a literatura apesar de ser um ato individual, está inserido num determinado contexto histórico e social e floresce com o Sistema Democrático e com o Municipalismo. Refere que “Não há governos democráticos e humanistas se a leitura alargada e proficiente não estiver implantada, como deverá ser, em todo o escaninho de cada território nacional, [...] Uma definição de democracia passa pela liberdade total, irrestrita, da criação, tal como acontece na sociedade, em épocas excecionais, porém, a liberdade, oh, essa miragem, é sempre enfiada no limite das restrições legais e éticas, aceites como consensuais.” Laranjeira relembra-nos que alguma da grande literatura muito valorizou a vida em comunidade, a participação cívica e o municipalismo como: “em Bairro da lata, de John Steinbeck, nós, os do Makulusu, de José Luandino Vieira, O Balio de Leça, de Arnaldo Gama, ou Brás, Bexiga, e Barra Funda, de Alcântara Machado. Aceita-se que essa literatura possa contribuir para melhorar a vida das pessoas, pelo prazer, pela imaginação, pelo pensamento, pelo enriquecimento mental e cognitivo, pelo acrescento de saber”. Irreverente, Laranjeira sugere [...] que a literatura medre sem merdas que a cerceiem – burocracias”.

Domício Proença Filho, ex-Presidente da Academia de Letras do Brasil, refere que: “A liberdade é o oxigénio da literatura. [...] O texto de literatura é, em várias instâncias, diante de ameaças à liberdade, um poderoso instrumento de resistência. [...] o texto literário é uma das mais importantes trincheiras de preservação da liberdade e da democracia no plano da expressão dos indivíduos como seres individuais e como seres sociais e como seres humanos.”

O poeta galego Pedro Casteleiro, alerta, no seu texto, para a importância da tolerância e da miscigenação cultural para a produção literária galaico-portuguesa e

universal: “[...] resulta inobjeável que a presença e criatividade da cultura islâmica e judia ibéricas contribuiu para fornecer à nossa literatura inicial a feição que ela teve e, mais importante, a feição que dalguma maneira se manteve (e não apenas em Camões) e da qual nascemos nós, como escritores nesta língua hoje.”

O novel escritor Leonel Barbosa, vencedor do Prémio de Revelação Literária 2023, alerta-nos para o fator Tempo, “[...] a erigir a nossa literatura, numa construção conjunta e dinâmica entre Passado e Presente, a manifestação do princípio imanente à Literatura de que, por mais isolados que estejamos, nunca escrevemos sozinhos. [...] O seu grande condão [da ficção ...], É a invenção do Homem. A ficção vem agarrada, desde os primeiros hominídeos, à codificação da nossa identidade, à modelagem da nossa relação com os outros, e à criação das insígnias que revelam a nossa integração numa cultura. [...] Todas as culturas, desde os seus estadios mais precoces, têm narrativas comuns – Gilgamesh, Ulisses, Parsifal, o rei Artur, Siegfried, Genji, Rómulo e Remo. Essas narrativas, por mais fantasiosas, são protegidas e celebradas em todos as formas de expressão cultural, garantindo um vínculo poderoso entre os cidadãos, e uma matriz de onde convencionar os nossos padrões de comportamento. [...] A Literatura de ficção viabiliza o estranhíssimo fenómeno de tornar temporariamente aceitável uma mundividência diferente da nossa, aceitação que nunca seria possível se nos confrontássemos com essa mundividência no mundo concreto.”

A autora e professora universitária moçambicana Sheila Khan, alerta-nos para a necessidade de os cientistas sociais e os escritores serem mais interventivos, com consciência fraterna e solidária, e utilizarem as suas obras para “dar a conhecer experiências humanas desconhecidas, desobstruir caminhos a narrativas que foram política e historicamente tornadas ausentes, silenciadas e opacas da consciência de uma comunidade, de uma nação, de um país. A resistência e a luta contínua contra estes processos sociais e históricos de eliminação de cidadania e de consciência histórica perante as nossas diversas travessias dão à literatura um lugar nobre de responsabilidade, um poder inclusivo que atravessa tempestades, paredes e muros incomensuráveis, lugares inóspitos que, hoje, nos é permitido palmilhar e sentir como um legado que a todos pertence”. Sheila advoga uma cidadania de inclusão “fincada num desejo de eliminação de estereótipos, preconceitos, muros que separam e marginalizam sujeitos sociológicos como partes integrantes e imprescindíveis para um mapeamento robusto, completo e interativo para darmos às nossas gerações um sentido de património, de continuidade e de reconhecimento que não pertence somente a uma minoria privilegiada”. Sheila Kan refere a importância da Língua

na estruturação da memória, sem a qual as comunidades não podem ter um futuro sustentável e harmonioso “[...] celebrar e pensar sem medo, sem pudor, mas com orgulho de uma história partilhada, a língua portuguesa como um chão afável e aberto à hospitalidade de uma cidadania de inclusão. Lembrar e estabelecer elos inteligentes entre passado e presente é o caminho do acolhimento que todos nós, agentes da memória, devemos nunca esquecer”.

O escritor cabo-verdiano Odair Barros-Varela, analisa o pensamento de Amílcar Cabral como integrado na ideologia internacionalista pan-africanista e no movimento de “*contra-modernidade/colonialidade*”, para rebater as interpretações dominantes ocidentais, que não têm em conta os conhecimentos endógenos.

O escritor cabo-verdiano Felisberto Vieira analisa como positivas as dinâmicas da Literatura de Cabo-Verde, considerando “a tradução de livros de autores cabo-verdianos para outras línguas, nem serão motivo de espanto as iniciativas multidirecionais de tradução para a língua cabo-verdiana de obras de autores estrangeiro para abono dos leitores cabo-verdianos. Tudo isto é um sinal de inconformismo e significa haver dinâmica literária, editorial e livreira, sendo isso um mais do que evidente factor do Desenvolvimento.” Mas Vieira incentiva a uma maior promoção na “cidade da Praia, onde vivem mais de um quarto dos cabo-verdianos residentes no arquipélago, certamente precisaria de promover um Festival Literário Internacional e promover uma Feira de Livro de grande vulto, obviamente com vários parceiros, que os tem”.

Este Encontro, coorganizado pela Câmara Municipal da Cidade da Praia (CMP) e pela União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), realizou-se de 19 a 20 de outubro de 2023, na Cidade da Praia, em Cabo Verde. Queremos aqui expressar o público reconhecimento à Câmara Municipal da Praia, ao seu Presidente, Francisco Carvalho, ao vereador, Jorge Garcia, e a toda a equipa da Câmara Municipal da Praia, fundamentais para a organização do XI EELP. Queremos dirigir uma palavra de agradecimento ao Dr. Victor Coutinho, Presidente da EMEP, pelo patrocínio do XI EELP. Por fim, reconhecer o trabalho de preparação e acompanhamento desenvolvido por toda a equipa da UCCLA, em especial de revisão deste livro (Dras. Filomena Nascimento, Raquel Carvalho e Rosário Rosinha) e respetivo design (Dr^a. Catarina Amaro da Costa).

Pela nossa parte, tudo faremos para que os Encontros de Escritores continuem a promover e divulgar a Nossa Língua Comum, aprofundando o relacionamento entre escritores, independentemente da sua nacionalidade e local de residência, idade, sexo e etnia. Quanto maior o acesso às diferentes formas literárias maior a

capacidade de informação e de conhecimento e, logo, maior capacidade crítica e intervenção cívica o leitor poderá assumir na sociedade.

Neste mundo complexo, em que as guerras semeiam a destruição de vidas e de patrimónios materiais e imateriais, onde escasseia o espaço para a paz e a literatura, terminamos, copiando o poema, aqui trazido pelo escritor galego Pedro Casteleiro, do poeta ibérico do século XIII, o sufi Ibn 'Arabi:

*“Houve um tempo,
em que rejeitava o meu próximo
se a sua fé não era a minha.
O meu coração abriu-se agora a todas as formas:
é uma pradaria para gazelas, um claustro para os monges,
um templo para ídolos, a Caaba do peregrino,
as tábuas da Torah e o livro do Alcorão.
Pratico a religião do amor;
qualquer que seja a direção em que as suas caravanas avançarem,
a religião do amor será sempre
o meu credo e a minha fé”*

Boas leituras!

Rui Lourido
Coordenador Cultural da UCCLA



A IMPORTÂNCIA DOS ENCONTROS DE ESCRITORES

Ilustres convidados, minhas senhoras e meus senhores, queria começar por felicitar a Câmara Municipal da Praia e a UCCLA pela realização deste XI Encontro e agradecer o convite que nos foi endereçado para, em nome do IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa), tomarmos parte nesta sessão de abertura, o que muito nos honra.

Este é um evento importante. Importante para a cidade, capital de um país que tem na cultura um dos grandes vetores da sua afirmação identitária e da sua projeção internacional.

Cidade que é multicultural e que promove, também com encontros desta natureza, a interculturalidade que buscamos como um valor primordial dentro desse espaço alargado onde a língua portuguesa – e as representações do mundo que com ela se constroem – circula junto com outras línguas e as representações que estas igualmente elaboram.

Importante para os escritores e ensaístas. Porque estes encontros encurtam a distância que ainda separa muitos criadores no espaço de língua portuguesa e a distância destes com aqueles que constituem ou passam, também por esta via, a constituir os seus públicos.

Importante para a literatura, o ensaio e a narrativa historiográfica, porque é quando essas escritas se encontram com os leitores ou os seus ouvintes (nas literaturas orais) que verdadeiramente ganham substância como dimensão primordial da vida humana, na capacidade que tem de ser, a um tempo, memória e devir.

Importante para a literatura e para a língua portuguesa, em particular. A visão da língua portuguesa como uma língua dinâmica, plural e espaço de construção e de recriação de identidades e de narrativas que as suportam tem na criação literária e nestas escritas áreas de forte contributo para essa representação.

Defendemos que na vitalidade da produção literária reside uma das mais vigorosas fontes de atualização e de reelaboração da língua portuguesa, do ponto de vista do seu alargamento lexical, como da sua plasticidade semântica.

Ao mesmo tempo, ao suscitar e proporcionar o acesso a diferentes vozes, diferentes narrativas e elaborações poéticas, ficcionais, prospetivas ou de resistência, a criação literária concorre de forma decisiva para que, pela língua portuguesa, ganhem significado e se partilhem diferentes visões e projeções do mundo, das comunidades e das pessoas que as culturas, que com a língua portuguesa se edificam, veiculam.

Por isso mesmo, como refere um conhecido escritor de língua portuguesa, as literaturas (nesse sentido mais etimológico de “escrita”) comprovam uma maturidade humana, aproximando-nos do que designa como “projeto humano”, dimensão a que uma outra grande figura da literatura em língua espanhola igualmente se referia, dizendo que a literatura nos ajuda a orientarmo-nos no labirinto em que nascemos, transcorremos e morremos.

Recorremos a dois escritores de universos linguísticos e culturais diferentes, a que poderíamos ter ainda acrescentado outros, dentro destes ou de outros universos, para salientar esse caráter global da literatura como uma criação humana e um desígnio universal.

Promover a criação é, pois, promover a língua portuguesa, como língua de cultura, mas é também, assumindo, como o entendemos, que o compromisso da literatura é com a humanidade, como língua que apoia a construção de cidadanias mais amplas e robustas, ancoradas nos valores da liberdade, do conhecimento de si e dos outros, dos direitos humanos e da diversidade, que essas escritas assim também fomentam.

A literatura contribui, deste modo, para a formação humana, apelando à atividade reflexiva do sujeito leitor/ouvinte, com base nesse duplo exercício que lhe propõe. Aquele de, pela língua portuguesa, ao ler, convocar todo o património simbólico (histórico, cultural, social) em que desenvolve a sua cidadania, mas também aquele outro de promover o descentramento do sujeito leitor – essa capacidade de sair de si e de se posicionar em novas realidades, novos valores, novos imaginários construídos na língua pela literatura.

E essa constitui, cremos, aquela que é outra das virtualidades dessa relação íntima entre a língua e a literatura: a formação de cidadãos críticos, conscientes da realidade

que os cerca, da diversidade que compõe a sua comunidade de referência, como o mundo em geral e, sobretudo, aberto à mudança e ao compromisso de favorecer que todos possam aceder ao exercício da cidadania mais plena, da qual a língua é parte integrante.

Literatura e língua (portuguesa) são, pois, indissociáveis. Na literatura se encontram as palavras que são e as que hão de vir. Nela respira a língua, ora serena ora profunda ora ofegante. E se a literatura projeta para a língua a liberdade que preside ao ato de criação, a língua constitui-se como espaço de realização do indivíduo e, na coesão que aporta às comunidades, como território de exercício dessa liberdade, com a qual se constrói o desenvolvimento, seja ele social, económico ou tecnológico, seja ele local (no município, p.e.), seja ele nacional.

É tendo isto presente que inscrevemos no plano de ação do IILP, no contexto do conjunto de projetos que procuram reforçar a visão e a ação da língua portuguesa como língua pluricêntrica (da diversidade, portanto), língua de apoio ao multilateralismo (assente nos princípios da diversidade, dos direitos humanos e do desenvolvimento) e língua de fomento da interculturalidade (e, assim, da inclusão), vários projetos que têm o seu foco nessa ligação íntima entre língua e literatura.


Destaco a criação de um catálogo digital de autores de língua portuguesa que promova a criação literária contemporânea dos países e regiões de língua portuguesa e a criação de um programa de residências literárias que concorra para um melhor conhecimento pelos escritores, enquanto agentes dos valores acima referidos, da diversidade cultural de que é composto esse espaço geográfico e linguístico.

Quero, assim, finalizar reiterando a importância deste e de outros eventos neste domínio para a promoção da língua portuguesa como espaço pluricêntrico, multilateral e intercultural, no qual, pela arte, se fala também do futuro, do desenvolvimento e da inclusão. Bom trabalho para todos.

João Neves

A world map is centered on the page, rendered in a dark reddish-brown color against a lighter, textured background of the same hue. The map shows the continents of North America, South America, Europe, and Africa. The texture of the background resembles crumpled paper or a similar organic material.

XI EELP na Cidade da Praia - Cabo Verde



**LÍNGUA
PORTUGUESA,
EXPRESSÃO
DE LIBERDADE,
DEMOCRACIA
E
DESENVOLVIMENTO
MUNICIPAL**

Vencedores do Prémio Literário UCCLA-CMLisboa 2023

**1. LEONEL BARBOSA | Manifesto Estético de um Neófito
ou uma Taxonomia Pessoal dos Milagres**

**2. ANDRÉ BAZZONI BUENO | O Nascimento de *Sentido
Litoral***



XI ENCONTRO DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA
Vencedores do Prémio Literário UCCLA-CMLisboa 2023

EM CIMA:

Da esquerda para a direita,

Leonel Barbosa e André Bazzoni Bueno



MANIFESTO ESTÉTICO DE UM NEÓFITO OU UMA TAXONOMIA PESSOAL DOS MILAGRES

LEONEL BARBOSA

(Transcrição do discurso de apresentação do livro *Breviário de Medo e Malícia*, galardoado com o Prémio Revelação Literária da UCCLA/CMLisboa de 2023)

O meu nome é Leonel Barbosa e é um privilégio poder apresentar o *Breviário de Medo e Malícia* a uma plateia de bibliófilos e bibliógenos. Aproveito para estender os mais enfáticos agradecimentos ao Dr. Vítor Ramalho, ao Dr. Rui Lourido, da UCCLA e ao júri pelo papel inestimável que desempenham no cultivo da Língua e no estímulo à criação literária em português.

Manhãs e noites intrigadas passaram desde o anúncio dos resultados deste Prémio de Revelação Literária, a turbulência está por fim a abrandar, e hoje, neste encontro de artífices, perante esta celebração polifónica e policromática da vivacidade da Língua, consigo olhar para o panorama da minha vida com mais nitidez, e consigo aperceber-me do quanto as coisas mudaram. Não foi uma mudança particularmente exuberante no que diz respeito ao meu quotidiano, mas ainda assim houve uma alteração abissal na forma como me vejo e como me entendo. Este prémio de Revelação, foi, para mim, um fenómeno de Iniciação, um ritual de Confirmação que veio dissolver o nódulo áspero do cepticismo, alimentado há anos pela ansiedade que se extrai dos cenários falidos, da hipótese de nunca chegar a exprimir o meu universo pessoal, demasiado febril para ser contido, sem dano.

Ainda sob os efeitos desta temporada de enlevo, olho para a assembleia em frente a mim, e sinto reacender um estado semi-febril que quase descerra as portas heréticas do misticismo – olho-vos, escritores lusófonos, e vejo destacar-se, das vossas têmporas, das vossas córneas aguçadas, da extremidade buliçosa dos vossos dedos, como pequenas florações, figuras esbatidas, espectros esfumados. Cada um de vós,

cada um de nós, carrega consigo os próceres, os nossos ancestrais literários, que vão, na obscuridade dos nossos interstícios, operando as suas roldanas, ajudando a erigir a nossa literatura, numa construção conjunta e dinâmica entre Passado e Presente, a manifestação do princípio imanente à Literatura de que, por mais isolados que estejamos, nunca escrevemos sozinhos. Perante este concílio de escritores, tanto os presentes quanto os implícitos, escritores que há tanto povoam o meu imaginário, provindos dos viveiros semiológicos onde medrou a língua portuguesa, perante vós, digo, sinto-me acolhido, sinto-me ungido como igual, e sinto-me reconhecido como irmão. Pode parecer soberba ou petulância, e perdoem-me o egoísmo, mas não podia esconder-vos a magnitude que este dia e este evento têm porque vocês farão também parte dele, inexoravelmente.

Há em nós, tal como nos campos, actos e amores inatos. Temos uma particular vocação para amar determinadas coisas, e a nossa sensibilidade não precisa de explicações. Só depois, confrontados com a constituição utilitarista da civilização, as procuramos, a essas explicações, para saber se o mundo nos permite amar e cultivar o que amamos.

Somos todos dotados das mesmas propriedades das flores – cada um de nós emana uma fragrância definida.

A minha fragrância é a Literatura; a minha forma impensada de abrir a corola é a Literatura. Neste caso, a Ficção.

Todo este excesso nauseante de sentimentalidade levou-me naturalmente a perguntar-me: porque é que a Literatura exerce este efeito? O que muda na solene e intrincada constituição do cosmos e na volubilidade incontrollável da vida dos outros quando um conjunto de palavras se alinha na página?

E, mais inquietante ainda do que a dúvida acerca da utilidade da Literatura, é a dúvida acerca da utilidade da ficção. Qual a sua tradução nas paisagens interiores dos outros? Chega a tocar-lhes e a mudar o sentido da corrente? De que serve, para o resto do mundo, escrever um *Breviário de Medo e Malícia*, fazer experiências com espaços, personagens e intenções, em 19 contos desvairados?

A primeira resposta, que agradará aos mais cínicos, é dada pelas carteiras que veem abrir-se nas livrarias, nos carrinhos de compras digitais e nas feiras literárias: a ficção vende.

Mas a questão é bem mais primordial que essa. Porque é que temos este fascínio pela ficção, quando já somos avassalados pelo concreto?

A ficção é frequentemente entendida como entretenimento. Pode ser, também, e muitos lugares nas grandes fortunas da Forbes foram conseguidos à custa das

suas propriedades lúdicas. O seu grande condão, porém, não é entretenimento. É a invenção do Homem. A ficção vem agarrada, desde os primeiros hominídeos, à codificação da nossa identidade, à modelagem da nossa relação com os outros, e à criação das insígnias que revelam a nossa integração numa cultura.

Os mecanismos mais precoces da nossa aprendizagem, enquanto crianças, enquanto comunidade, não ocorrem com instruções declaradas, como as que se dão a uma máquina. A nossa forma mais natural de aprendizagem não decorre por enumeração de tarefas, pela repetição ou imposição de normas. A nossa mente codifica a aprendizagem por motivos, por histórias modelo, por narrativas essenciais, que definirão, para sempre, aquilo que esperamos do mundo e a forma como o confrontamos. É esse o poder dos contos de fadas na infância. Criar arquétipos de expectativas e comportamentos.

De tal forma se reconhece as suas propriedades edificantes e remodeladoras que, na Medicina hindu tradicional, por exemplo, se prescrevia um conto de fadas a uma pessoa mentalmente perturbada, para meditação. Através da mimese do personagem, da contemplação da resolução de um problema no conto, o leitor conseguiria encontrar, pelos seus próprios mecanismos, um caminho para a resolução do seu dilema.

Voltemos a nossa lente para as primeiras formas de cultura humana, e lá encontraremos a ficção, presente desde o começo. Todas as culturas, desde os seus estádios mais precoces, têm narrativas comuns – Gilgamesh, Ulisses, Parsifal, o rei Artur, Siegfried, Genji, Rómulo e Remo. Essas narrativas, por mais fantasiosas, são protegidas e celebradas em todas as formas de expressão cultural, garantindo um vínculo poderoso entre os cidadãos, e uma matriz de onde convencionar os nossos padrões de comportamento.

Chegamos, por fim, ao derradeiro poder da ficção, equiparável apenas (e perdoem-me a hipérbole) ao poder do Génesis: a conversão temporária do leitor a um mundo que lhe é alienígena. Toda a experiência humana decorre, em sociedade, numa matriz de valores e de conceitos totalmente inventada. Tudo o que fazemos é condicionado, tudo o que consideramos aceitável é convencionado e imposto lentamente ao longo de décadas, séculos de normatização. Não há códigos de conduta inatos.

A Literatura de ficção viabiliza o estranhíssimo fenómeno de tornar temporariamente aceitável uma mundividência diferente da nossa, aceitação que nunca seria possível se nos confrontássemos com essa mundividência no mundo concreto.

Abrimos um livro, e por força dos seus mecanismos antigos e misteriosos, suspendemos décadas de educação, por algumas horas. Durante esses dias, podemos habitar a mente de um escravagista, a mente de um ditador, a mente de um assassino, ou visitar uma civilização que considera uma heresia tratar doenças e ferimentos, ou ser levados a conhecer um povo que comunica apenas por melodias, como as aves, e desconhece por completo as curvas ritualísticas da Palavra... Por mais absurda que pareça uma premissa, através de algumas centenas de páginas, um livro convence-nos de que aquele mundo é plausível, e que ele existe com tanta validade quanto o mundo exterior. Sentimos como nossa a opressão asfixiante do 1984; entontecemos-nos com a sofreguidão erótica da Madame Bovary; convalescemos nas colinas do Douro, com Jacinto, após a chegada a Tormes; e acreditamos vencer a deterioração da carne com o Retrato de Dorian Gray. Não nos parecem fantasias infantis. Parecem-nos absolutamente credíveis, e as geografias emocionais onde nos levam, as consequências que geram na nossa compreensão do mundo, não nos largam jamais.

Nestes tempos de belicismo implacável, nesta nova era teocrática, dizimam-se populações de inocentes com base em falácias pobremente disfarçadas, e mitos que já não equivalem à nossa suposta maturidade. Continuamos, como nas eras bíblicas, a cometer crimes em nome de entidades imateriais caprichosas, entidades alheias ao nosso bem-estar enquanto comunidade. É neste fenómeno, e no seu reverso, que mais agudamente se revela a natureza dualista da ficção. Uma história bem delineada pode condenar povos ao martírio, ou, em plena oposição, redimir décadas de conflito através de uma aproximação à experiência do nosso inimigo, e do reconhecimento da sua dignidade inata. Como todos os instrumentos decorrentes da inventividade humana, as configurações que a ficção adquire podem ser usadas tanto para a chacina como para talhar um futuro de concórdia.

Através de uma narrativa que não ceda a artificios condescendentes, o judeu de um kibutz israelita pode habitar, por algumas páginas, as colinas insalubres e sobrelotadas da Cisjordânia; pode viver aos pés de um dos colonatos muralhados, e acompanhar, a partir de dentro, o caminho diário do seu irmão palestino, seguindo-o pelas ruas ruidosas, onde os velhos jogam xadrez e contam histórias de ousadias juvenis, onde um vendedor compassivo oferece uma tâmara à criança ávida, e onde duas meninas se sentam na soleira da porta, enquanto o *muezzin* chama para oração, e falam acerca de tudo o que gostariam de fazer, se conseguissem chegar à idade adulta. Através do poder inestimável e inimitável da ficção, o israelita pode sofrer uma metamorfose temporária e legítima em palestino (e vice-versa)

e, no processo síncrono de auto-avaliação, aperceber-se de que a metamorfose é um fenómeno ilusório, um embuste do espelho. A narrativa desperta-o para a similitude das suas demandas, e demonstra que, se pudermos acompanhar qualquer humano nos seus intrincados caminhos exteriores e interiores, conseguiremos entendê-lo, perdoá-lo, vinculá-lo e começar a erigir um futuro que deveria ser sempre conjunto. É tal o poder da ficção a arruinar e reconstruir o mundo.

É perante esta constelação rutilante de fenómenos literários (o entretenimento, o lucro, a formação, a aculturação, a invenção, o entendimento, a empatia), é perante este panteão que me declaro um súbdito, um artesão, e um oficiador de Literatura. E é como artesão que vos apresento o *Breviário de Medo e Malícia*, 19 cartas de amor à Literatura, a minha emanação floral, a expressão mais impoluta e espontânea da minha Natureza.

Então, num rápido lampejo, o livro. Este volume explora o Medo, nas suas formas mais antigas, como o medo da destruição do próprio e das coisas familiares; e nas suas formas mais contemporâneas, como o medo da dissolução, o medo da nossa irrelevância num mundo globalizado e massificado. Encontramos também, intimamente associado a ele, o mal. Não só o mal diabólico e calculista, mas também os pequenos males inadvertidos do quotidiano e as suas consequências, por vezes devastadoras.

Viajamos pelo Minho rural, onde encontramos Antónia, uma menina atormentada por uma natureza destrutiva, atraída pelas tentações elusivas da morte. No Minho, também, conhecemos Herculano, um trapaceiro que tenta cumprir o seu destino mitológico confrontando o monstro da margem do rio Tiges, que é a Ana Peçonha. Na Lisboa dos anos 1920 perseguimos Flora, uma mulher excessiva e delirante, que percorre *cabarets* e que se desmorona em aventuras obscenas numa tentativa de ser poupada a uma vida banal. No Egipto imperial assistimos a uma paródia dos soberbos e poderosos, na República distópica da “Grande Mó”, descobrimos as consequências escabrosas de ideologias opressivas que promovem o equívoco “Bem Maior” e, no Terreiro do Paço ouvimos Jeremias, um pombo cidadão com aspirações políticas, e no Tibete, encontramos um italiano que tenta uma conversão mística contra todos os princípios de uma fé que não conhece nem pode respeitar.

Muitos mais lugares e muitos mais personagens poderão conduzir-vos pelos labirintos do vosso próprio medo e malícia e, quem sabe, pela via privilegiada da Literatura, os contos vos possam revelar, por algumas horas, o vosso próprio medo, e a vossa própria malevolência adormecida – malevolência que, descansem, se expressará unicamente no espaço inviolável e seguro de uma peça de ficção.

Obrigado a todos pela vossa atenção e pelo vosso interesse. Agora, notem, os vultos dos anciãos começam a dispersar, regressam aos seus velhos habitáculos esculpidos na nossa substância, com vista sobre o Tejo, o Atlântico, o Índico e o rio Maputo. Acolham-nos, e lancem-se, de entusiasmo renovado, e dedos buliçosos, à descoberta de quantas visões do mundo quiserem ter.



O NASCIMENTO DE SENTIDO LITORAL

ANDRÉ BAZZONI BUENO

(Transcrição da comunicação de André Bazzoni Bueno, feita através de vídeo, a propósito do seu livro *Sentido Litoral*, vencedor, na categoria de poesia, do Prémio de Revelação Literária UCCLA-CMLisboa 2023)

Bom dia, boa tarde, boa noite, em função do fuso horário. Para mim é boa tarde, eu estou aqui no Brasil. Queria, antes de mais nada, agradecer por essa oportunidade de enviar umas palavrinhas, já que eu estou distante.

Queria também agradecer aos outros participantes, dizer a eles que não desanimem. O concurso é assim mesmo, só tem espaço para um ou dois, neste caso. Muitas vezes, obras com qualidade literária não encontram esse espaço num concurso, mas vão encontrar em outro; assim, mesmo neste caso, foram 300 participações; então, realmente, não é uma coisa simples ser escolhido, um ou dois entre 300 ou até mais; eu mesmo já participei de outros concursos e não fui agraciado; então, é realmente importante não desanimar, continuar escrevendo. Uma hora [um dia], o trabalho acaba sendo reconhecido.

E nesse sentido, também queria agradecer ao júri, acredito que seja uma tarefa muito árdua, essa de receber 300 trabalhos e ter que selecionar entre um ou dois num espaço de tempo tão curto. Queria agradecer por esse tempo, foi uma coisa tão preciosa e o júri teve esse cuidado, essa dedicação do tempo para essa tarefa. E agradecer sinceramente a essas pessoas. Quanto à minha obra, o título é *O Sentido Litoral*, e ela nasce a partir de uma experiência com o lugar onde eu moro.

Eu moro na Bahia, no Brasil, num vilarejo à beira-mar, bem pertinho da praia. Então eu tenho um costume de caminhar longamente pela praia, e foi a partir dessa minha experiência de caminhar e contemplar o mar e a praia que me veio essa ideia dessa coletânea.

Portanto, é uma coletânea de poesias, não só sobre o mar, mas sobre o litoral. E o título me veio a partir da expressão “sentido literal”: eu associei essas duas palavras, <literal> e <litoral>, como uma forma de, de uma certa forma, congregar nesse título duas experiências.

Uma, é a do sentido mais amplo, o sentido tem vários sentidos. Tem esse dos cinco sentidos, que é o sentido corporal, fisiológico, da visão, do olfato, do paladar, do tato e da audição. E tem mais quatro sentidos, pelo menos dicionarizados, e eles todos estão espalhados pela obra. Então é um jogo, o “sentido litoral”, o “sentido literal”; e o sentido literal é essa coisa mais direta, essa conexão mais direta da palavra com o mundo. O sentido litoral seria algo menos direto, mais sensorial. Então [o título] parte disso, dessa experiência com o mar, a praia, com o vento, com a maresia, com a água.

E uma coisa também que me estimula bastante quando eu estou na praia caminhando é esse contato da pele com o mundo, sem intermediário, pouquíssimo intermediário. Estar praticamente nu na praia, mesmo se a gente usa um biquíni ou um calção de banho.

Então você tem muito contato com o vento, com a água, com o sol, com o sal, com areia. Eu sempre achei isso muito estimulante, uma experiência muito estimulante, estar diante do mar, estar caminhando na areia.

Então foi a partir dessa experiência, ou seja, parte de uma experiência bem pessoal mesmo, de caminhada e das minhas impressões, e quando tem chuva, e quando tem sol, e quando a maré está baixa, a maré está alta, o vento está forte, o vento está fraco. E durante a obra toda eu vou jogando então com essas experiências sensoriais e toda a contemplação que delas advém poeticamente. Então é um livro estruturado entre um poema de abertura e um poema de encerramento. E, como eu disse, os sentidos da palavra sentido estão espalhados por esse livro também. No poema de abertura eu abordo quatro desses cinco sentidos e um só vai ficar para o final. Não quero influenciar muito a leitura também, então não vou falar muito sobre isso, mas parte muito disso, dessa polissemia da palavra sentido e desse caráter sensorial da palavra litoral. Então não vou falar mais nada, vou deixar os leitores curiosos para que possam ter a própria leitura e sentir na própria pele essa efusão de estímulos sensoriais que eu sinto e que eu quis transmitir com a minha obra.

Novamente agradeço a todos pelo reconhecimento e desejo a todos um grande evento. Gostaria muito de estar aí; infelizmente não estou, e espero estar na próxima. Muito obrigado.

1.º Tema

ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE AMÍLCAR CABRAL E A DEFESA DA IDENTIDADE E DA CULTURA NACIONAL

1. ODAIR BARROS-VARELA | **A Contra-Modernidade/
Colonialidade no Pensamento de Amílcar Cabral**

2. JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA | **A Atualidade e a Novidade
em Amílcar Cabral**



IX ENCONTRO DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Conferencistas do 1º tema

**ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE AMÍLCAR CABRAL
E A DEFESA DA IDENTIDADE E DA CULTURA NACIONAL**

EM CIMA:

Da esquerda para a direita

Odair Barros-Varela e José Pedro Castanheira



A CONTRA-MODERNIDADE/COLONIALIDADE NO PENSAMENTO DE AMÍLCAR CABRAL Para além de Marxismo-Cabralismo, para lá do Socialismo Africano¹

ODAIR BARROS-VARELA

RESUMO: Este artigo, ancorado nos instrumentos analíticos das Relações Internacionais, Ciência Política, História e dos Estudos Pós-coloniais, numa perspetiva transdisciplinar e in-disciplinar, argumenta que o pensamento cabraliano está mais próximo da ideologia pan-africanista (internacionalista) e marcado por um cosmopolitismo subalterno – configurando-se numa *contra-modernidade/colonialidade* –, do que da teoria marxista-leninista. Por conseguinte, procura-se elucidar que a maioria das análises dominantes sobre a teorização de Amílcar Cabral não tem em conta o seu *locus* de enunciação, levando a equiparações eurocêntricas de processos históricos e de produção de conhecimentos distintos, contribuindo para o predomínio do cânone ocidental da ciência moderna em detrimento dos conhecimentos endógenos.

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo-cabralismo, Socialismo africano, Contra-modernidade/colonialidade, ciência moderna, conhecimentos endógenos

Introdução

Para alguns autores, dos quais se destacam historiadores e politólogos (Chilcote, 1972; Davidson, 1988; Ki-Zerbo, Mazrui, Wondji e Boahen, 2010; Silveira, 2004; Chabal, 1983), Amílcar Cabral procurou fazer uma integração entre os valores do socialismo e do nacionalismo mediante a disciplina do marxismo-leninismo. Para aqueles autores, Cabral considerava que apenas esta integração orgânica permitiria fazer valer o direito às aspirações de independência política, económica, social e cultural através do poder popular e que tal projeto de sociedade fora lançado nas zonas libertadas pelos combatentes do PAIGC, na Guiné-Bissau.

É certo que Amílcar Cabral (1974, 1976, 1977, 1979) foi um dos teóricos que melhor idealizou e preconizou o forjar de uma identidade cultural africana por parte da elite autóctone, da qual fazia parte como líder político e militar. Contudo, este trabalho visa, primeiramente, numa análise *in-disciplinar*, demonstrar que o pensamento de Cabral se afasta nitidamente do marxismo clássico, apesar de

¹ Este trabalho insere-se num projeto de investigação mais alargado sobre o panorama da contra-colonialidade em Cabo Verde. O artigo completo irá ser publicado na revista *Africa Development* do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA) (no prelo).

geralmente se postular que o nacionalismo das ex-colónias portuguesas, tal como outros em África, era fundamentalmente influenciado pela doutrina marxista-leninista, podendo, por isso, ser apelidado de nacionalismo de libertação ou nacionalismo anti-colonial (Botzaris, 1959, 1961; Bénot, 1972; Davis, 1979).

Sinteticamente, mais do que um diálogo inter e transdisciplinar que nos permite navegar, de forma enriquecedora, por diversos campos disciplinares, como os de Ciência Política, Relações Internacionais, História, Antropologia ou Estudos Literários –, a posição *in-disciplinar* consente pôr em causa a própria configuração disciplinar eurocêntrica e colonial presente na Ciência Moderna (Barros-Varela, 2017).

Na análise das influências sofridas pelo pensamento cabraliano, evidencia-se que o papel reservado à chamada “pequena burguesia” no emergir do nacionalismo africano é totalmente diferente daquele conferido pelo marxismo. Longe de configurar “uma interpretação desabusada da luta de classes” (Silveira, 2004), defende-se que se está perante uma conceção cabraliana inovadora que se aproxima do pan-africanismo (internacionalismo) e de um cosmopolitismo subalterno, configurando-se numa *contra-modernidade/colonialidade*.

Por conseguinte, este artigo procura elucidar que, na sua maioria, os estudos dominantes, quer sejam de cunho marxista, quer não, sobre a teorização de Cabral – que procura “resgatar” a pequena burguesia colonial de onde é originário –, ignoram, propositadamente ou não, o *locus* de enunciação de Amílcar Cabral, levando a equiparações ocidentalizantes e eurocêntricas de processos históricos e de produção de conhecimentos distintos, contribuindo para o predomínio do cânone ocidental da ciência moderna em detrimento dos conhecimentos/saberes/ciências endógenos (Mignolo, 2003; Hountondji, 1997).

1. Marxismo Cabralismo e/ou Socialismo Africano?

Para alguns historiadores e politólogos africanos, Amílcar Cabral procurou fazer uma integração entre os valores do socialismo e do nacionalismo mediante a disciplina do marxismo-leninismo. Por exemplo, Joseph Ki-Zerbo, Ali A. Mazrui, Christophe Wondji e A. Boahen (2010: 582-3) afirmam o seguinte:

“Pelo intermédio da disciplina do marxismo-leninista, Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano pela Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde (PAIGC), (...) tentou uma integração entre os valores do socialismo e do nacionalismo.

Segundo ele, somente esta associação orgânica permitiria fazer valer o direito às aspirações do povo no domínio político, através do poder popular, na esfera socioeconómica e cultural, graças à justiça social e ao enraizamento nos valores civilizatórios da gente ordinária. Tal projeto de sociedade fora lançado nas zonas libertadas pelos combatentes do PAIGC, na Guiné-Bissau.”

Por um lado, pode-se aceitar a presença da disciplina marxista-leninista na estratégia de resistência ao colonialismo por parte do líder do PAIGC, levando a que geralmente se catalogue essa resistência guineense e cabo-verdiana, tal como noutras ex-colónias portuguesas e em África no geral, como sendo de cariz nacionalista, e se considere que era fundamentalmente influenciada pela doutrina marxista-leninista, podendo, por isso, ser apelidado de “nacionalismo de libertação”. Trabalhos como os de Timothy W. Luke (1981), Mustafah Dhada (1993), Mário Pinto de Andrade (1998), Aristides Pereira (2003) ou de Julião Soares Sousa (2011), ilustram muito bem a ideia da emergência do PAIGC como um movimento nacionalista e as influências do movimento pan-africanista e do marxismo-leninismo no pensamento de Cabral.

É de se admitir, no entanto, que possam existir outras interpretações para adoção da referida disciplina, como é o caso do trabalho do canadiano Pablo Idahosa (2002), que defende que Cabral realiza uma abordagem materialista (ou seja, de cariz marxista) na famosa análise que faz sobre os grupos sociais e étnicos da Guiné-Bissau, procurando escrutinar a formação, a composição e as origens possíveis dos conflitos étnicos encontradas nos diferentes recursos e tipos de bens produzidos no contexto desigual da economia colonial. Sendo também um internacionalista, o próprio Idahosa procura também enquadrar o pensamento de Cabral no contexto das relações internacionais e da economia global, admitindo implicitamente que ele é detentor de um pensamento que vai para além das amarras nacionalistas.

Por outro lado, a meu ver, a referida defesa do “enraizamento nos valores civilizatórios da gente ordinária” é, como iremos ver, demonstrativo do nítido afastamento do pensamento de Amílcar Cabral do marxismo clássico e ilustra a elaboração de uma teoria marcadamente cunhada pela *contra-modernidade/colonialidade*, sobre a qual nos iremos debruçar mais à frente.

Uma outra figura que, tal como Cabral, demonstrou nitidamente a preocupação com o processo de transformação da “pequena burguesia autóctone” e/ou os “intelectuais colonizados”, de instrumentos de dominação colonial em atores revolucionários no contexto das lutas de libertação, foi o pensador martiniquenho Frantz Fanon.

Fanon, cuja produção académica precede historicamente a de Amílcar Cabral – tendo por isso, presumivelmente, influenciado e inspirado a própria produção deste

último², ao debruçar-se sobre o caso da elite literária colonizada, explica o papel que esta desempenha em duas fases do período colonial: a fase em que a ocupação permanece “estável” e a fase da luta e resistência armada.

No que toca à primeira, ele diz-nos que “o opressor acaba não se satisfazendo mais com a inexistência objetiva da nação e da cultura oprimidas. Todos os esforços são feitos para levar o colonizado a confessar a inferioridade da sua cultura, transformada em condutas instintivas, a reconhecer a irrealidade da sua nação, e finalmente o carácter inorganizado e não acabado da sua própria estrutura biológica” (Fanon, 2006: 271).

Na segunda, quando a praxis revolucionária invade a luta de libertação nacional, isso reflete-se também no plano cultural. Fanon debruça-se sobre o caso da literatura onde:

“(…) os temas são fundamentalmente renovados. Efetivamente, encontram-se cada vez menos essas recriminações amargas e desesperadas, essas violências abertas e sonoras que, afinal, tranquilizam o ocupante. Os colonialistas, no período anterior, estimularam essas tentativas, facilitaram-lhes a existência. As denúncias mordazes, as misérias exibidas, a paixão expressa são, na verdade, assimiladas pelo ocupante a uma operação catártica. Facilitar essas operações é, em certo sentido, evitar a dramatização, aliviar a atmosfera. (...) Enquanto, no início, o intelectual colonizado produzia exclusivamente para o opressor, seja para seduzi-lo, seja para denunciá-lo através de categorias étnicas ou subjetivistas, ele adota progressivamente o hábito de dirigir-se ao povo” (ibid.: 274-75).

Para Fanon, a “(...) persistência em formas culturais condenadas pela sociedade colonial já é uma manifestação nacional. Mas essa manifestação remete para as leis da inércia. Não há ofensiva, não há redefinição das relações. Há crispação sobre um núcleo cada vez mais restrito, cada vez mais inerte, cada vez mais vazio” (ibid. 273).

Amílcar Cabral efetua, do nosso ponto de vista, uma reflexão mais profunda que Fanon sobre o papel da elite colonizada na luta pela independência, ao dizer-nos que:

² Sobre essa influência, cf. Williams e Chrisman (1994). Cabral e Fanon podem, inclusive, ter-se encontrado pessoalmente durante as idas do primeiro à Argélia, ou em outros espaços, dado que este país, depois da independência em 1962 – que teve em Fanon um dos ideólogos e lutadores de proa –, passou a fornecer apoios de várias ordens ao PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), partido liderado por Cabral e fundado, segundo a tese oficial, em 1956. Contudo, o historiador guineense Julião Soares Sousa (2011) defende, na pesquisa efetuada no âmbito da sua tese de doutoramento, que, na realidade, aquela organização foi criada por Cabral apenas em setembro de 1959.

“[É] no contexto desse drama quotidiano, sobre o pano de fundo da confrontação geralmente violenta entre as massas populares e a classe colonial dominante, que surge e se desenvolve na pequena burguesia indígena um sentimento de amargura ou um *complexo de frustração* e, paralelamente, uma necessidade urgente, de que ela toma pouco a pouco consciência, de contestar a sua marginalidade e de descobrir uma identidade” (Cabral, 1976: 238).

Acrescenta ainda que “(...) esta necessidade de libertação do complexo de frustração e da sua marginalidade leva a pequena burguesia autóctone a voltar-se para o outro polo do conflito sociocultural no seio da qual vive – as massas populares indígenas –, procurando uma identidade”. Contudo, na sua perspetiva, esse:

“(...) ‘retorno às fontes’ não é, nem pode ser, em si próprio, um *acto de luta* contra o domínio estrangeiro (colonialista e/ou racista) e já não significa necessariamente um retorno às tradições. É a negação, pela pequena burguesia indígena, da pretensa supremacia da cultura dominante sobre a do povo dominado, com o qual tem necessidade de se identificar para resolver o conflito socio-cultural em que se debate, procurando uma identidade. O ‘retorno às fontes’ não é pois uma ‘*démarche*’ voluntária, mas a única resposta viável à solicitação imperiosa de uma necessidade concreta, histórica, determinada pela contradição irreduzível que opõe a sociedade colonizada à potência colonial, as massas populares exploradas à classe estrangeira exploradora, contradição em relação à qual cada camada ou classe indígena é obrigada a definir uma posição. (...). [Neste sentido] (...) o ‘retorno às fontes’ só é historicamente conseqüente se implicar não apenas um comprometimento real na luta pela independência, mas também uma identificação total e definitiva com as aspirações das massas populares, que não contestam somente a cultura do estrangeiro mas ainda, globalmente, o domínio estrangeiro. Doutro modo, o ‘retorno às fontes’ não é mais do que uma solução que pretende obter vantagens temporárias, uma forma consciente ou inconsciente de oportunismo político da parte da pequena burguesia” (ibid.: 238-39)³.

³ Nesta senda, Amílcar Cabral foi um dos primeiros intelectuais africanos a “re-situar” os movimentos da negritude e do pan-africanismo ao afirmar que “[n]ão é pois por acaso que teorias ou movimentos tais como o *pan-africanismo* e a *negritude*, duas expressões pertinentes do “regresso às fontes” – baseadas principalmente no postulado da identidade cultural de todos os africanos negros – foram concebidas em espaços culturais distintos dos da África Negra” (Cabral, 1976: 238-9). Esta crítica, nomeadamente à Negritude, é recentemente retomada, por exemplo, por Mukoma wa Ngugi que acusa aquela de não ter conseguido criar revolucionários que dessem resposta à opressão gerada pelo racismo, e de ter caído “num estreito casaco racialista” ao considerar que a superação do racismo colonial passa por um enfoque na produção de uma “identidade africana” “que só conseguiu negar a humanidade aos africanos” (Ngugi, 2003: 80-81).

Cabral aproxima-se mais de Fanon ao considerar que:

“[M]esmo no seio de parte da pequena burguesia que reafirma uma identidade distinta da potência colonial, portanto, idêntica à das massas populares, essa reafirmação nem sempre se realiza da mesma forma. Parte dessa minoria, integrada no movimento de pré-independência, utiliza dados culturais estrangeiros para exprimir, recorrendo principalmente à literatura e às artes, mais à descoberta da sua identidade do que as aspirações e os sofrimentos das massas populares que lhe servem de tema. E como utiliza precisamente para essa expressão a linguagem e a língua da potência colonial, só excepcionalmente consegue influenciar as massas populares, em geral iletradas e familiarizadas com outras formas de expressão artística. Contudo, (...) consegue influenciar, com a sua reafirmação da sua identidade, tanto parte dos indecisos e retardatários da sua própria categoria social como um importante sector da opinião pública da metrópole colonial, principalmente intelectuais” (ibid.: 238-9).

Demonstra-se aqui que Cabral (1974, 1976, 1977, 1979) foi um dos teóricos que melhor idealizou e preconizou o forjar de uma identidade cultural africana por parte, por exemplo, da elite autóctone, da qual fazia parte como líder político e militar, levando em conta as seguintes palavras:

“Daí deriva este paradoxo aparente da contestação do domínio colonial: é no seio da pequena burguesia autóctone, categoria social nascida da própria colonização, que surgem as primeiras iniciativas consequentes visando a mobilização e a organização das massas populares para a luta contra a potência colonial. Essa luta (...) reflecte a consciência ou tomada de consciência de uma identidade própria, generaliza e consolida o sentimento de dignidade, reforçado pelo desenvolvimento da consciência política, e vai beber à cultura ou às culturas das massas populares em revolta uma das suas principais forças” (Cabral, 1976: 238-9).

Indo para além de Karl Marx (1990), no pensamento cabraliano o papel reservado à chamada “pequena burguesia” no emergir do nacionalismo africano é totalmente diferente daquele conferido pelo marxismo. Na Europa, por exemplo, nos finais do século XVIII e durante o século XIX, o nacionalismo da pequena burguesia era bastante conservador e visava a manutenção do *status quo*, e não a transformação das estruturas ao nível material da sociedade burguesa.

É, aliás, notando isso, que Marx perde as esperanças na burguesia da Renânia à qual, como integrante da pequena burguesia, tinha aderido até então, e “da crítica do Estado a partir da sociedade civil, passa-se à crítica da mesma sociedade civil e do Estado a partir da classe duplamente dominada (no nível económico-social e político). Isso requer, ao nível da estratégica política que procura a transformação, a

irrupção de um novo actor político lentamente discernido, o proletariado, e já não a burguesia renana (...)” (Dussel, 2007: 398)⁴.

As visões de Cabral e Fanon continuam sendo extremamente relevantes para a análise das realidades de muitos países ex-colonizados da África Subsariana, nomeadamente em Cabo Verde onde, na minha perspetiva, a persistência da herança claridosa⁵ – ou de um neo-claridosismo presente nas produções da elite intelectual e/ou literária [a manutenção da figura do “intelectual colonizado” teorizado por Fanon] –, leva a que o desafio de combater a colonialidade, que corrói o ainda incipiente campo de produção de conhecimentos, seja deveras significativo.

Já em 1959, em Roma, Fanon diz aos escritores e artistas negros que “a coisa mais urgente para um intelectual africano é a construção da sua nação” (Fanon, *ibid.*: 283). Na esteira de Fanon, é possível defender que, atualmente, o maior desafio dos/as intelectuais africanos/as reside na construção e produção de conhecimentos próprios e endógenos que permitam combater, mediante um processo de *des-colonialidade* (Barros-Varela, 2008, 2017), a persistente mentalidade colonial, e que se traduz, por exemplo, na importação de conhecimentos pouco adequados às realidades locais e à instalação da cultura de consultoria (Meneses, 2003; Barros-Varela, 2017).

Segundo o cientista político cabo-verdiano Onésimo Silveira, ao contrário de alguns autores que consideram a teoria cabraliana inovadora e de outros que a descrevem como “uma interpretação desabusada da luta de classes”, a postura de Cabral, para além de se configurar numa “heresia doutrinária”, “(...) tem toda a configuração de uma justificação *post-facto* da preponderância e do papel decisivo da pequena burguesia na luta de libertação que foi conduzida vitoriosamente na Guiné-Bissau contra a dominação colonial portuguesa” (Silveira, 1991: 13).

Apesar de relevante, o cunho eurocêntrico da posição de Silveira constitui uma evidência de que as análises dominantes, quer sejam de cunho marxista, quer não,

⁴ Esta investigação não tem como foco o estabelecimento de um diálogo mais profundo entre a concepção de pequena burguesia na obra de Cabral e a concepção sobre a mesma por parte de Karl Marx e de seus seguidores. Sobre a visão de Marx sobre a pequena burguesia, cf., entre outros, Marx (1990), Dussel (2007).

⁵ Referência à geração de escritores e intelectuais cabo-verdianos que fundou e alimentou a revista “Claridade” em Cabo Verde na década de 30 do século XX. Por utilizarem os instrumentos analíticos da ciência colonial/moderna para exaltarem as especificidades culturais “mestiças” ou “crioulas” do arquipélago, visando aproximá-lo do colonizador metropolitano em detrimento da herança afro-negra, esta geração “institucionalizou” ou legitimou historicamente a branquitude real e simbólica em Cabo Verde. Para outras leituras sobre a herança claridosa cf., entre outros, Barros (2008).

sobre a teorização de Cabral – que procura “resgatar” a pequena burguesia colonial de onde é originário –, devem ter em consideração, numa perspetiva pós-colonial, o *locus* de enunciação daquele autor, de forma a evitar os riscos de equiparações ocidentalizantes de processos históricos distintos. Como se verá de seguida, o pensamento de Cabral está longe de ser uma “uma interpretação desabusada da luta de classes”, constituindo uma conceção emulada do contexto específico de sua atuação enquanto intelectual e líder de um movimento de libertação africano.

2. Pan-africanista (Internacionalista) e Cosmopolita Subalterno. A Contra-modernidade/colonialidade do Pensamento Cabraliano

Para além da linguagem *in-disciplinar* que tem sido utilizada até aqui – recorrendo aos instrumentos analíticos das Relações Internacionais, História, ou Ciência Política –, pretende-se, secundado pela lente dos chamados Estudos Pós-coloniais, argumentar que o pensamento cabraliano está mais próximo da ideologia pan-africanista e internacionalista, marcado por um cosmopolitismo subalterno, do que do marxismo.

É de ressaltar que muito antes da emergência académica dos Estudos Pós-coloniais no Norte⁶ e seu posterior alastramento, para além de Amílcar Cabral, diversos autores do Sul e/ou diáspóricos, com destaque para Fanon, N’Krumah ou Memmi, já tinham produzido trabalhos críticos sobre os fenómenos colonial e neo-colonial, catalogados de “estudos coloniais”, ou sobre a colonização. São estes autores que inauguram a linguagem tida como tipicamente *desconstrutiva* e *auto-reflexiva* dos Estudos Pós-coloniais.

Ao posicionar-me, quiçá como um *outsider*, na leitura do pensamento cabraliano, estou a seguir, no que tange ao domínio do conhecimento, a linha deixada não só pelo próprio Amílcar Cabral, mas também por Frantz Fanon, Aimé Césaire, Claude Ake, Enrique Dussel, Aníbal Quijano ou Sílvia Rivera, que iniciaram “um

⁶ Que alberga a versão dominante, ou a que tem tido mais visibilidade, sobre os Estudos Pós-coloniais. Em relação ao que deve ser considerado de “perspetiva pós-colonial”, este ponto de vista defende que esta foi adotada inicialmente por autores classificados como intelectuais da diáspora negra ou migratória – essencialmente imigrantes procedentes de países periféricos que vivem na Europa Ocidental e na América do Norte –, e que teve na crítica literária a sua área precursora de disseminação. Esta ocorre sobretudo na Inglaterra, com destaque para a análise à literatura da Commonwealth por parte da sua academia, e nos Estados Unidos a partir dos anos 80 do século XX (Ashcroft, 1989, 1995; Childs, 1995; Rattansi, 1997; Lomba, 1998).

novo paradigma de investigação e análise; uma crítica ao eurocentrismo a partir do seu exterior, isto é, da perspetiva daqueles que foram intelectualmente debilitados através da persistência e da eficácia da diferença colonial” (Mignolo, 2003: 635-6).

No caso de Amílcar Cabral, a sua produção intelectual crítica do colonialismo leva-o afastar-se nitidamente das elites intelectuais cabo-verdianas anteriores, nomeadamente a geração dos “claridosos”, já que a alegada endogeneidade da sua produção é visivelmente posta em causa mediante releituras (Barros, 2008; Barros-Varela, 2017) que a colocam no âmbito do paradigma da ciência moderna/colonial, sua matriz de sustentação.

Estas elites procuravam ultrapassar a barreira entre colonizador e colonizado que a ciência colonial/moderna procurava preservar, mesmo que isso significasse, parafraseando Frantz Fanon na sua obra *Peles Negras, Máscaras Brancas* (1975), a alienação de parte do seu ser. É de ressaltar, portanto, que “(...) a implantação da ciência moderna nas antigas colónias do continente africano foi parte essencial do processo de regulação das relações entre os ‘civilizados’ e os ‘selvagens’” (Meneses, 2003: 705).

Contudo, após as independências, não obstante as linhas deixadas pelos autores acima referidos, denota-se a continuidade da utilização do paradigma da ciência moderna ocidental na produção de conhecimentos sobre a realidade política local, os tipos de regimes, sistemas e ideologias políticas.

No caso cabo-verdiano, a nova elite intelectual e dirigente baseou, em grande parte, a sua retórica nacionalista de base africana num “aparato político-discursivo”. Esta oratória “africanista” baseou-se essencialmente numa leitura distorcida do pensamento de Cabral. Um dos exemplos desta distorção constituía a defesa que Cabral fazia da legitimação da *participação* das “massas populares” na *direção* do Partido e do Estado. Todavia, a seguir à independência, este posicionamento não passou do nível da retórica, pois na prática esta *participação e direção* por parte das populações ficaram confinadas às estruturas administrativas estatais ou partidárias criadas nas localidades, ficando a pequena elite burocrática a dominar a cúpula do aparelho estatal.

Luís Mendonça (1983: 102) procura, de certa forma, justificar o papel dominante dessa elite ao afirmar que é Amílcar Cabral que:

“(...) confere à pequena burguesia, ou mais precisamente ao seu núcleo africano

ou revolucionário, *a direcção*⁷ não apenas do processo de libertação nacional mas do próprio Estado pós-revolucionário⁸. (...) [O] III.º Congresso, mantendo-se fiel ao legado político-ideológico de Cabral, adoptou uma categoria que ele não utiliza. Que traduz ao certo esta mudança: uma mera modificação terminológica sem alteração substancial ou uma deliberada intenção de enfatizar os elementos de *participação* de todas as camadas e classes na reconstrução nacional, em detrimento relativo dos elementos de *direcção* das massas populares? Como conjugar, sem comprometer os objectivos estratégicos, o compromisso obtido através da participação das várias camadas na gestão do Estado com a progressiva incorporação dos operários e camponeses no activo desempenho, *controlo e direcção* das actividades públicas?”

No entanto, a meu ver, para além de podermos estar perante uma interpretação abusiva do pensamento cabraliano, o que aconteceu na realidade é que a pequena elite burguesa não deu prossecução ao legado revolucionário da luta de libertação, mas sim seguimento à lógica excludente do colonialismo. Exemplo disso, e na sequência de outra exegese imprópria da visão de Amílcar Cabral, é a instrumentalização do conceito de “povo” por ele elaborado:

“População é toda a gente, mas o povo já tem de ser considerado com relação à própria história. Mas é preciso definir bem o que é o povo, em cada momento da vida de uma população. Hoje, na Guiné e em Cabo Verde, o povo da Guiné ou povo de Cabo Verde, para nós, é aquela gente que quer correr com os colonialistas portugueses da nossa terra. Isso é que é povo, o resto não é da nossa terra, nem que tenha nascido nela. Não é povo da nossa terra, é a população, mas não é povo. (...) Temos de entender bem (...) que em cada fase histórica de uma Nação, duma terra, duma população, duma sociedade, o povo define-se consoante a linha mestra da história dessa sociedade, consoante os interesses máximos da maioria dessa sociedade” (Cabral, 1979: 15-16 *apud* Mendonça, *ibid.*: 102-3).

É ponto assente que esta conceção intrincada de Cabral sobre o povo é uma

⁷ Itálico nosso.

⁸ Segundo este autor, “Cabral nega ao campesinato o papel de principal classe revolucionária, distribuindo-lhe uma função de mero suporte físico da revolução: ‘A questão de saber se o campesinato representa ou não a principal força revolucionária é de importância capital. E no que diz respeito à Guiné, devo responder negativamente. Pode assim parecer surpreendente que baseamos no campesinato a totalidade dos esforços da nossa luta armada. Representando todo o país, controlando e produzindo as suas riquezas, é fisicamente muito forte; no entanto, sabemos por experiência quanto nos custou a incitá-lo à luta. (...) Na Guiné, à parte certas zonas e certos grupos que, desde o princípio, nos acolheram favoravelmente, tivemos (...) de conquistar o seu apoio por meio de esforços tenazes” (Mendonça, 1983: 101-102).

edificação realizada a partir da realidade da libertação nacional, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, que se socorre sobretudo de preceitos históricos e políticos – logo, qualitativos, mas também quantitativos, circunscritos pela norma da maioria sociológica. Contudo, Mendonça parte da proposição cabraliana para pressupor que “depois da independência, em diferentes condições, mesmo aqueles que quiserem a independência, podem deixar de pertencer ao povo se não se identificarem com o objectivo de acabar com a exploração do homem pelo homem, contribuindo para a felicidade e progresso desse mesmo povo” (ibid.: 103).

Do nosso ponto de vista, mais do que uma interpretação desvirtuada, essa foi, efetivamente, a postura que o partido dirigente do Estado adotou após a independência em Cabo Verde. A ideia de que qualquer pessoa – individual ou coletiva –, que estivesse contra ou tivesse ideias ou propostas contrárias, diferentes ou alternativas em relação às do Partido Único, não devesse ser considerado parte do povo ou que passasse a ser visto como sendo anti-Partido Único ou anti-patriota, originou algumas medidas e atitudes por parte do Partido-Estado consideradas ditatoriais ou excessivas. Estas situações estão na base dos maiores protestos e críticas sofridas pelo regime, alguns com consequências inesperadas (Silveira, 1991; Almeida, 2000; Barros-Varela, 2017).

Perante estas e outras continuidades coloniais, considero ser imperativo o resgate da linguagem desconstrutiva e auto-reflexiva de Cabral enquadrando-o naquilo que apelido de *discurso contra-modernidade/colonialidade*. Esta tem como base inspiradora a noção de “contra-modernidade pós-colonial” utilizada pelo indiano Homi Bhabha (1994: 245) e o conceito de colonialidade de Anibal Quijano (1992). Segundo o primeiro, a “prerrogativa pós-colonial” procura afirmar e ampliar uma nova dimensão de cooperação, tanto no interior das margens do espaço-nação, como através das fronteiras entre nações e povos, tentando “representar uma certa derrota, ou mesmo uma impossibilidade, do ‘Ocidente’ e sua legitimação da ‘ideia’ de colonização”. Por outro lado, “movido pela história subalterna das margens da modernidade – mais do que pelos fracassos do logocentrismo – (...) [tenta], em pequena escala, remirar o conhecido, renomear o pós-moderno a partir da posição do pós-colonial” (Bhabha, 1994: 245).

Portanto, este discurso afasta-se do rótulo pós-colonial hegemónico, de cariz anglo-saxónico, que tem sido alvo de diversas críticas. Uma delas é feita por Godwin Rapango Murunga, que considera que:

“(...) o rótulo de pós-colonial é conveniente para santificar o imperialismo. Os novos africanistas adoptam o “pós-colonial” no lugar de ‘neo-colonial’ porque o

termo é imperialmente neutro e esvazia a escravatura, o colonialismo e o apartheid, dos seus conteúdos repugnantes. Consequentemente, torna a realidade da opressão neo-colonial menos visível e, por conseguinte, um alvo difícil para vozes revolucionárias resistentes do continente. O termo conceptualiza todas as sociedades como sendo pós-coloniais e coloca todos a ignorarem a realidade repressiva do neo-imperialismo e seus efeitos sinistros. Sempre que possível, essa suavização é acompanhada por slogans igualmente enganosos sobre uma globalização pacífica ou um multiculturalismo acolhedor na qual as identidades africanas são alegadamente equiparadas com outras identidades a nível global” (Murunga, 2004: 16).

A crítica cabraliana ao colonialismo, que constitui igualmente uma crítica ao eurocentrismo a partir do seu exterior, é cada vez mais atual na medida em que hoje é preciso ir muito mais além da crítica eurocêntrica ao eurocentrismo. Seguindo as trilhas de Cabral e de outros autores como Wole Soyinka, Frantz Fanon, Aimé Césaire que trouxeram “*a perspectiva da colonialidade em si mesma*” com a descolonização de África, bem como a emergência da filosofia de libertação e da teoria da dependência, Walter D. Mignolo defende que “[h]oje, a descolonização já não é um projecto de libertação das colónias, com vista à formação de Estados-nação independentes, mas sim o processo de descolonização epistémica e de socialização do conhecimento” (Mignolo, 2003: 633-42).

Para pugnar pela diversidade epistémica, e repelir a opressão epistémica encarnada pela estima das realizações da modernidade, é preciso estar alerta para a permanente crítica sócio-histórica do lado obscuro da modernidade, isso é, a “colonialidade” que, para Mignolo, vem adquirindo contornos globais. Para ele, “(...) é este, de facto, o maior desafio: re-imaginar o mundo, construir futuros justos e democráticos, socializar o poder em todos os níveis da sociedade, isto é, da perspectiva do que tem sido, e continua a ser negado em nome do conhecimento científico, do desenvolvimento económico, do progresso histórico, da democracia (aplicada e administrada), etc.” (ibid.: 633-42).

Ao pensar-se o conhecimento a partir da “colonialidade”, é possível abrir-se “(...) ‘uma outra lógica’, a do pensamento de fronteira e da diversidade de hermenêuticas pluritópicas em que se encontram dois modos territoriais de pensamento (o da modernidade europeia e o da diversidade de conhecimentos ‘locais’ para além da Europa), um ‘dependente’ do outro (por ser considerado inferior). Mas isso já não acontece com base nos princípios de ‘reconhecimento’ e da ‘tolerância’ promovidos a partir da perspectiva da modernidade, mas com base na ‘participação comum’ e em relações ‘inter-epistémicas’ exigidas por epistemologias territoriais subalternas.

As ‘epistemologias territoriais’ subalternas não são o oposto diverso e múltiplo da ‘epistemologia territorial hegemónica’ (i.e., o pensamento indiano e o pensamento ocidental; o pensamento africano e o pensamento ocidental; o pensamento islâmico e o pensamento ocidental; o pensamento andino e o pensamento ocidental, etc.). Ao contrário, a ‘diversidade do pensamento de fronteira’ emergiu em cada um e em todos os diferentes lugares em que os dois projectos globais da história local europeia invadiram a diversidade das histórias locais do planeta” (ibid.: 655).

Neste sentido, Mignolo considera que “[a] colonialidade do poder abre uma porta analítica e crítica que revela o lado obscuro da modernidade e o facto de nunca ter havido, nem pode haver, modernidade sem colonialidade”. Desta forma:

“A modernidade é um projecto que não poderá nunca ser completado, porque a modernidade não pode sê-lo sem a colonialidade. O futuro já não pode ser imaginado como um movimento na direcção da completude do projecto incompleto da modernidade (nas suas versões marxista ou habermasiana), mas deve ser pensada, antes, em termos de ‘transmodernidade’ (Dussel), de um mundo para o qual todas as racionalidades existentes podem contribuir. A socialização do conhecimento, ou seja, a superação do totalitarismo epistémico, implica a superação da modernidade/colonialidade, o simples facto de nunca ter havido tradição sem modernidade por que a modernidade a inventou; de nunca ter havido ciência e mito, porque a perspectiva científica necessita da invenção da razão mítica para se justificar a si mesma como razão racional; em síntese, o ‘mito da modernidade’ é o mito que justificou não apenas o totalitarismo científico, mas o totalitarismo *tout court*, tal como o estamos a testemunhar no início do século XXI à escala global. O totalitarismo da ciência e da razão vai muito além da própria ciência” (ibid.: 634-41).

Considero que são os tentáculos do referido totalitarismo científico que estão na base de tentativas que procuram reduzir o pensamento de Cabral ao binómio marxismo-cabralismo e/ou ao socialismo africano em detrimento do seu enquadramento, por exemplo, na ideologia do Pan-africanismo e na noção de cosmopolitismo subalterno. Isto não significa que o próprio Cabral não utilizasse as ferramentas da Ciência Moderna (Colonial) para as suas análises sobre o colonialismo português, nomeadamente mediante a Agronomia, no âmbito das ciências agrárias. Portanto, a crítica colonial surge a partir da própria ciência colonial (moderna). Um autor que ilustra esse fato é José Neves (2017) que, ao analisar o conceito de povo em Cabral, considera que este procede a uma junção do nacionalismo anti-colonial com os seus estudos agrários. Portanto, não caberia a Cabral desafiar o “totalitarismo científico”, mas sim aos estudiosos do seu pensamento vislumbrar como é que

este está insuflado de conhecimentos endógenos que fogem ao cânone da ciência moderna colonial. Neste ponto, até então, esses autores têm falhado redondamente.

Sendo anterior ao nacionalismo, o pan-africanismo – com raízes na diáspora africana desde o século XIX, principalmente nos EUA – transformou-se na principal fonte de imaginação em contraponto com as unidades territoriais que eventualmente se tornaram “Estados-nação” (Decraene, 1959; Mezu, 1965, Langley, 1973).

No caso da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, o movimento de libertação, personificado no PAIGC, era, analisando o discurso de Cabral, mais pan-africanista e, por conseguinte, internacionalista, do que nacionalista. Segundo ele, “unidade e luta” significa que a “nossa luta”, para além de visar a unidade do “nosso povo”, visa a unidade africana e universal. A luta é por isso, internacional e universal (Cabral, 1974: 31).

Vincar que o pensamento de Cabral era mais pan-africanista do que nacionalista não significa desvalorizar os trabalhos que incidem no carácter simultaneamente nacionalista e pan-africanista de Cabral. Como já se disse, procura-se distanciar-se da concepção de “nacionalismo de libertação” ou “nacionalismo anti-colonial” de inspiração marxista-leninista que, em última análise, acaba por reificar a concepção eurocêntrica de nacionalismo ou a ideia ocidental de Estado-nação. A título de exemplo, o texto historiográfico de Peter Karibe Mendy (2019) afirma, na página 70, que Cabral “absorveu a ideologia do marxismo-leninismo”. Por outro lado, propõe um olhar mais abrangente que, para além da nacional, vinca a dimensão pan-africanista de Cabral.⁹

No contexto da luta armada de libertação, ele justifica a opção guineense e cabo-verdiana pelo espaço africano, ao contrário da geração dos “claridosos”, da seguinte forma:

“Somos povos de África, (...) não temos hoje as armas especiais que os outros possuem, não temos grandes fábricas, não temos mesmo para as nossas crianças brinquedos que outras crianças possuem, mas temos o nosso coração, as nossas cabeças, a nossa história. É esta história que os colonialistas nos tiraram, os colonialistas têm o hábito de dizer que eles nos fizeram ingressar na história. Nós demonstramos hoje que não; eles fizeram-nos sair da história, da nossa própria história, para os seguirmos no seu comboio, no último lugar, no comboio da sua história. Hoje, empunhando as armas para nos libertarmos, seguindo o exemplo

⁹ Um outro autor que, diferentemente e muito antes de Mendy, tem uma interpretação prematuramente depreciativa de Cabral é Patrick Chabal (1983).

de outros povos que pegaram em armas para se libertar, queremos pelos nossos próprios pés, nossos próprios meios e nossos próprios sacrifícios regressar à nossa história” (Cabral, 1974: 96).

Todavia, essa postura do PAIGC é relativamente ignorada devido ao predomínio de estudos sobre os movimentos de libertação em Angola e Moçambique, nomeadamente os personificados pelo MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), respetivamente. Essas análises foram feitas, na sua maioria, por estudiosos anglo-saxónicos mais interessados nestes países da África Austral, devido ao seu importante papel nas lutas independentistas na antiga Rodésia (atual Zimbabwe) e na África do Sul, de colonização britânica, no âmbito da Guerra Fria.

Desconhece-se, igualmente, que a postura pan-africanista e internacionalista do PAIGC foi fundamental na consolidação dos movimentos anti-coloniais tanto em Angola como em Moçambique. Como testemunha Cabral:

“Nós mesmos, como PAIGC, trabalhamos muito para a unidade dos movimentos em Moçambique, para a criação da FRELIMO. Mas nós mesmos, PAIGC, ajudamos a formar o MPLA em Angola. Não é nenhuma vaidade, não, publicamente mesmo é sabido, os filhos de Angola sabem-no. Para servir os interesses do nosso povo, camaradas. Nós mesmos corremos riscos em Angola, em reuniões clandestinas. No momento em que vários angolanos estavam já presos pela PIDE. Foi preciso ir a Angola fazer reuniões. Arranjamos contrato como agrónomo e fomos para Angola e aproveitamos para reunir camaradas, para discutir com eles o novo caminho que devíamos seguir todos na luta pelas nossas terras. Debaixo do controlo da PIDE camaradas. E depois de outros trabalhos que já tínhamos feito em Angola. Para quê? Para servir o povo da Guiné e Cabo Verde, camaradas. Nós não tínhamos a mania de servir o povo de Angola, porque os próprios filhos de Angola servem bem o povo de Angola, embora nós, na nossa consciência de homens, tanto fazia para nós servir em Angola, como servir em Moçambique, como servir na Guiné ou Cabo Verde. E só é verdadeiramente um membro consciente do nosso Partido aquele que é capaz de servir em qualquer terra combatendo o mesmo inimigo. Sempre defendemos com a maior força a necessidade de união entre nós, movimentos das colónias portuguesas” (Cabral, 1979: 26).

De acordo com Hobsbawn (2004), o internacionalismo dos movimentos de libertação africanos é influenciado pelo alastramento da retórica socialista-marxista contra o imperialismo dos países colonizadores. É de inferir, portanto, que o cunho internacionalista do pan-africanismo recebeu fortes impulsos da “internacional so-

cialista”. Contudo, a relação do PAIGC com os Estados integrantes desta rede era moldada de acordo com os interesses do partido. Por exemplo, uma investigação da autora Natalia Telepneva (2020) nos registos recentemente divulgados dos arquivos de segurança da Checoslováquia mostra como este país procurou recrutar Cabral como “contacto clandestino” sob o nome de código SEKRETÁŘ (“Secretário” em checo) visando obter a ajuda deste para compreender a política africana e estabelecer relações com líderes como Kwame Nkrumah. Todavia, o artigo argumenta que, em muitos aspectos, foi Cabral quem modelou a relação com a Checoslováquia em benefício do PAIGC.

De igual forma, não se pode ignorar o pragmatismo ideológico de Cabral que permite ao PAIGC ter, por exemplo, ter excelentes relações com o Partido Social Democrata Sueco e com seu líder Olof Palme, tendo este fornecido toda a ajuda humanitária possível e tornando-se num dos principais apoiantes daquele movimento de libertação (Pereira *apud* Lopes, 2012: 138). Aristides Pereira, o primeiro presidente de Cabo Verde, chega a afirmar que “tal como Cabral, eu dava-me por satisfeito se pudéssemos criar em Cabo Verde um modelo próximo da Suécia, daí a minha admiração por Olof Palme” (idem: 418).

Este pragmatismo internacionalista pode ser testemunhado em mais um relevante exemplo: o facto de, juntamente com os representantes da FRELIMO e do MPLA, Marcelino dos Santos e Agostinho Neto, respetivamente, terem sido recebidos em audiência pelo chefe do Estado do Vaticano, o Papa Paulo VI, em 1970, apesar de, historicamente, a Igreja Católica, ter sido um dos principais sustentáculos do colonialismo europeu e de, tradicionalmente, estar mais próxima do espectro conservador (direita) da política e oposta à ideologia marxista-leninista. De acordo com Cabral, Paulo VI concordou com a “justeza da nossa luta e se lamentava que Portugal não conseguisse resolver o problema colonial, pela via pacífica, à semelhança de outros países europeus...” (Pereira *apud* Lopes, 2012: 149).¹⁰

Para o investigador angolano António Tomás (2007), “Cabral é um homem que

¹⁰ Diversos outros exemplos testemunham o forte pendor internacionalista do PAIGC e de Amílcar Cabral, como é o caso da ativa participação nos fóruns da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), que tinha sede em Argel, na Argélia, ou a inédita intervenção de um líder do movimento de libertação, como foi o caso de Cabral, perante a Quarta Comissão da Assembleia-Geral da ONU (XXVII sessão) em outubro de 1972 (Cabral, 1977). Este feito só foi igualado por Yasser Arafat, antigo líder da Organização da Libertação da Palestina (OLP) que, em 13 de novembro de 1974, também em momento inédito na história da ONU, foi o primeiro representante de uma entidade que não os Estados-membros a discursar em sessão regular da Assembleia Geral da ONU.

“sempre foi um pragmático”, que procurou “se identificar com nenhuma ideologia” face ao facto de “o mundo que tentava navegar ser complexo e exigir uma certa flexibilidade”.

Indo um pouco mais longe nesta análise, a meu ver, o internacionalismo pan-africanista cabraliano e dos seus “companheiros de luta” deriva também, em significativa medida, da inclinação extralocal dos ilhéus, espelhada nas posições das diversas gerações de intelectuais e políticos cabo-verdianos, como foram os casos dos chamados “nativistas” e dos “claridosos”. Esta propensão extralocal foi apelidada de cosmopolitismo por Gabriel Fernandes (2005: 239).

Historicamente, a figura do cabo-verdiano subalterno cosmopolita vai emergir no espaço das ilhas não só devido ao facto do seu papel na máquina burocrática da colonização portuguesa não se ter quedado pelo espaço insular – que se institui como placa giratória para outros espaços como as Américas e Europa –, mas também pela sua própria deslocação para esses espaços para servir os desígnios da Coroa (Barros-Varela, 2013).

Foi na sequência das reformas pombalinas, nomeadamente no campo da educação, que Cabo Verde reforçou a sua condição de máquina administrativa da colonização portuguesa ao passar a formar agentes e funcionários da administração colonial que iam trabalhar noutras colónias portuguesas. Por diversas vezes, esses agentes tornaram-se figuras de proa na hierarquia da administração colonial, ocupando um significativo espaço no seio dos quadros ou chefias intermédias. No caso da Guiné, devido à grande exiguidade de funcionários portugueses, foram os cabo-verdianos e seus descendentes, efetivamente, os principais agentes ou instrumentos da colonização portuguesa. Nesse deslocamento, a figura do cabo-verdiano era a de um *cosmopolita colonial*¹¹ ao serviço da burocracia estatal ou do exército nas chamadas campanhas regulares de pacificação.

Estamos, assim, perante uma dupla e ambivalente condição do cabo-verdiano deslocado, que é tanto um colonizado que, por exemplo, é recrutado para ser explorado como trabalhador nas famosas roças de S. Tomé e Príncipe nos inícios de Novecentos, como um agente “privilegiado” da colonização.

Contudo, uma diferença significativa entre o cosmopolitismo protagonizado entre as gerações anteriores e a geração liderada por Amílcar Cabral emerge nitidamente. Enquanto as anteriores estavam marcadas pelo cunho colonial, já que afirmaram o

¹¹ Noutro lugar apelidamos esta figura de *caliban prosperizado* (2013).

“seu vínculo “extralocal” à grande pátria e culturas lusitanas” – não se posicionando politicamente contra o colonialismo –, a geração de Cabral conferiu um cunho emancipatório (a *praxis* libertadora e revolucionária da luta anti-colonial) a esse cosmopolitismo ilhéu, ancorando-o ao espaço não-territorial africano. Prova disso constitui a deslocação maciça de quadros para, num espaço extraterritorial e alheio ao seu entorno originário, levar avante uma luta emancipatória também de feição extraterritorial (Fernandes, 2005: 241)¹². Por conseguinte, a transferência para as matas da Guiné configurou-se num *cosmopolitismo subalterno emancipatório e revolucionário*.

No término deste artigo, vale a pena realçar que muitos dos estudos sobre o pensamento de Cabral podem representar um notável esforço de releitura e reflexão crítica. Contudo, o quadro “epistemológico” que os enformam acaba por limitar a sua capacidade analítica na medida em que não procuram, ou não conseguem, escapar ao eurocentrismo que impregna o processo de produção de conhecimentos nos campos das ciências sociais e humanas em que cada um deles se situa. Alguns trabalhos albergam ou indiciam uma mudança metodológica e epistemológica que os coloca dentro da perspectiva da *contramodernidade-colonialidade*, como são os casos de Manji e Fletcher (2013) e Lima e Vicente (2023), mas constituem, ainda, raras e imberbes exceções.

O que nós procuramos intentar é acompanhar a crítica que fizemos à catalogação de Cabral no rol de autores marxistas-leninistas com a igual censura à “metodologia científica” que lhe subjaz. Ou seja, o enfoque não se dirige apenas para os contextos e circunstâncias de onde os conhecimentos são importados e onde são aplicados, mas também à ideologia epistemológica que está por detrás, nesse caso o paradigma ocidental da ciência moderna, também tributária do colonialismo europeu.

¹² Para Gabriel Fernandes (2005: 242), a luta anti-colonialista de âmbito extraterritorial é cosmopolita, sendo que, “no âmbito da unidade com a Guiné-Bissau, fica consagrado o propósito de construção de uma Pátria Africana [uma entidade supranacional], a qual terá sido projectada para ser muito mais que uma mera emanção do lugar”. Assim, este autor considera que “os actores cabo-verdianos, engajados na chamada luta de libertação, levada a cabo a partir da Guiné-Bissau, têm mais de cosmopolitas que de nacionalistas”. Acrescenta que este “inequívoco cosmopolitismo”, esse traço da cultura crioula, cujas raízes remontam a séculos atrás, doravante levado à sua expressão mais radical, leva ao “seguinte equacionamento: um nacionalismo que se deduz do anticolonialismo, que é orientado por um cosmopolitismo (crioulo)”. Ernest Gellner defende que “(...) para efeitos de análise, o nacionalismo aparece antes das nações. Não são as nações que criam Estados e nacionalismos, mas sim o contrário” (Gellner, 1983: 48-9). Se seguirmos a linha de pensamento de Fernandes, podemos afirmar que Cabo Verde erigiu um Estado antes do nacionalismo e que este começa a emergir somente após a queda [da] Unidade com a Guiné-Bissau. Por isso é que ainda Cabo Verde anda “em busca da nação” (Fernandes, 2005).

No fundo, esses trabalhos podem se enquadrar no rol dos críticos internos da ciência moderna que põe em causa o seu modo de atuação, mas nunca a sua supremacia enquanto produtor privilegiado de conhecimento, acabando por ser coniventes com a persistente colonialidade do saber e do poder. Em síntese, a ausência do recurso aos conhecimentos/saberes/ciências endógenos (Hountondji, 1997) nessa crítica contrasta com o predomínio do cânone ocidental da ciência moderna nessas leituras. Citando o grito de guerra usado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) durante a luta de libertação: “a luta continua!”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, G., 2000, *O dia das calças roladas*, Mindelo, Ilhéu Editora [2ª edição].
- ANDRADE, M. P., 1998, *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa (1911-1961)*. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1998.
- ASHCROFT, B., et al. 1989, *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*, Routledge, London.
- ASHCROFT, B., et al. eds. 1995, *The Post-Colonial Studies Reader*, Routledge, London and New York.
- BARROS, V., 2008, 'As 'Sombras' da Claridade: Entre o Discurso de Integração Regional e a Retórica Nacionalista', in L. Torgal, et al. eds., *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismo em África*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra: 219-226.
- BARROS-VARELA, O., 2008, 'Manifesto 'Lusofóbico': Crítica da Identidade Cultural 'Lusófona' em Cabo Verde', in *Mestiçagens Socioculturais e Procura de Identidade na África Contemporânea: o Caso dos Países Africanos Lusófonos*, CODESRIA-UNICV, Praia, 03 – 04 de Novembro de 2008.
- BARROS-VARELA, O., 2013 'Cabo Verde: A Máquina Burocrática Estatal da Modernidade (1614-1990)', in Sarmento, Cristina Montalvão; Costa, Suzano eds. *Entre África e a Europa. Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*, Coimbra, Almedina: 173-208.
- BARROS-VARELA, O., 2017, *Mestiçagem Jurídica? O Estado e a Participação Local na Justiça em Cabo Verde. Uma análise Pós-Colonial*, Lisboa, Instituto Camões.
- BARROS-VARELA, O., 2018, *Crítica da Razão Estatal: O Estado Moderno em África nas Relações Internacionais e Ciência Política. O Caso de Cabo Verde*, Praia, Pedro Cardoso.
- BÉNOT, Y. B., 1972, *Idéologies des indépendances africaines*. Paris: François Maspero.
- BONAVIDES, P., 2000, *Ciência Política*, 10ª Ed., São Paulo, Malheiros Editora.
- BOTZARIS, A., 1959, 1961, *África e o comunismo*; Vols. 1 e 2. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- BROCKWAY, F., 1963, *African Socialism*. London: The Bodley Head.
- BURDEAU, G., 1957, *Droit Constitutionnel et Institutions Politiques*, Paris, Imprenta.
- CABRAL, A., 1974, *Libertação Nacional, Manual Político do PAIGC*, Lisboa, Edições Maria da Fonte.
- CABRAL, A., 1976, *Unidade e Luta I: A Arma da Teoria*, Vol. I, Lisboa, Seara Nova.
- CABRAL, A., 1977, *Unidade e Luta II: A Prática Revolucionária*, Vol. II, Lisboa, Seara Nova.
- CABRAL, A., 1979, *Análise de Alguns Tipos de Resistência*, Bolama, Imprensa Nacional de Guiné-Bissau.
- CHABAL, P., 1983, *Amilcar Cabral Revolutionary Leadership and People's War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHILDS, P. & Williams, P., 1997, *An Introduction to Post-Colonial Theory*, London, Harvester Wheatsheaf/Prentice Hall.

- CHILCOTE, R. H., 1972, *Emerging nationalism in Portuguese Africa: Documents*. Stanford, Calif.: Hoover Institution Press.
- DAVIS, H. B., 1979, *Para uma teoria marxista do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DHADA, M., 1993, *Warriors at Work: How Guinea Was Really Set Free*. Colorado: University Press of Colorado.
- DAHL, R., 1997, *Poliarquia. Participação e oposição*, São Paulo, Edusp.
- DAVIDSON, B., 1988, *As Ilhas Afortunadas*, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro.
- DECRAENE, P., 1959, *Le panafricanism*. Paris: Presses Universitaires de France.
- DUSSEL, E., 2007, *Política de La Liberación. Historia Mundial Y Crítica*, Madrid, Editorial Trotta.
- DUVERGER, M., 1948, *Les Régimes Politiques*, Paris, Presses Universitaires de France.
- ELAIGWU, I.; MAZRUI, A., 2010, 'Construção da Nação e Evolução das Estruturas Políticas', in *História Geral de África*, Vol. VIII, Paris, UNESCO: 519-563.
- FANON, F., 1975, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Porto, Paisagem, [2ª edição].
- FANON, F., 1980, *Em Defesa da Revolução Africana*, Lisboa, Sá Da Costa.
- FANON, F., 2006, *Os Condenados da Terra*, Juiz de Fora, Editora UFJF.
- FERNANDES, G., 2005, *Em Busca da Nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde Crioulo*, Florianópolis/Praia, Editora da UFSC/IBNL.
- HOBSBAWM E.; Ranger, T. eds., 1983, *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HOBSBAWM, E., 2004, *A Questão do Nacionalismo: Nações e Nacionalismos Desde 1780*, Lisboa, Edições Terramar.
- HOUNTONDJI, P. ed., 1997, *Endogenous Knowledge: research trails*, Dakar, CODESRIA.
- IDAHOSA, P., 2002, 'Going to the People and Amílcar Cabral's Materialist Theory and Practice of Culture and Ethnicity', *Lusotopie*, nº9, pp. 29-58.
- KI-ZERBO, J., et ali., 2010, 'Construção da Nação e Evolução dos Valores Políticos', in *História Geral de África*, Vol. VIII, Paris, UNESCO: 565-602.
- LANGLEY, J. A., 1973. *Pan-Africanism and Nationalism in West Africa 1900-45: A Study in Ideology and Social Classes*. Oxford: Oxford University Press.
- LIMA, R.; Duarte, S., 2023, "Cabo Verde à beira da revolução: a emergência do pan-africanismo cabo-verdiano e os protestos em África", *Africa Development*, Vol. 48, No. 1, 2023, pp. 1-25.
- LOOMBA, A., 1998, *Colonialism/Postcolonialism*, London & New York, Routledge.
- LOPES, J. V., 2012, *Aristides Pereira, Minha Vida, Nossa História*. Praia: Spleen.
- LUKE, T. W., 1981, 'Cabral's Marxism: An African Strategy for Socialist Development', *Studies in Comparative Communism*, Vol. 14, No. 4, pp. 307-330.
- MANJI, F.; Fletcher Jr, B. eds., 2013, *Claim No Easy Victory: The Legacy of Amílcar Cabral*. Dakar: CODESRIA.
- MARX, K., 1990, *Capital: Crítica da Economia Política*, III Vols., Lisboa, Editorial Avante.
- MENDY, P. K., 2019, *Amílcar Cabral: A Nationalist and PanAfricanist Revolutionary*. Athens: Ohio University Press, Pp. 237.

- MENDONÇA, L., 1983, 'A Constituição da República de Cabo Verde – Um Parlamentarismo sem Modelo', *Revista do Ministério da Justiça*, 8 (21): 91-101.
- MENESES, M. P., 2003, 'Agentes do Conhecimento? A Consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique', Santos, Boaventura de Sousa ed., *Conhecimento Prudente Para Uma Vida Decente, 'Um Discurso sobre as Ciências' revisitado*, Porto, Afrontamento: 683-715.
- MEZU, S. O., 1965, *The Philosophy of Pan-Africanism: A Collection of Papers on the Theory and Practice of the African Unity Movement*. Georgetown: Georgetown University Press.
- MIGNOLO, W., 2003, 'Os esplendores e as misérias da 'ciência': Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica', B. Santos ed. *Conhecimento Prudente Para Uma Vida Decente, 'Um Discurso sobre as Ciências' revisitado*, Porto, Afrontamento: 631-671.
- MURUNGA, G., 2004, 'African Cultural Identity and self-writing', *Africa Review of Books*, 1 (1): 15-16.
- NEVES, J., 2017, 'Ideology, science, and people in Amílcar Cabral'. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.2, abr.-jun. 2017.
Available at: <http://www.scielo.br/hcsm>.
- NGUGI, M., 2003, *Conversing with Africa: Politics of Change*, Nairobi, Kimaathi Publishing House.
- N. BOBBIO, et ali., 1997, *Dicionário de Política*, Brasília, UnB., 7ª ed.
- N'KRUMAH, K., 1965, *Consciencism: Philosophy and Ideology for Decolonization*, New York, Monthly Review Press.
- NYERERE, J., 1967, *Freedom and Unity—Uhuru na Umoja: A Selection from Writings and Speeches, 1952–65*, Dar es Salaam, Ibadan, Oxford University Press.
- NYERERE, J., 1968, *Freedom and Socialism. A Selection from Writings & Speeches, 1965-1967*, Dar es Salaam, Oxford University Press.
- NYERERE, J., 1977, *Ujamaa-Essays on Socialism*, London, Oxford University Press.
- PEREIRA, Aristides (2003), *O Meu Testemunho. Uma Luta, um Partido, dois Países*. Lisboa. Editorial Notícias.
- QUIJANO, A., 1992, 'Colonialidad y modernidad/racionalidad', *Perú Indígena*, 13 (29): 11-20.
- RATTANSI, A., 1997, 'Postcolonialism and its discontents', *Economy and Society*, 26 (4): 480-500.
- SARTORI, G., 1982, *Partidos e Sistemas Partidários*. Editora Zahar, Rio de Janeiro.
- SCHUMPETER, J., 1961, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- SILVEIRA, O., 1991, *A Tortura em Nome do Partido Único: O PAICV e sua Polícia Política*, Mindelo, Terra Nova e Ponto & Vírgula.
- SILVEIRA, O., 2004, *África ao Sul do Sahara: sistemas de partidos e ideologias de socialismo*, Lisboa, Associação Académica África Debate.
- SOUSA, J., 2011, *Amílcar Cabral: Vida e Morte de um Revolucionário Africano*, Lisboa, Vega.
- TELEPNEVA, N., 2020, "Code Name SEKRETĀR': Amílcar Cabral, Czechoslovakia and the Role of Human Intelligence during the Cold War", *The International History Review*, 42:6, 1257-1273.
- TOMÁS, A., 2007, *O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral*. Praia: Spleen Edições.
- WILLIAMS, P. & Chrisman, L. eds., 1994, *Colonial Discourse and post-colonial theory*, New York, Columbia University Press.



A ATUALIDADE E A NOVIDADE EM AMÍLCAR CABRAL

JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA

Há trinta anos, publiquei no semanário português *Expresso*, onde trabalhava, uma extensa reportagem com o título “Quem Mandou Matar Amílcar Cabral”. Foi em janeiro de 1993 e serviu para assinalar os vinte anos do seu assassinato. Para essa reportagem, fui à Guiné-Bissau, ao Senegal, à República da Guiné e, claro está, a Cabo Verde, onde aliás vim por duas vezes de propósito, tendo falado e entrevistado muita gente.

Não vou falar propriamente da morte de Cabral, sobre isso já escrevi e falei muitas vezes, e não foi para isso que a UCCLA me convidou.

A propósito daquela reportagem, recordo que enviei cópias a muitos dos meus entrevistados, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Uma das pessoas a quem a enviei foi, naturalmente, à viúva de Amílcar Cabral, Ana Maria Cabral, que eu entrevistara, e que, na volta do correio, me enviou um cartão a agradecer e que guardei no meu arquivo. “Gostei do esforço do *Expresso* e não só”, escrevia a Ana Maria Cabral. “Ainda continuo a receber fotocópias de vários jornais que também falaram sobre o assunto.” E a terminar, espantava-se a Ana Maria: “Disseram-me que até na TV se falou em Cabral!”

Há alguns anos, o santomense Tomás de Medeiros, no seu livro *A Verdadeira Morte de Amílcar Cabral* (Althum.com, 2012), dissera que “o silêncio que sobre ele e as suas teorias se abateu a seguir ao seu desaparecimento é a sua segunda morte...”. Era uma análise profundamente desencantada, com uma conclusão não só apressada como claramente desmentida pela realidade.

O jurista português António Duarte Silva, um dos maiores estudiosos da luta de libertação do PAIGC e dos processos de independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, fez recentemente um exaustivo levantamento bibliográfico dos trabalhos académicos em torno de Cabral. A bibliografia é tão vasta que ele se sentiu obrigado a cingir-se “ao pensamento político, estratégia e direção político-militar” de Cabral durante a luta de libertação nacional, e apenas “no âmbito da História, Ciência Política e Sociologia”. Ou seja, deixou de fora outras abordagens, igualmente frequentes, por serem “predominantemente literárias, culturais, económicas, etnográficas ou antropológicas”. Excluídos ficaram ainda os incontáveis trabalhos jornalísticos (como “A Guerra”, sobre a guerra colonial, uma série de documentários televisivos da RTP, de Joaquim Furtado), ou iniciativas online (como o blogue português “Luís Graça e Camaradas da Guiné”, acerca da guerra na Guiné-Bissau).

Só entre dissertações, ensaios e outros trabalhos académicos similares, Duarte Silva elencou mais de sessenta (60) autores. Há teses de mestrado e de doutoramento em prestigiadas universidades da Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Portugal, França, Itália e Brasil. A nacionalidade dos autores é muito diversa. Por ordem alfabética, para não ferir suscetibilidades: Angola, Argélia, Argentina, Austrália, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Canadá, Cuba, Estados Unidos da América, França, Gâmbia, Grã-Bretanha, Guiné-Bissau, Índia (mais precisamente, Goa), Itália, Moçambique, Nigéria, Portugal, Rússia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Suécia, Suíça.

Além disso, a figura de Amílcar Cabral foi tema de vários simpósios internacionais (dois em Cabo Verde), fóruns, conferências, colóquios, obras coletivas, dossiês, exposições. Isto sem falar, repito, das inúmeras abordagens jornalísticas, na imprensa, rádio e televisão de numerosos países.

Não tenho qualquer dúvida: Cabral é o mais estudado, mais conhecido, mais apreciado líder dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Muito mais que os angolanos Agostinho Neto ou Jonas Savimbi, ou os moçambicanos Eduardo Mondlane ou Samora Machel. Mais estudado até que os políticos portugueses seus contemporâneos – exceção feita, talvez, ao ditador António de Oliveira Salazar.

Este ano, a propósito dos 50 anos da sua morte, realizou-se em Lisboa um grande colóquio internacional, subordinado ao tema “Amílcar Cabral e a História do Futuro”, nos dias 13 e 14 de janeiro, na Assembleia da República, o local mais apropriado e simbólico. Seguiu-se uma exposição, da iniciativa da Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril, no Palácio Baldaya, em Benfica, que esteve patente durante mais de três meses (estando previsto, tanto quanto me foi dado saber, que

venha a ser mostrada em Bissau e na Praia). Com um excelente catálogo, impresso e online, a exposição foi inaugurada pelo Presidente da República de Portugal, que, um mês antes, condecorara Cabral a título póstumo com o Grande-Colar da Ordem da Liberdade. Foi o único dirigente dos movimentos de libertação agraciado pelo Estado português com a Ordem da Liberdade.

Na grande imprensa de Portugal saíram artigos no *Expresso* (eu próprio assinei um trabalho, com o mesmo título de há 30 anos), no *Público*, no *Diário de Notícias*. Várias rádios e televisões, em particular a RTP África, trataram a efeméride.

E na imprensa internacional? Numa pesquisa muito sumária que fiz na net, encontrei, só na semana ligada à data do cinquentenário da sua morte, trabalhos na RFI, na *Deutsche Welle*, no *Jornal de Angola*, no *Afrique XXI*, um portal francês, na revista do diário italiano *La Repubblica*, no jornal brasileiro *Folha de São Paulo*, no portal *Novosti*, da Croácia.

De todos, não posso deixar de destacar a notável cobertura feita pelo jornal português *Público* que, durante 13 semanas consecutivas (ou seja, três meses), dedicou duas páginas do suplemento de domingo a trabalhos de académicos sobre a figura de Amílcar Cabral e que depois juntou numa edição online.

Quanto ao *Expresso*, ainda em outubro passado publicou um interessante trabalho sobre uma entrevista que Cabral deu em Londres às revistas “Anticolonialismo” e “Polémica”, e cujo som foi cedido por Pedro George, um dos entrevistadores, a par de José Medeiros Ferreira. A entrevista foi concedida em 1971, até era conhecida, mas nunca se ouvira a versão áudio, que, de repente, 52 anos depois, lhe empresta uma insuspeita atualidade.

Pediram-me para falar sobre a atualidade de Amílcar Cabral. Ora, sabe-se como o valor essencial do jornalismo é a novidade, que tantas vezes confere atualidade mesmo a acontecimentos ou episódios ocorridos num passado distante.

E, em matéria de novidade, os arquivos são uma espécie de mina inesgotável. Sou uma espécie de rato de biblioteca e sempre que vou a um arquivo trago de lá coisas novas e interessantes. Depois da reportagem de 1993 e do livro a que deu origem (*Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?*), publicado pela Relógio d’Água em 1995, quando se tratou de fazer uma nova edição, voltei aos arquivos do Estado Novo, que estão todos disponíveis e de acesso livre e público.

No Arquivo da PIDE/DGS encontrei algumas pérolas. Uma delas foi um poema de Manuel Alegre, de 6 de fevereiro de 1973, data das cerimónias fúnebres de Cabral em Conacri, a que ele assistiu. Policopiado, foi distribuído, como se fosse um panfleto (um *flyer*, como agora se diz), à multidão; um exemplar chegou às mãos

da DGS de Bissau, que o enviou para Lisboa. O poema chama-se «Cabral “chefe di guerra”». Curiosamente, quando lhe mostrei o poema que encontrara nos arquivos, Manuel Alegre já não se lembrava de o ter escrito: tinham passado 23 ou 24 anos e, como se sabe, a memória humana é limitada e, portanto, seletiva.

Os arquivos portugueses já foram passados a pente fino por numerosos investigadores, de todas as correntes e de várias nacionalidades. Creio – mas claro que posso estar enganado – que dos arquivos portugueses, assim como da memória dos principais intervenientes na guerra, já tudo ou quase tudo se conhece.

Mas acredito, estou mesmo certo, que ainda haverá muita informação relevante nos arquivos de outros países. Quais?

Antes de mais, a França. Antiga colónia francesa, a República da Guiné nunca deixou de estar na mira de Paris, que aliás tudo fez para derrubar o Presidente Sékou Touré. Em 2003, com o empenho do então embaixador de Portugal em Paris, António Monteiro, pedi à ministra da Defesa de França, Michèle Alliot-Marie, autorização para consultar o arquivo dos serviços secretos franceses, os SDECE. Sem êxito: esses arquivos, justificou, não são públicos. O mesmo aconteceu com o requerimento que fiz em Itália, cuja embaixada em Conacri também representava os interesses da França e da Alemanha. No Ministério dos Negócios Estrangeiros de Itália o período de embargo é de 50 anos.

E nos arquivos do Vaticano nem vale a pena pensar. Certo, é que a Igreja Católica seguiu atentamente todo o processo político na Guiné-Conacri. E sofreu na pele: o bispo de Conacri, monsenhor Raymond-Marie Tchidimbo, foi preso na sequência da célebre “Operação Mar Verde” (de novembro de 1970, organizada pela tropa portuguesa), torturado e condenado a prisão perpétua, vindo a ser libertado oito anos depois. Nos arquivos do Vaticano haverá seguramente muita informação útil.

A investigadora espanhola María José Tíscar teve acesso ao arquivo diplomático da Suíça (*A PIDE no Xadrez Africano*, Colibri, 2017). Num relatório baseado em fontes da Comissão Internacional de Inquérito ao assassinato de Cabral, o encarregado de negócios suíço em Conacri opinou, a 27 de janeiro de 1973: “Devemos procurar as causas [da sua morte] num conflito racial, os negros do PAIGC acusando os seus parceiros mestiços de monopolizar o poder”.

Por sua vez, Jorge Santos Carvalho (em *As Relações Jugoslavo-Portuguesas*, IUC, 2012) teve acesso ao relato feito em fevereiro de 1973 por Agostinho Neto às autoridades da então Jugoslávia no âmbito de uma visita àquele país. O líder do MPLA estivera no funeral de Cabral e diz que a Comissão Internacional de Inquérito, que integrou, “ouviu cerca de 500 membros do PAIGC que se encontravam em

Conacri”, dos quais “só 20 se exprimiram abertamente por Cabral”, enquanto “352 declararam-se contra”. No seu insuspeito relato, Agostinho Neto dizia que “quase todos os ativistas” do PAIGC em Conacri “sabiam o que iria acontecer”.

Outros países conservam certamente informação relevante sobre a luta de libertação, sobre o PAIGC e sobre o seu líder.

Dos arquivos de Conacri nada se conhece. O mais provável é que nem haja. Afinal de contas, Ahmed Sékou Touré, o primeiro Presidente da Guiné, governou com mão de ferro desde 1958 até à sua morte, em 1984, cotando-se como um dos maiores déspotas africanos do período das independências.

E no outro país vizinho, o Senegal? Há muitos anos, procurei entrevistar o ex-Presidente do Senegal, Leopold Senghor. Muni-me, para tanto, de uma carta de recomendação do então Presidente português, Mário Soares, seu amigo pessoal. Entreguei-a em mãos na sua residência em Paris. Sem sucesso.

O embaixador da Argélia em Conacri, Messaudi Zitouni, foi um dos diplomatas que fez parte da Comissão Internacional de Inquérito. Tentei falar com ele, com uma carta de recomendação de Manuel Alegre. Alegre e Zitouni conheciam-se de Argel, quando o português era a voz da Rádio Voz da Liberdade. Nunca obtive resposta do influente diplomata e político argelino.

À mesma Comissão pertenceu, em representação da Frelimo, Joaquim Chissano. Contactei-o pessoalmente por duas vezes: uma em Portugal, era ainda Presidente da República de Moçambique, outra em Maputo, quando já deixara o cargo. Disse-me que reservava o relato para as suas próprias memórias. Até agora só saiu o primeiro volume (*Vidas, Lugares e Tempos*, Texto, 2011), que termina em 1963. Foi lançado em 2011, ignora-se quando sairá o próximo.

De Cuba, há o livro do então embaixador em Conacri, Oscar Oramas, *Amílcar Cabral para além do seu tempo* (Hugin, 1998). Oramas confirma de forma porventura definitiva o envolvimento de Osvaldo Vieira no assassinato, ao qual este assistiu, “escondido atrás” de umas árvores. Osvaldo Vieira era um dos mais destacados dirigentes e guerrilheiros guineenses do PAIGC. O livro de Oramas é um volume de memórias. Os arquivos de Havana estão por trabalhar. Se alguma vez forem tornados públicos, não duvido que terão muitas novidades, sobre a luta na Guiné, hoje Guiné-Bissau, mas sobretudo sobre a guerra civil de Angola, em particular sobre o 27 de Maio, o chamado “golpe de Nito Alves” e a carnificina que se lhe seguiu.

Os arquivos de países do ex-bloco socialista já começaram a ser estudados e divulgados. A investigadora russa Natalia Telepneva já mergulhou nos arquivos

da ex-União Soviética e da ex-Tchecoslováquia. Num livro muito recente, de 2021 (*Cold War Liberation. The Soviet Union and the Collapse of the Portuguese Empire in Africa, 1961–1975*), sobre o apoio concedido aos movimentos de libertação, diz, por exemplo, que a URSS treinou cerca de dois mil combatentes das FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo¹), que constituíam cerca de 40% da totalidade das forças armadas. E, a partir dos arquivos de Praga, revela que a Tchecoslováquia foi o primeiro país do Leste europeu a apoiar em termos concretos o PAIGC, após o que tentou recrutar Cabral “para colaborar com os serviços de informações estrangeiros”. Acrescenta, porém, que Cabral “não satisfaz os pedidos que lhe foram apresentados, mostrando-se empenhado em preservar a sua autonomia”.

O livro de Natalia Telepneva vai ser em breve editado em Portugal, tal como o já citado trabalho de António Duarte Silva, *Amílcar Cabral e o fim do império: independências da Guiné-Bissau e Cabo Verde*. Aliás, em Portugal, o movimento editorial em torno de Cabral não cessa. No ano passado, por exemplo, foi editado *A Resistência Continua* (Afrontamento), do investigador italiano Vincenzo Russo, e o romance *A Última Lua de Homem Grande* (D. Quixote), do escritor e artista cabo-verdiano Mário Lúcio Sousa.

Chegado aqui, ainda nada disse sobre Cabo Verde e a Guiné-Bissau.

Não me compete a mim, jornalista estrangeiro, falar do que em Cabo Verde se tem feito. Permitam-me apenas que elogie a investigação desenvolvida por um camarada de profissão, o José Vicente Lopes, que é talvez o autor que mais tem produzido sobre o PAIGC e o processo de independência e democratização de Cabo Verde – destacando em particular o seu incontornável livro/entrevista *Aristides Pereira: minha vida, nossa história* (Spleen, 2012). E, já agora, num registo inteiramente diferente, o admirável álbum *Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena. A Outra face do Homem* (2016), com a chancela da Rosa de Porcelana.

E da Guiné-Bissau? Que eu tenha conhecimento, o cinquentenário da morte de Cabral quase passou despercebido por parte das autoridades. Ainda assim, há numerosos investigadores da Guiné-Bissau com obra feita sobre Cabral, mas em instituições académicas fora do país: Brasil, Senegal, Portugal. Devo mesmo dizer que a melhor e mais completa biografia de Amílcar Cabral que conheço é de um autor guineense: Julião Soares Sousa. A obra, intitulada *Amílcar Cabral. Vida e*

¹ As FARP, criadas em 1964, no sul da hoje Guiné-Bissau, foram originalmente o “braço armado” do PAIGC.

Morte de um Revolucionário Africano (Vega, 2012), foi a sua tese de doutoramento na Universidade de Coimbra e tem uma edição em Cabo Verde.

Enquanto repórter, primeiro do semanário *O Jornal*, depois do *Expresso*, fui várias vezes à Guiné-Bissau. Nunca tive a oportunidade de ali apresentar o meu livro – ao contrário do que sucedeu com Cabo Verde, tendo estado na Praia e no Mindelo, bem como em diversas cidades por onde se dispersa a vasta diáspora cabo-verdiana.

A terminar, regresso ao tema sobre o qual pediram que me pronunciasse, o da atualidade de Cabral.

Em 2020, a revista *BBC World Histories Magazine* promoveu um inquérito entre os seus leitores sobre quem seria o maior líder da História. O mais votado, a partir de uma lista prévia, foi o Marajá Ranjit Singh, o líder do império Sikh do século XIX. Em segundo lugar, e à frente do britânico Winston Churchill e do presidente norte-americano Abraham Lincoln, ficou... Amílcar Cabral, o pai da independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Morto aos 49 anos, Amílcar Lopes Cabral não foi: é uma figura grande da história contemporânea de África e do então chamado Terceiro Mundo. Historiadores houve que o chegaram a comparar, na estatura moral e política e na dimensão estratégica, a Nelson Mandela. Como disse o historiador Basil Davidson, numa entrevista que me concedeu em 2001 para o semanário *Expresso*, se tivesse vivido mais tempo, Cabral teria sido provavelmente Secretário-Geral da ONU...

Na Guiné-Bissau, porém, onde nasceu e está sepultado, e à exceção de um círculo cada vez mais restrito, parece ser uma figura praticamente ignorada. Como verifica o investigador guineense Carlos Cardoso, “há uma espécie de política de esquecimento da memória para apagar figuras como Cabral”.

No entanto, quem visitar a Guiné-Bissau, o primeiro nome com o qual se depara é o de Osvaldo Vieira, pois assim continua a chamar-se o aeroporto internacional de Bissau. O que não deixa de ser uma suprema ironia...



2º TEMA

LITERATURA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

1. FELISBERTO VIEIRA

As dinâmicas da literatura Cabo-Verdiana

2. DOMÍCIO PROENÇA FILHO

Literatura, Inclusão e Desenvolvimento Cultural

3. AMADÚ DAFÉ | **Ecos de Amílcar Cabral**

4. SHEILA KHAN | **A língua portuguesa como hospitalidade a uma cidadania da inclusão**

5. PEDRO CASTELEIRO | **As fontes da lírica**



XI ENCONTRO DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Conferencistas do 2.º tema

LITERATURA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

EM CIMA:

Da esquerda para a direita

Felisberto Vieira, Domicio Proença Filbo, Amadiú Dafé, Sheila Khan e Pedro Casteleiro



AS DINÂMICAS DA LITERATURA CABO-VERDIANA

FELISBERTO VIEIRA

É com o maior gosto que me associo ao XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, promovido pela UCCLA e pela Câmara Municipal da Praia, entidades que saúdo respetivamente nas pessoas do Dr. Vítor Ramalho e do Dr. Francisco Carvalho.

Quero também saudar e felicitar as instituições, entidades e todos quantos participam deste certame cultural de primeira grandeza e que tem como propósito homenagear o escritor David Hopffer Almada e o escritor Amílcar Cabral, esta emblemática figura da nacionalidade cabo-verdiana, como parte da celebração do centenário do seu nascimento. Trata-se de um reconhecimento merecido.

O Encontro deste ano tem como temática central a “Língua Portuguesa, Expressão de Liberdade, Democracia e Desenvolvimento Municipal”, de onde derivam uma série de outras temáticas, umas em conferência, outras em mesas redondas, como esta em que me coube participar, alusiva à questão “Literatura, Inclusão e Desenvolvimento Cultural”.

Pela composição deste painel de ilustres participantes de gerações diversas, competências múltiplas e ângulos de abordagens plurais, quero crer que, de mim, os promotores pretendem posições de princípio sobre a Cultura, enquanto húmus da identidade, integridade e da unidade nacional, através dos seus pilares, de que certamente a Literatura, assim como a Língua Crioula e a Música, é um dos mais sólidos na definição da Cabo-verdianidade.

Ouso afirmar que o nosso perfil de Nação Cabo-verdiana não se desapega dos seus fatores genealógicos, em que a oratura, desde os primórdios do povoamento e da dinâmica da mestiçagem, e a literatura, de forma mais nítida e sistemática, a partir dos fins do século XVIII, e mais alargadamente no século XIX, com o aparecimento da imprensa e a consagração da Geração dos Nativistas, fazem parte e em muito contribuíram ao longo do tempo para os afrontamentos históricos da luta de libertação anticolonial, a reconstrução nacional e a instauração do Estado Democrático de Direito.

Aqui, revisitaria Amílcar Cabral na sua premissa de que a luta de libertação era um acto de Cultura, e acrescentaria que a Cultura se mantém como um factor de mobilização, integração e dinamismos da Nação que o Cabo-verdiano criou e vai criando, na sua especificidade de nação mestiça, crioula, insular e diaspórica.

É inquestionável que a Literatura Cabo-verdiana tem registado uma evolução fulgurante, com várias gerações de escritores, alguns dos quais se inscrevem entre os mais reconhecidos entre os Países de Língua Oficial Portuguesa, produzindo uma literatura nacional de estilos diversos e com impacto no processo de transformação da nossa sociedade e do nosso modo de vida.

Hoje, graças à dinâmica editorial dos últimos anos, temos acompanhado um aumento exponencial da produção literária nacional, quer na poesia e na prosa, quer no teatro e no ensaio, assim como uma dinâmica de internacionalização dos escritores e das obras, já com crescente visibilidade no mercado livreiro para além das ilhas.

Não é, pois, motivo de surpresa a tradução de livros de autores cabo-verdianos para outras línguas, nem serão motivo de espanto as iniciativas multidirecionais de tradução para a língua cabo-verdiana de obras de autores estrangeiro para abono dos leitores cabo-verdianos. Tudo isto é um sinal de inconformismo e significa haver dinâmica literária, editorial e livreira, sendo isso um mais do que evidente factor do Desenvolvimento.

Se é certo que precisamos de melhorar as nossas políticas públicas em relação ao Livro e à Leitura, responsabilidade que caberá ao Governo e às Câmaras Municipais, assim como à Biblioteca Nacional, à Associação dos Escritores Cabo-verdianos, à Academia Cabo-verdiana de Letras e à SOCA, é interessante verificar que, apesar de alguns constrangimentos, hoje encontramos sinais mais consistentes de novas edições e mais certames literários, assim como criação de prémios literários e mais premiados cabo-verdianos além fronteiras.

É, pois, fundamental desenvolver uma estratégia vocacionada para o fomento da criação literária e para a promoção das obras e dos autores cabo-verdianos.

Repito: a iniciativa da UCCLA, com estes Encontros de Escritores, é importante e emblemática, com o diálogo e a movida que trazem, com o prémio revelação que dinamizam. A Câmara Municipal do Sal a promover o Festival de Literatura-Mundo do Sal, através de uma iniciativa da sociedade civil, é exemplo a abraçar.

A cidade da Praia, onde vivem mais de um quarto dos cabo-verdianos residentes no arquipélago, certamente precisaria de promover um Festival Literário Internacional e promover uma Feira de Livro de grande vulto, obviamente com vários parceiros, que os tem.

Ao participar deste XI Encontro, estou mais confiante e com esperança redobrada de que estamos à beira de dar mais um salto. Temos uma nova geração de escritores que é motivo de orgulho para o historial da Literatura Cabo-verdiana. Saibam as nossas autoridades e entidades dedicadas às Letras e à Cultura reconhecer neles a capacidade criativa de inventar um futuro diferente, diria infinitamente melhor, para Cabo Verde. Amílcar Cabral falava na transformação cultural por uma nova terra na nossa Terra, parafraseando seu confrade, o escritor Aguinaldo Fonseca.

Muito calorosamente, agradeço o convite e a honra de poder intervir neste painel. Muito obrigado.



LITERATURA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

DOMÍCIO PROENÇA FILHO

Prezadas e prezados colegas do insistente ofício de escrever,

Saudações brasileiras. Começo por renovar os meus agradecimentos ao Rui Lourido pela reiterada distinção do convite para mais esse encontro sempre oportuno e ainda mais nos tempos em que sobrevivemos. O tempo, por falar nele, é curto, por força da natureza do evento e o tema amplo e complexo. Limiteme, no âmbito da temática proposta, a uma brevíssima consideração sobre as relações entre língua, literatura, liberdade e democracia, sempre respeitadas as opiniões em contrário. Peço vênua antecipadamente por enfatizar o óbvio, há ocasiões que se faz necessário. A essência do regime democrático é a liberdade, sabemos todos. A liberdade é o oxigénio da literatura. De certo modo, está implícita a relação de ambas com a língua. Esta, tal como acontece com a literatura e, acrescento, com as demais práticas estéticas, implica na democracia uma característica fundamental, a liberdade de expressão. A literatura, vale lembrar, é o uso especial da língua, a arte literária, sabemos ter uma língua como suporte, mas isso ainda diz pouco. O estreito vínculo entre democracia e literatura pode estar explícito na superfície do texto literário, ou dele se deprender no seu silêncio. Em determinadas circunstâncias históricas e sociais, por outro lado, costuma ser assumido pelo escritor como compromisso. O texto de literatura é, em várias instâncias, diante de ameaças à liberdade, um poderoso instrumento de resistência, no caso de um país ou do mesmo de determinados segmentos éticos ou comunitários. Na maioria marcados sacrifícios, por vezes extremos, necessários exemplificar, é fato consabido por todos e por muitos vivenciados e com numerosos exemplos que frequentam a história. Em termos de liberdade de

pensar, de expressar, de sentir, em suma, de ser. O fenómeno literário, entretanto, reveste singularidade e complexidade, e o reconhecimento dessas características ainda é consensual na época contemporânea. A literatura acompanha o processo cultural em que se insere. Essas duas características vinculam-se em dois aspectos específicos. A dimensão epistemológica e a dimensão estética, que não coincidem necessariamente, ou seja, o texto literário implica produção intelectual e produção artística. Essa dupla condição abre caminho para a mobilização do pensamento comunitário. Estas características ainda são consensuais na nossa contemporaneidade e acredito que serão por muito tempo. Importa ressaltar que a literatura é um nutriente essencial no imaginário da comunidade e da reflexão do leitor. Diante da garantia de prevalência da liberdade, um dos fundamentos do Estado democrático de Direito, a repercussão do texto literário ganha relevância como um fator forte de formação de opinião. Não é sem razão que nos momentos históricos em que a democracia de uma Nação está ameaçada ou precisa ser sedimentada, o texto literário com ela compromissada ganha o seu excepcional relevo, até o ponto que se torna uma das primeiras manifestações a sofrer a violência da censura e o seu autor alvo de repressão e privação da liberdade, vínculo indissociável da democracia e da literatura. Na circunstância assinalada, entretanto, cumpre que o escritor tenha presente a advertência de Walter Benjamin: a literatura compromissada, antes de ser compromissada, precisa ser literatura. Em síntese, o que mais importa: o texto literário é uma das mais importantes trincheiras de preservação da liberdade e da democracia no plano da expressão dos indivíduos como seres individuais e como seres sociais e como seres humanos. Muito obrigada e excelente encontro.



ECOS DE AMÍLCAR CABRAL

AMADÚ DAFÉ

Manifesto a minha enorme satisfação e gosto pela participação no XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, realizado entre os dias 19 e 22 de outubro de 2023 na Cidade da Praia, em Cabo Verde, numa organização conjunta da UCCLA e da Câmara Municipal da Praia em parceria com a Empresa de Mobilidade e Estacionamento da Praia (EMEP).

Entre o murmúrio das ilhas de Cabo Verde e o sussurro inspirador da liberdade – sim, liberdade de expressão e democracia – pude soltar os meus pensamentos sob o manto constelado da língua que nos une, numa celebração de mentes, onde os ecos de Amílcar Cabral ressoaram nos muros da minha consciência, servindo-me como um farol para os ex-presos do Campo de Concentração da Morte Lenta do Tarrafal.

Trata-se, de facto, de uma oportunidade desmedida, em que se me impunha um alinhamento total em defesa dos valores e das causas da língua portuguesa enquanto expressão da democracia e do desenvolvimento municipal e cultural. Impunha-se-me uma cordial e sensata atitude de saber ao que fui convidado, mas rebeli-me e deixei-me resvalar num desafoço desconcertado de pensamentos há muito recalçados.

Como representante das vozes, dos anseios, das cores, dos amores e desamores da Guiné-Bissau, não levei comigo nenhuma palavra escrita, nenhuma reflexão urdida, mungida ou domesticada em papéis de ritos e etiquetas sociais e civilizacionais. Levei tão somente a coragem, a leveza, a imprevidência e o coração cinzelado em histórias e memórias do meu povo, ainda que pouco eruditas e mal-arranjadas.

Se fiz bem ou mal, nunca o hei de saber, conquanto me encontro, tal como aquele que me julgar inconsequente, no fundo de uma caverna escura e só vejo sombras, projetadas por um fogo nas minhas costas sobre a parede de fundo e penso que aquilo é a minha razão. Sei que todos os pontos de vista são vistos de um ponto, e também sei que a democracia, com todas as suas dissonâncias, vai-nos permitindo dizer aos outros que os pontos da nossa vista são os mais bonitos.

No painel em que a literatura e a inclusão foram providas e revistas, defendi a natureza etérea de qualquer experiência literária, em que a minha leitura ou escrita de um livro nunca há de ser igual ao de outro leitor ou escritor. A literatura, no meu inconsequente ponto de vista, não se resume aos pergaminhos; incide, sim, no imo palpitante de cada ser, tecendo realidades numa tapeçaria subjetiva. Tal qual a ideia do desenvolvimento cultural, que hoje se mede apenas pelas varas da economia ou da tecnologia, em vez de ser aferido pela capacidade de abraçar a essência humana em toda a sua polifonia vibrante.

A inclusão acabou por se apresentar, para mim, como a única moeda de acesso ao tema em debate, numa dança com a disclusão da realidade dos guineenses e cabo-verdianos. A língua portuguesa, com a sua melodia rica, nem sempre alcança o coração daqueles cujo primeiro sopro de vida vem em crioulo, formando uma sinfonia inacabada de pertença. Trata-se de uma realidade desafiante, mas que nos pede atenção e toda a abertura possível para dela corrigirmos as idiossincrasias e os fatores de sedimentação da colonialidade e dos privilégios dos donos da língua.

A língua portuguesa, que há 50 anos se tornou numa língua única de expressão oficial e documentação dos assuntos dos Estados independentes, não há de morrer ou desaparecer por defendermos e valorizarmos as línguas nacionais da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, países onde a língua em que os homens e as mulheres são formados não lhes pertence no dia a dia, do berço ao leito da morte. E não posso acreditar que isso esteja certo.

Há que aceitar que um homem ou uma mulher incluído/a será sempre aquele/a que se forma nas mesmas circunstâncias em que os “bons e maiores” se formam.

Este apelo à reconstrução das ideias de inclusão, como um escultor que formata e “desformata” o barro da compreensão e do respeito mútuo, não é nenhuma traição ao português, língua, aliás, da minha paixão e inspiração. Que a língua portuguesa, na sua gloriosa liberdade, seja mais do que um veículo de comunicação, isso, sim, é o que se defende; que seja uma ponte sobre as águas turbulentas da exclusão, conectando todas as almas num diálogo de honestidade que não implique a opressão das minorias.

De qualquer maneira, e embora as minhas declarações se tenham revelado como algo escusado e mal-arranjado, tenho em mim as melhores e mais bonitas intenções do mundo, porquanto do meu coração transborda uma dourada e imensa gratidão, e um envaidecido orgulho em ter sido escolhido para representar o meu país num encontro onde os maiores da língua portuguesa procuram encontrar as melhores soluções para as nossas causas comuns.

Agradeço, por isso, à UCCLA, na pessoa do seu Secretário-Geral, Dr. Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho, que, além de olhar para as minhas declarações como um repto para o debate, ainda se aventurou, com a presteza instituída de um gesto próprio da democracia, a urdir opiniões sobre os caminhos a seguir pelos países africanos, intrínsecos a certas perspetivas de manifestação e produção cultural e ideológica. Concorde-se ou não, é sabida e autêntica a dedicação deste Senhor pelas causas e pela afirmação da democracia e das identidades culturais africanas.

Umhas francas e sentidas palavras de agradecimento também vão para o Diretor Cultural da UCCLA, Dr. Rui Lourido, um amigo, um desenvolto historiador que não se perde no turbulento passado das narrativas hegemónicas e olha para o futuro com os desvendados olhos da realidade e da humanidade.

E porque os últimos são os melhores, impõe-se-me um agradecimento especial às minhas amigas, Filomena Nascimento e Anabela Carvalho, colaboradoras da UCCLA, que do início ao fim me envolveram em olhares de ternura.

Que as sementes plantadas nestes encontros cresçam e floresçam em jardins de infindável prosperidade cultural e humana, homenageando assim os heróis que pavimentaram nossos caminhos.



A LÍNGUA PORTUGUESA COMO HOSPITALIDADE A UMA CIDADANIA DA INCLUSÃO

SHEILA KHAN

“Nenhuma terra – nenhuma paisagem – pode substituir as palavras,
as entoações, o léxico, a gramática,
o som em que sinto, ouço e imagino as minhas dores
e tenho os meus pensamentos. *Um idioma é um estalajadeiro afável.*
Talvez a minha terra seja, de facto, a língua portuguesa.”
O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo, Djaimilia Pereira de Almeida¹

1. Introdução. A Literatura como Cidadania Literária

Este texto enquadra-se no âmbito de um convite que me foi dirigido pela UCCLA para participar, com a minha experiência como autora e investigadora moçambicana, no XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa. A minha reflexão é uma partilha construída no espaço do painel “Literatura, Inclusão e Desenvolvimento Cultural”. À minha frente tenho o último livro da escritora luso-angolana, Djaimilia Pereira de Almeida, *O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo* (2023), que me inspira naquilo a que designo por “hospitalidade à cidadania literária”. Ao longo do meu percurso como pessoa tive o privilégio de me ser dado a perceber que a literatura não é uma conquista de uns poucos, uma espécie de um feudo ao qual só uma minoria teria acesso. Pelo contrário, fui educada a olhar para o espólio literário e para a escrita como ferramentas necessárias e revestidas de uma enorme responsabilidade social, histórica, cultural e cívica. Muitas vezes, deparei-me com a descoberta de muitas realidades humanas invisíveis, silenciadas, guardadas num desconhecimento ruidoso que a escrita me foi dando a descobrir, a palmilhar e a compreender. O ato de compreensão de outras geometrias humanas não é, e não pode ser encarado como, um gesto fácil e descosido de esforço e de compromisso. A tarefa de quem escreve, de quem dá a conhecer uma infinidade rica, complexa e multidimensional do que chamamos “realidade social”, resulta numa

¹ 2023, p. 77

incurção que não é apenas da ordem do literário, de um gozo por páginas plenas de imaginação. Pelo contrário, a mão que escreve, o pensamento que tateia com minúcia e alma a gramática humana estão a fazê-lo com um sentido de fraternidade e de solidariedade, no sentido de dar a conhecer experiências humanas desconhecidas, desobstruir caminhos a narrativas que foram política e historicamente tornadas ausentes, silenciadas e opacas da consciência de uma comunidade, de uma nação, de um país. A resistência e a luta contínua contra estes processos sociais e históricos de eliminação de cidadania e de consciência histórica perante as nossas diversas travessias dão à literatura um lugar nobre de responsabilidade, um poder inclusivo que atravessa tempestades, paredes e muros incomensuráveis, lugares inóspitos que, hoje, nos é permitido palmilhar e sentir como um legado que a todos pertence.

2. Literatura e Desenvolvimento Cultural

Ainda no âmbito deste XI Encontro, o Comandante Pedro Pires partilhou as suas memórias ao chamar a nossa atenção em torno do centenário do nascimento de Amílcar Cabral e, nesse momento, de uma forma magnânima, deixou voar por sobre as nossas cabeças esse grande elogio à escrita dizendo que somos agentes da memória e, nesse sentido, existe em cada um daqueles(as) que escrevem este dever de continuidade, esta urgência de uma inclusão de todos numa língua que os respeite, os dignifique e os represente em todas as suas latitudes geográficas e culturais. Porém, o exercício de um dever de cidadania literária não pode limitar-se a esta disciplina de construir legados e continuidades. É preciso sermos exigentes com as nossas metodologias de trabalho e de pensamento. Por isso, é urgente perante as nossas sociedades africanas de língua portuguesa estabelecermos metas do que devem ser considerados bons critérios de desenvolvimento cultural. Pensar apenas em informações estatísticas e projetá-las nos discursos e relatórios governamentais não é suficiente para dizermos às nossas diferentes cidadanias a relevância do desenvolvimento cultural que, a meu ver, deve passar pela oportunidade de dar às nossas gerações atuais o chão para uma educação, uma formação e uma saída prometedoras e dignas nos mercados de trabalho. O desenvolvimento cultural não passa apenas por um polo qualitativo de conquistas, mas, definitivamente, por provas concretas de que os planos implementados nas nossas escolas, nas nossas universidades, são claramente ferramentas que devem acompanhar a construção dos cidadãos como sujeitos que manifestem uma solidez e robustez epistemológica,

interpretativa e interventiva nas suas comunidades. Cidadãos com uma bagagem cultural capaz de interagir criticamente com as suas sociedades é o caminho mais lógico e confiante para qualquer tempestade política, social e económica. A vontade e a capacidade cívicas de protegermos a cidadania, quer literária, quer para o desenvolvimento cultural, é o salto qualitativo para um patamar não menos importante e que reforça e sistematiza a tríade que desejo defender neste ensaio: literatura, desenvolvimento cultural e inclusão. E, por conseguinte, quero defender o que designo por “hospitalidade a uma cidadania da inclusão”.

3. A Hospitalidade à Inclusão

Ao longo dos meus trabalhos de investigação, tenho trabalhado à luz do que, no meu livro *Portugal a Lápis de Cor. A Sul de uma Pós-colonialidade* (2015), chamei sociologia pós-colonial das ausências. Nesse livro, procurei reunir vozes, narrativas e experiências diferentes e, porém, tão próximas umas das outras, a partir de uma visão crítica do que foi o passado colonial português e como esse tempo permanece vivo e torna refém as perceções sociais e históricas do que somos perante o sujeito sociológico pós-colonial português. Recolhi vários trabalhos literários com o objetivo de mapear a inclusão do Outro na literatura pós-colonial portuguesa. Com rigor, com a exceção dos romances de Lídia Jorge, *O Vento Assobiando nas Gruas* (2002), de Joaquim Arena (2006), *A Verdade de Chindo Luz*, tivemos de esperar mais de uma década para vozes da nova geração dos afrodescendentes, ou os chamados cidadãos portugueses de ascendência africana, reivindicarem com a sua literatura novas reflexões para reparação das ausências pós-coloniais na sociedade portuguesa, ao reconhecerem também nesta um estatuto e um dever sociológico, histórico e cultural para a criação de uma metodologia de reparação histórica e de uma inclusão na sociedade portuguesa aquilo a que Djaimilia Pereira de Almeida, uma das vozes mais escutadas nesta exigência histórica, designa por “poética da hospitalidade”. Esta poética caracteriza-a a autora no seu mais recente livro de ensaios, de uma forma empática como se pode ler:

“Se, nos meus livros, tiver conseguido transmitir essa profunda sensação de não-pertença que encontramos nos agentes diaspóricos, essa sensação de intermédio estilhaçado, significará que alguma coisa fiz bem. Terei mostrado aos meus leitores modos específicos de saudade que são alheios a quem vive no interior de fronteiras,

nacionalidades e culturas estáveis. Ter-lhes-ei proporcionado um acerto de contas com os mitos que estruturam o imaginário colonizado. Por mais irrealista que pareça, *gostaria de reprogramar os meus leitores através da pura e irracional empatia e catarse.*

O meu objectivo é fazer com que o próximo idoso negro a arrumar carros seja encarado como um espírito perturbado e uma força da Natureza: como um rei. Quero que se receie o mundo a partir do lugar alheio; quero gerar *hospitalidade.*” (Almeida, 2023, p.88-89).

Abordar o conceito de inclusão requer de nós, cientistas sociais e autores, algo mais amplo, uma postura que vá além do que é estipulado e formatado pelas políticas de nossos governos. A experiência humana no corpo desta conceptualização exige um entendimento maior, mais vasto, em torno da diversidade histórica e cultural que os povos portadores da língua portuguesa necessitam, isto é, um sentido de integração plena da sua cidadania que não passa apenas por um cartão de cidadão. Uma cidadania inclusiva tem de estar informada, contextualizada, consciente de que as disparidades dentro de uma língua é o que lhe permite uma vivência sábia e tranquila. A nobreza de uma plataforma de inclusão é a recusa fincada num desejo de eliminação de estereótipos, preconceitos, muros que separam e marginalizam sujeitos sociológicos como partes integrantes e imprescindíveis para um mapeamento robusto, completo e interativo para darmos às nossas gerações um sentido de património, de continuidade e de reconhecimento que não pertence somente a uma minoria privilegiada. Pelo contrário, como observa a filósofa Martha Nussbaum sobre o tema da compaixão, que António Sousa Ribeiro tão bem esmiuçou nos seus estudos em torno da memória e pós-memória: “compaixão significa, nestes termos, o impulso para integrar o sofrimento alheio no quadro do nosso conhecimento do mundo, sendo, assim, indissociável de um impulso performativo, de um impulso para a ação” (2018, p.15). Como por uma coincidência feliz, outros autores mais recentes (Khan e Sousa, 2023; Sousa e Khan, 2022; Coelho, 2021), confirmam esta mesma intenção ao explicitamente reforçar a relevância de uma inclusão do quotidiano, de uma miríade de outras pequenas experiências de vida e de identidade dentro de um corpo que é, antropologicamente, a língua portuguesa, de um entendimento de que o Outro é o prolongamento de uma história mais antiga, que ligou geografias físicas, sociais e identitárias para que, hoje, e aqui em Cabo Verde, seja possível podermos, autores moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos, são-tomenses, guineenses ou brasileiros, celebrar e pensar sem medo, sem pudor, mas com orgulho de uma história partilhada, a língua portuguesa como um chão

afável e aberto à hospitalidade de uma cidadania de inclusão. Lembrar e estabelecer elos inteligentes entre passado e presente é o caminho do acolhimento que todos nós, agentes da memória, devemos nunca esquecer. Termino com as palavras do narrador de *Museu da Revolução*, do escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho, quando diz: “Lembrar exige que seja observado um certo protocolo, que acendamos uma espécie de lanterna da consciência que nos ilumine o caminho até às coisas que o tempo escondeu em pregas recônditas.” (Coelho, 2021, p. 107).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Almeida, Djaimilia Pereira. *O que é ser escritora negra hoje, de acordo comigo*. Portugal: Companhia das Letras, 2023.

Arena, Joaquim. *A verdade de Chindo Luz*. Lisboa: Oficina do Livro, 2006.

Coelho, João Paulo Borges. *Museu da Revolução*. Lisboa: Caminho, 2021.

Jorge, Lídia. *O vento assobiando nas gruas*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

Khan, S. & Sousa, S. *Djaimilia Pereira de Almeida. Tecelã de Mundos Presentes e Passados*. Braga: Editora UMinho, 2023.

Khan, Sheila. *Portugal a Lápis de Cor. A Sul de uma pós-colonialidade*. Coimbra: Almedina, 2015.

Ribeiro, António Sousa. *Pós-memória e compaixão – A razão das emoções*. https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4_RESULTS_AND_IMPACT/JORNAL/MEMOIRS_ENCARTÉ_web.pdf

Sousa, S., & Khan, S. As Estórias dentro da História: mapeando a nação no Museu da Revolução de João Paulo Borges Coelho. *Gragoatá*, 27(59), e53261. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v27i59.53261>, 2022.



AS FONTES DA LÍRICA

PEDRO CASTELEIRO

É para mim um prazer, uma honra e um privilégio poder estar cá, na belíssima cidade da Praia, a dialogar neste Encontro de Escritores sobre a inclusão como motor do desenvolvimento cultural e, portanto, podíamos dizer até, como motor da paz. Porque não há cultura sem paz, e menos ainda hipótese de desenvolvimento cultural, de desenvolvimento harmónico e global, sem paz. É inobjetable que na guerra se expressa e da guerra nasce o horror e ainda a virtude, mas, apesar do quanto de nobreza é alcançada por vezes sob o signo da guerra, o desenvolvimento real, em toda a sua extensão, não pode ser realizado enquanto se viver um conflito bélico; e estamos aqui, precisamente, para falar disto numa altura em que o mundo se encontra, mais uma vez, sob o signo da guerra – duma guerra, dumas guerras, que se arrastam há décadas mas que nestes dias se tornam manifestas de forma terrivelmente eloquente. Mais uma vez, vivemos num cenário mundial cujo tema é a guerra, a morte.

E cabe-me representar aqui, humildemente, a Galiza, o velho país onde nasceu a nossa língua comum, há mais de mil anos. É minha intenção que, a partir da Galiza, eu possa trazer hoje elementos de valor para a nossa comunidade internacional e humana. Acho que, neste sentido, é valioso lembrar que a nossa língua comum nasceu no seio dum mundo fundamentado na inclusão – com luzes e com sombras, com episódios de exclusão, mas um mundo, em suma, cujas feições eram, de facto, fruto da mistura de componentes muito diversos: e, nomeadamente, fruto da mestiçagem, da intercompreensão, da mútua fecundação entre as culturas e as

comunidades judia, cristã e muçulmana. Esta é uma feição que subjaz à fundação de muitos reinos da península ibérica da altura, mas este aspeto teve uma incidência singular na Galiza, porque, no antigo território galego-português, surge uma das expressões literárias, melhor, poético-musicais, mais interessantes e de maior requinte do âmbito ibérico: estou a falar, claro, da lírica galaico-portuguesa. Esta criação inaugura a nossa literatura, inaugura o nosso imaginário linguístico e cultural. Muito se tem escrito e polemizado sobre as fontes desta literatura inicial: neste ponto eu julgo e sinto que no nascimento desta nossa lírica lateja o tríplice elemento que atravessava a cultura, a música e a sociedade da altura. Essa tríade composta pelo elemento hebraico, o elemento islâmico e o cristão (e no cristão também quero incluir o quanto de pré-cristão tem o cristianismo, sobretudo galaico). Para além de todo o preconceito, que na altura também operava, acho que conservar a nossa óptica sobre este elemento inclusivo, aquela interfluência tripla, ajuda a adquirir uma compreensão mais profunda das raízes da nossa lírica medieval e, até, facilita uma conexão mais fecunda com o que aqueles poetas transmitiram (e continuam a transmitir).

Quando eu deixava a Galiza, há umas horas, ainda ressoava nos jornais da minha cidade, a Corunha, a notícia do achado dum banho ritual judeu, medieval, numa rua chamada até hoje Rua da Sinagoga; este tipo de achados rompe esquemas modernos obviamente fundados na exclusão, no conceito de nação monoétnica e similares... Quero reivindicar agora esta presença e mestiçagem, portanto, mas não apenas essa presença, senão também a receção na Galiza da altura de elementos culturais de imenso valor por via dessa interconexão: nomeadamente, a influência em temas poéticos e musicais e, até, em instrumentos e modas, mas, também, dalguma maneira, nas intenções das confrarias poéticas do Al-Andalus, profundamente ligadas, em grande parte, à mística sarracena. Acho inesquecível, ainda, um outro elemento: um caudal de matéria poética, uma sensibilidade especial, procedente das comunidades hebraicas da altura: trata-se do desenvolvimento duma escola mística judia, a Cabala, metafísica cujos primórdios ocorrem também no âmbito cultural do antigo Reino da Galiza (um dos mais salientáveis vultos desta escola hebraica foi Moisés de Leão, filósofo interior do século XIII, autor, ou transmissor, do Zohar¹). Aliás, têm-se estabelecido ligações entre estas duas manifestações, a sufi islâmica e a cabalista judia, em atenção a que ambas, sem esquecer o aspeto ético, moral e ritual, do

¹ Obra fundamental da literatura cabalística e do misticismo judaico

adepto, visam prioritariamente o desenvolvimento interior do ser humano. Abordam ambas, Cabala e Sufismo, uma leitura dos textos sagrados libertada do rigorismo, de qualquer integrismo, e ligada ao que hoje denominamos livre pensamento e, especialmente detetável na poesia sufi, ao amor – num sentido muito similar ao tema conhecido como “amor cortês” da lírica medieval trovadoresca. Um sentido do amor que, quero só cá apontar, como a pincelada duma tela impressionista, mais movido pela gramática poética do que pela história da literatura, perdurará no camoniano “segundo o amor tiverdes, tereis o entendimento de meus versos”².

Naturalmente, para além de polémicas que se tenham criado no relativo à influência deste elemento semita no nascimento da nossa lírica e, para além da provável pré-existência duma lírica popular galaica, resulta inobjektável que a presença e criatividade da cultura islâmica e judia ibéricas contribuiu para fornecer à nossa literatura inicial a feição que ela teve e, mais importante, a feição que dalguma maneira se manteve (e não apenas em Camões) e da qual nascemos nós, como escritores nesta língua hoje.

O dado deste nascimento e florescimento da nossa literatura num contexto de inclusão, pelo menos a certo grau, não deve ser ocultado, preterido, e acho que seria positivo conservá-lo como quem guardasse a lembrança duma estrela-guia.

Quero ficar por aqui, simplesmente a contar uma breve história. Numa ocasião, tendo-me levado o destino a apresentar algum livro numa livraria da minha cidade, nesse mesmo ato expliquei alguma destas intuições e factos que deixei cá anotados... finalmente recitei um poema. Quando o ato terminou, um homem, dentre o público, se levantou, achegou-se a mim e disse-me, com uma expressão que me sugeriu que era uma pessoa alheia aos ambientes literários, “tudo isso que o senhor explicou está muito bem... mas não percebi nada. Ora, quando o senhor recitou esse poema, o meu coração alevantou-se”.

Por isso é que quero deixar aqui, ainda, um poema que recolhe quanto se quis dizer, numa linguagem cardíaca e veraz. Deixo então estes versos do insigne poeta ibérico do século XIII, o sufi Ibn ‘Arabi:

*“Houve um tempo,
em que rejeitava o meu próximo
se a sua fé não era a minha.*

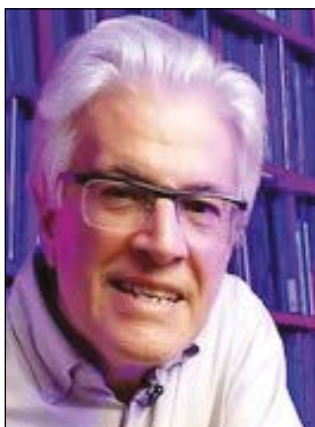
² Do soneto “Enquanto quis Fortuna que tivesse”, de Luís de Camões

*O meu coração abriu-se agora a todas as formas:
é uma pradaria para gazelas, um claustro para os monges,
um templo para ídolos, a Caaba do peregrino,
as tábuas da Torah e o livro do Alcorão.
Pratico a religião do amor;
qualquer que seja a direção em que as suas caravanas avançarem,
a religião do amor será sempre
o meu credo e a minha fé”*

3º TEMA

LITERATURA, DEMOCRACIA E MUNICIPALISMO

1. JACQUES ARLINDO DOS SANTOS
Literatura, Democracia e Municipalismo
2. JOSÉ PIRES LARANJEIRA | *Literatura e Democracia Glocal*
3. OLINDA BEJA | *Literatura, Democracia e Municipalismo*
4. JOSÉ ANTÓNIO DOS REIS
Literatura, Democracia e Municipalismo
5. VERA DUARTE | *Literatura, Democracia e Municipalismo*



XI ENCONTRO DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Conferencistas do 3º tema

LITERATURA, DEMOCRACIA E MUNICIPALISMO

EM CIMA:

Da esquerda para a direita,

Jacques Arlindo dos Santos, José Pires Laranjeira, Olinda Beja, José António dos Reis e Vera Duarte



REFLEXÃO SOBRE O TEMA LITERATURA, DEMOCRACIA

JACQUES ARLINDO DOS SANTOS

Ao revisitar esta bela cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde, sinto, a meio de muitas emoções, enorme satisfação e a boa sensação de poder conviver por uns dias com gente com a qual, sinto, o entendimento vai ser perfeito. É gratificante constatar como a utilização da língua comum se torna no acto responsável do estado de alma que propicia o entendimento e nos conduz necessariamente a um melhor debate de ideias, objectivo que buscamos aqui.

Estamos reunidos para participar neste XI Encontro que promove o sempre precioso contacto com as literaturas e com os autores de Língua Portuguesa. Um Encontro que vai privilegiar, estou certo, a elevação da cultura e do conhecimento de todos nós. Por essa razão, cumpre-me, antes de tudo, agradecer à UCCLA a honra do convite que me foi dirigido. Aceite com prazer, e usando uma expressão do inesquecível antropólogo, cineasta, escritor e poeta angolano Ruy Duarte de Carvalho, direi que todas as honras exigem ser bem honradas.

Tentarei, pois, fazê-lo, servindo-me, devo sublinhar, de alguma coragem. Não apenas a que me levou a aceitar o desafio, mas também aquela que, por inerência, me dá a incumbência de abordar um tema tão delicado como é este que me coube. Delicado, pelo cuidado com que deve ser analisado, e não apenas porque se coloca na mesa das discussões uma questão bastante séria que implica a Literatura, sempre uma questão espinhosa, mas essencialmente porque ela é intrometida no caminho da Democracia e do Municipalismo, dois elementos fundamentais de outro caso particularmente sério, que é o da Ciência Política.

Fazemos parte de uma comunidade que tem a língua portuguesa como elemento fundamental da nossa convivência. Não restando dúvidas a nenhum de nós quanto à importância do diálogo cultural que estabelecemos há longos anos na língua de Camões, nunca será demais referir que Encontros desta natureza constituem um incentivo à consolidação das nossas relações, sejam elas políticas, sociais, culturais, económicas ou outras, mas também à permanente melhoria e conservação da estrutura do edifício da sociedade civil que, em determinada época ou momento, nos dispusemos a erguer nos nossos respectivos países. Um edifício onde cabe por direito a dignidade e a elevação da cultura criativa, um bem que agrega o crescimento, a todos os níveis, das pessoas que a constituem. Um edifício ao qual, com a argamassa dos temas que aqui iremos discutir, daremos uma outra solidez e maior credibilidade. Um edifício, enfim e infelizmente, ainda de construção precária ou em fase de acabamento em alguns dos nossos países.

Ilustres participantes, caros escritores,

Passarei a falar, como é óbvio, da realidade que conheço, do caso onde me insiro. Pelo conhecimento mínimo que cada um de nós tem da situação dos países que conformam a chamada Lusofonia, creio que não deixarão de estar de acordo comigo, que não é, não pode ser fácil a um angolano, seja ele escritor como eu, catedrático, cientista ou um cidadão comum, na sua importância, douta sabedoria ou mesmo na santa ignorância dos seus direitos, falar sem reticências, sem hesitar, da Democracia e, por arrasto, do fenómeno que objectiva a autonomia administrativa, financeira e política dos municípios face a instâncias da cúpula do poder, no caso o que está estabelecido em Angola.

Enfatizo assim a circunstância de ser para mim arriscado falar de Democracia e Municipalidades, enquanto elementos fundamentais da construção da sociedade civil que ainda não compareceram, de facto, na realidade política angolana. Apesar de ambas as questões serem permanentemente abordadas, embandeiradas até, nos mais diversos momentos e fóruns de discussão política, rotuladas de princípios relevantes para o desenvolvimento do país e para a felicidade dos seus cidadãos.

Quais as razões da ausência da Democracia e das Municipalidades em Angola? Pergunta semelhante fez há tempos Mia Couto, ao questionar a realidade moçambicana: “Há talento e cultura, e capacidade e competência, e solidariedade e inteligência nesta geração?” Sim, disse Mia Couto. Também digo eu que há, sim senhor, há e sempre houve talento e bons e muitos exemplos de capacidade e competência. Na verdade, o que tem faltado para que a Democracia e as Municipalidades, traduzidas em poder local, se concretizem em Angola, não é mais do que vontade política.

Na verdade, se o reinício da guerra em 1992 não foi justificação suficiente para impedir que as instituições saídas das eleições desse ano fossem criadas, é difícil aceitar que, alcançada a paz há mais de 20 anos, continuemos a viver com tão grande défice de funcionamento democrático nessas mesmas instituições e, mais grave, que a sociedade permaneça amordaçada do ponto de vista da livre expressão, tão necessária para o florescimento de ideias e para o progresso em geral. Na realidade, depois das esperanças depositadas na transição da chefia do Estado em 2017, a sociedade angolana mergulhou num clima ainda mais agreste relativamente à ausência de pluralismo e até mesmo de falta de profissionalismo na área da comunicação social pública, afinal a de maior abrangência territorial.

É esse défice democrático que explica também o continuado e injustificado adiamento da implantação das autarquias, hoje considerada uma aspiração generalizada dos angolanos, pelo que esta pode traduzir de esperança por uma maior participação cidadã na vida pública. Previsto em todas as formulações constitucionais desde 1975, e com mais propriedade, depois da Constituição de 2010, o poder local tem vindo a ser encarado como a Virgínia Woolf de quem se tem medo, o que no final das contas tem de ser percebido como um interminável desejo de manutenção de um poder centralizado exercido pelas mesmas forças e actores políticos dos últimos quase 50 anos. Um poder político que já revelou incapacidade de resolver, por si só, os ingentes problemas do país.

Posto isto, coloco-me confortavelmente na expectativa de ouvir as experiências dos países irmãos nestes domínios e de falar brevemente de Literatura, área onde, naturalmente, me sinto com um maior à-vontade. Em Angola, apesar das divergências e insuficiências, existe, vibra e pulsa, impõe-se de algum modo, a Literatura. A sua presença é fortemente marcada por textos que correram e correm mundo e obras de autores consagrados que já se projectaram para além do território e de outros que se revelam ano após ano, na esteira dos artífices da angolanidade e alimentando a esperança de termos futuramente uma Literatura diversificada que nos orgulhe. A Literatura angolana contempla ainda e também posições literárias contraditórias, próprias da sua essência intransigente, plural, e da vontade democrática que se projecta na sociedade que está voltada para o futuro.

A Literatura, em Angola como em qualquer país, não pode nem vai resolver os chamados problemas do povo, do seu desenvolvimento político e social. Não pode nem deve ser vista como simples cartilha para ser seguida. Apenas para enaltecer e fazer a apologia de figuras poderosas do passado e do presente. Quanto a mim, essa parte não cabe nos ditames do que deve ser a Literatura nesta fase histórica dos nossos

povos. A Literatura deve, antes de mais, assumir o espírito crítico da sociedade, tendo em vista a construção de um mundo mais justo, deve, efabulando, mostrar a realidade da vida das comunidades, explorar bem os seus anseios e problemas. Chamando à atenção para assuntos velhos e novos como a intolerância e exclusão social, o racismo e a igualdade de género, as desigualdades sociais e a aceitação do outro diferente. A Literatura pode ser, pois, dentro desses parâmetros, um elemento fulcral para a construção de capital social e da confiança para a coesão nacional e o desenvolvimento dos países.

A Literatura pode ajudar os cidadãos na sua luta por uma sociedade melhor, inclusiva, justa, livre e solidária, onde ninguém fique para trás. A Literatura, na perspectiva que venho abordando, pode ser um contributo para a construção de uma sociedade democrática e participativa.

É reconhecida por todos nós a importância das autarquias locais e o quanto o défice democrático constitui sério contratempo para os nossos povos, na medida em que condicionam o diálogo cultural entre os poderes públicos e a sociedade, numa época em que as democracias, umas mais do que outras, se vêem mais ameaçadas do que nunca.

“A diferença entre um obstáculo e uma oportunidade é a nossa atitude em relação a isso”, disse o pastor e teólogo australiano James Sidlow Baxter. “Se não tem coragem não adianta ter vontade”, vão dizendo outros pensadores. Em Angola também se pensa e incentiva. Todos os dias, centenas, posso arriscar, de jovens e menos jovens, mostram-se preocupados com o futuro do seu país. Cito, por exemplo, Cesaltina de Abreu e Cristina Ataíde Pinto, duas activistas que, com bastante coragem e patriotismo, desenvolvem acções em prol da Democracia. Lutam diariamente para que “as nossas crianças e os jovens, todos, tenham as melhores condições e oportunidades de crescer e aprender”. Vão dizendo que “investir na alfabetização e na educação é cuidar do futuro da sociedade e transformar o mundo”. Palavras como “alimentar a esperança nossa de cada dia é correr atrás dos nossos sonhos”, ou “Espírito Público constrói-se com Dedicação, Ética, Responsabilidade, Criatividade, Persistência e Solidariedade”, estão permanentemente presentes nas suas mensagens.

O Dia Internacional da Democracia, 15 de Setembro, foi estabelecido pela ONU, em 2007, para promover os princípios que sustentam o sistema democrático no mundo, colocando-o como um valor universal onde a população tem o poder de determinar os seus governantes e os seus sistemas económicos, culturais e sociais. Esse dia também faz alusão à Declaração Universal da Democracia (Cairo, 16 de Setembro de 1997), visando promover uma democracia pluralista e o estabelecimento de sistemas de governo representativos em todo o mundo.

O futuro depende de nós, de como nos posicionamos em relação aos poderes instituídos, do que toleramos por medo de manifestarmos a nossa opinião, do que não denunciemos sabendo que alguns políticos estão a mentir, enfim...do que permitimos, sabendo (nós) à partida que essa posição não vai resolver nem os problemas mais básicos!

Termino dizendo que cada dia representa mais uma etapa de luta pela Democracia em Angola e no Mundo. E acredito que todos nós vamos conseguir! Estamos juntos e juntos somos mais fortes!



LITERATURA E DEMOCRACIA GLOCAL

JOSÉ PIRES LARANJEIRA

Começamos por considerar certos elementos relativos à criação literária, que podem parecer evidentes, mas que convém ressaltar, para afastar dúvidas e incertezas.

A escrita literária é um fazer voluntário e individual, assumido pelas instâncias corporais produtoras de impulsos e, em simultâneo, ou imediatamente de seguida, guiadas pela capacidade de livre arbítrio. Além disso, ou aquém disso, como se trata de um ato de linguagem, não pode escapar aos constrangimentos históricos e sociais, por não emergir senão no campo alargado das aquisições educacionais e das trocas simbólicas e comunicacionais.

Posto isto, a liberdade criativa – quer dizer, imaginativa e inventiva –, sendo inerente ao ser humano, não deixa, também ela, de sofrer de inquestionáveis cerceamentos nas inesgotáveis possibilidades, tanto pelas dificuldades levantadas pelas instâncias materiais, políticas e sociais, quanto pelas limitações da formação, educação, competências e preconceitos do próprio criador. Por isso, a criação literária não é um processo de absoluta liberdade, nem o resultado pode ser final e definitivo, porque não subsiste para lá do seu tempo sem a receção, ou seja, sem a leitura, a crítica (que é uma leitura especializada) e a divulgação através dos tempos e espaços diversificados. Pode-se concluir, portanto, que os textos não são imutáveis.

A literatura alcança mais leitores por via da democracia e do desenvolvimento local e regional, isto é, depende também das comunidades leitoras menos urbanizadas e estas, naturalmente, apresentam melhores índices de leitura se, para tanto, as

Humanidades estiverem protegidas pelas políticas públicas de incentivos e proteção. Quando tal não se verifica, o municipalismo democrático sofre um revés nas suas fundamentações, para além de contribuir para assegurar o saneamento básico, a energia, o parque escolar, o transporte, etc., mas ao não cuidar da mente e do saber, incluindo as artes e as letras, sem as quais uma sociedade é deficitária. Não basta a escola estatal, nem os programas nacionais de incentivo à leitura, nem as bibliotecas e a venda de livros em livrarias e na internet, porque todos se podem revelar insuficientes. Ler, reler e debater deveria ser – como a alimentação ou a saúde – uma tarefa prioritária, local, regional e nacional, sob pena de, no século XXI, deixar as populações ao abandono da iliteracia e da demagogia populista. Não há governos democráticos e humanistas se a leitura alargada e proficiente não estiver implantada, como deverá ser, em todo o escaninho de cada território nacional, e isto para nos reduzirmos ao plano patriótico. No caso português, o plano nacional de leitura tem sido sistematicamente incapaz de fornecer um panorama literário alargado, diversificado, de língua portuguesa, além de suficientes sugestões incontornáveis de leituras de obras completas e fundamentais de escritores que importariam às novas gerações. Por exemplo, não há leitura integral, no ensino básico e secundário, de *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, e de *Lisbon blues*, de José Luiz Tavares, e de *Pão & fonema*, de Corsino Fortes, para ficarmos apenas em exemplos cabo-verdianos. E é claríssimo que interessaria levar para as aulas, além desses livros, a ligação estreita dos três escritores a Portugal, Brasil e Angola, enquanto estudantes, docentes, intelectuais, políticos ou diplomatas. Convém abordar, em conjunto, a literatura e a vida, dos escritores e dos povos, ou não valerá assim tanto a pena, se existir a limitação de textos desgarrados para análises superficiais ou de *closed reading*, por muito que aplaudamos o voluntarismo e o esforço dos docentes. Mas, atenção, que a formação de professores de português, em Portugal, tem carências iniludíveis, a começar pelo modelo de curto espectro que a Europa impôs, no quadro de Bolonha.

A criação literária pode ser escrita ou oral, em sentido lato ou mais restrito, mas depende sempre do uso de uma ou mais línguas, no mesmo texto ou em diversos. Pode ser comunicada oralmente, de forma presencial ou diferida (gravada), e, na maneira escrita, mais modernamente, em papel e, a partir de agora, de modo eletrónico. Já se sabia tudo isso. Mas convém repensar a literatura como estando a sair dos eixos e a escapar para uma terra incógnita, que não é a de qualquer quietude campestre e muito menos de um irrealista patriotismo obcecado. Também não será um cosmopolitismo abstrato e deslocalizado, mas talvez uma nuvem branca num jun(h)o lunar ou uma fumaça dissipada por ondas de choque. Dependendo das

ondas, até pode acontecer que a literatura desapareça e, já sem ela, ou juntamente com ela, nem os humanos resistam a tamanha calamidade. Os nossos pequenos deuses nos protejam, com e sem fé, deste surfar por cima de toda a onda, como se não houvesse passado. A desmemória é um defeito perigoso nas atuais sociedades de tamanha informação, contudo escassa e incompleta sobre o que é fulcral: história, memória, filosofia, ciência, sociedade, artes e letras.

Passado isto, constatemos que a literatura resulta da (des)memória dos humanos e da memória que as palavras guardam da condição humana e dos materiais de aluvião, do húmus da cultura e das relações materiais e sociais. Do **real**, dizem os lacanianos – e os “pós-tudo” e mais alguma coisa –, que ele não entra no texto, frase que é particularmente querida para entender que a literatura é pura fantasia, um constructo, mas certo é que ficamos sempre com a sensação do *déjà vu* e de que o texto não pode fugir à sina de representar *algo* que, se não aconteceu, podia ter acontecido, pelo menos na mente de algum descabelado. Ora a melhor ou mais impactante literatura provém fundamentalmente dos *descabelados*, *desajustados*, *desalinhados* e *desmiolados*, aqueles que se dispõem ao trabalho hercúleo (ou sisífico) de partir pedra, não deixando uma sobre outra, mas alinhando-as meticulosamente com a sua estética de pedreiros paramaçónicos e maçadores e, tantas vezes, massacradores dos desavisados. Sim, porque a literatura, falando de toda a literatura, não deixa de ter as suas maçadas. *Desmiolado* ou não, mas com miolo, o artista só pode ser um sujeito em crise, que trai a sua classe ou grupo ou deles se aproveita para infernizar a vida pacata do leitor acomodado. Sem pedir licença, inventa e avança, imagina e profetiza, descompõe e recompõe, marginaliza(-se) e corteja, peleja bravamente e ataca pelas costas. É um bom malandro, como disse o outro, com trabalho escravo de ourives, a partir pedra e cabeças, modelos e padrões, sem deles conseguir apagar a força da tradição e de todas as maldições.

O trabalho de reeducação pela liberdade da criação e da receção, posto que pertinente em sala de aula ou em lição de quebrar as leis estabelecidas das estéticas (em sede textual), pode dar cabo de muito profissional – seja da escrita ou da interpretação –, mas também pode passar ao lado da literatura. Como na feira de vaidades, vende-se gato por lebre, compra-se uma besta célere e dá-se encontro com uma escrita abestalhada, visto que tudo pode acontecer na imprevisível república universal das letras, tal como na vida.

Uma definição de democracia passa pela liberdade total, irrestrita, da criação, tal como acontece na sociedade, em épocas excepcionais, porém, a liberdade, oh, essa miragem, é sempre enfiada no limite das restrições legais e éticas, aceites como

consensuais. A criação literária é, por isso, bem mais livre do que a democracia. No entanto, duas terríveis prisões impendem sobre ela: a da língua e a da mente. Andamento, movimento, é do que ela precisa. A criação literária – ou artística, como (o) pensamento –, é livre de ir por onde quiser. Não é de admirar que, por vezes, leve os seus autores à reclusão e à morte, pois tanto pode conduzir a uma liberdade difícil de aceitar pelos preconceitos da sociedade – como aconteceu com Sade, Artaud, Cesário Verde ou Gregório de Matos – tanto quanto à não aceitação da sociedade, com suas determinantes pressões sobre as vidas individuais, as suas mentes, como constatamos nos casos de Antero de Quental, Camilo Castelo Branco, Florbela Espanca ou Mário Sá-Carneiro, suicidas porque sim, pois claro.

Na história da literatura não existe propriamente um unívoco caminho global de humanismo, vizinhança e convivência. Não se pode afirmar que, globalmente, a literatura seja um lugar de democracia e de municipalidade, embora certos textos mostrem (figuras) locais, como em *Bairro da lata*, de John Steinbeck, *Nós, os do Makulusu*, de José Luandino Vieira, *O Balão de Leça*, de Arnaldo Gama, ou *Brás, Bexiga e Barra Funda*, de Alcântara Machado. Aceita-se que essa literatura possa contribuir para melhorar a vida das pessoas, pelo prazer, pela imaginação, pelo pensamento, pelo enriquecimento mental e cognitivo, pelo acrescimento de saber. Mas é avisado ter calma, pois há que desconfiar de como cada qual lê (ou não lê) ou trelê o que pensa estar a ler. Joga-se sempre, na literatura, enquanto instituição literária – que não se restringe aos textos literários, mas engloba também um círculo alargado de participantes e de interesses –, um poder da palavra, ou melhor, um poder com palavras, e a continuidade de tradições, tanto semânticas quanto estéticas, mesmo quando elas são refeitas, mas também um poder de influência, no grupo, na região, na nação, da religião, de visão de mundo, inclusive de captar benesses individuais, além de interesses profissionais, educativos, ideológicos, mercadológicos, simbólicos, etc. E note-se: um enorme “etc”.

O ato criativo provém do desejo de linguagem e da pulsão de vida contra a morte, mas, nesse momento de júbilo, e na continuidade do processo de racionalização do discurso literário a construir-se, a que se associa a indeterminabilidade e ambiguidade das significações, não se pode concluir que a literatura seja, na sua totalidade, um elemento de luta contra a exploração, a opressão, a injustiça e que inquestionavelmente constitua um bem para a melhoria cívica. Pode ser, mas depende. Sabendo que ela potencia a imaginação e o raciocínio, não se pode garantir que não seja mais um dos meios de entretenimento e distração, ao desfolhar-se um cartapácio ou um livrito de meter no bolso, para matar o tempo e supor que se pode

viver mais vidas (vívidas) do que aquelas que calharam em sorte, ora cinzentas, ora luzidias. Um meio de adestramento para a inação, então, também não é? Vemos, na atual situação mundial, que a literatura pode ser usada como muito bem entendem os poderes públicos e os egolátricos, num sistema capitalista e global, em que ela circula segundo as regras da indústria e do comércio, como qualquer elemento de lucro e capitalização, concorrendo com a salsicha e a cerveja, o desporto e a pornografia. Não tenhamos ilusões, que a palavra pode matar ou perder o sujeito nos labirintos da sub(v)ida. E, no entanto, que maravilha de sobrevida sobrevém aos tempos, quando lemos *O vermelho e o negro*, de Stendhal, *Madame Bovary*, de Flaubert, *Barranco de cegos*, de Alves Redol, *O delfim*, de Cardoso Pires, *Os miseráveis*, de Victor Hugo, *O estrangeiro*, de Albert Camus, *A senhora do cãozinho e outros contos*, de Tchekhov, *A sombra das raparigas em flor*, de Proust, *Complexo de Portnoy*, de Philip Roth, ou *A sangue frio*, de Truman Capote. Que vidas! Que reais realidades! Que brutalidades, que dominações, que hipocrisias, que desejos, que festanças, que crimes, que politiquices! E, todavia, é discurso, apenas discurso: *paroles, paroles!*

A língua de um texto é, na esmagadora maioria das vezes, um acaso da história, a que calhou em sorte, não uma liberdade fundamental. Há uns tantos que trocaram de língua para escrever, como Amin Malouf, Ionesco, Herta Muller, Kafka, Thiong'o, Bento Siteo. Poderia sonhar-se a elaboração em qualquer outra língua, mas o entorno familiar ou grupal obrigou-nos à que nos habituaram. Alguns podem escolher outra, mas a esmagadora maioria contenta-se com a prisão daquela que pensa que ama. Mas como se pode amar uma língua que nos trai a toda a hora e nos pode ameaçar de morte em situações de *ghetto*, deslocamento ou xenofobia? E nenhuma tradução pode dar a conhecer o estilo, a prosódia e a carga histórica, semântica e afetiva da língua de origem, em textos torneados, subreptícios, remexidos, esquisoides, experimentais, sinuosos. Como necessitamos de informação, comunicação, conhecimento e saber, então, traduzimos, para não vivermos insulados e cegos perante a diversidade. Vai-se em busca da similaridade e da diferença, que, permanentemente, se tornam incompatíveis, criando a opacidade da compreensão das relações sociais e culturais. Como pode um pescador de um lago do interior comunicar ao caçador da planície planáltica, em poesia, a sua angústia face à escassez de espécies para a sobrevivência? Se escrever: "largo a cana junto à fogueira/e vou com as aves", decerto que pode não ser compreendido. E se acontecer que isso não seja poesia para o outro? O caçador que ler pode entender que o (falso) poeta está a caçar dos caçadores e que mais um pescador se aproxima

para lhe roubar a caça. Exatamente o que acontece com os escritores e seus críticos e leitores: um imbróglio sem fim, com equívocos, incertezas, perdas semânticas, ganhos semióticos e cada qual para seu lado em busca do que, quase sempre, entretanto, já se perdeu (a noção do que podia ser), por errar o alvo. Afinal de contas, mundos maravilhosos!, cenas pitorescas, dramas e tragédias, um modo de enganar a vida e a morte – e sobreviver na comunidade em comunhão com outros vizinhos chegados ou longínquos, no espaço e no tempo. Voltamos sempre a ser crianças, emparelhando textos, brincando de esconde-esconde com as traduções, traindo a intencionalidade dos escritores (oh, oh, qual deles não a possui?), buscando resolver enigmas, sem alcançar a terceira margem, desconhecendo que há uma quarta, babando raiva e ranho, rindo e comovendo-se, tropeçando numa frase, qual velhinho entrevado – sacana de linguagem!

Corsino Fortes não ganhou o Prémio Camões? Pode ser que ganhe José Luiz Tavares, se existir tino e bom senso, saber e coragem, que um poeta dessa envergadura não aparece todos os dias, que é como dizer em quatro ou cinco “gerações”, ou mesmo 10 ou 50! Publicou já mais de 1200 páginas monumentais de poesia carregada de memórias da língua e dos seus antepassados e coetâneos. Pois é, todos dão o seu contributo para as literaturas do mundo, mas uns mais do que outros. É a lei da vida impondo-se aos indivíduos. Haja atitude, já que, podendo não ser científico, ao menos que se afigure justo! Ah, se a literatura fosse apenas o texto... mas é muito mais do que isso, minhas senhoras e meus senhores, deste e daquele país, da vila e da freguesia. Esqueçam a literatura-mundo e o texto aberto/fechado, a literatura empastelada ou insossa, folclórica ou politicamente correta, e o escritor profissional a debitar conveniências atrás do copo de genebra... ou da proletária cerveja, esqueçam a literatice e tratem dos sem teto, sem agasalhos, sem comida, sem saúde, sem trabalho e sem salário, sem dar música, ao deus dará! Viva a literatura engajada! Viva a literatura lúdica!

Crioulidades, hibridismos, línguas dominantes, ressentimentos, ódio à história, perda de memória, lugar de fala fabricado, racismo reverso e o verso retorcido, vamos lá ter juízo. Achamos, caros leitores, estudantes, investigadores, professores e demais apreciadores, que a literatura se escreve com paninhos quentes e sem trabalho escravo na escrivantina e basta uma meia dúzia de patacoadas alinhadas por consenso travesso para alegrar a malta? Estamos a falar de quê, do mundo da literatura que a escola de Chicago, Harvard e Columbia quer disseminar à má fila nos três velhos mundos que Mao teorizou? Voltando aos manifestos da crioulidade, está-se a defender um futuro todo crioulo para a humanidade – como se fosse

possível —, sem classes, sem furacões, sem matérias-primas, sem guerras, todos crioulos, é lindo, mas não vai acontecer. A literatura que se apresente na luta e não se aposente da política, sem vetar, contudo, a poesia simbolista de Camilo Pessanha, nem a prosa castiça e irónica de Uanhenga Xitu, “*Mestre*”*Tamoda*, nem sequer o *romance egípcio* de Arménio Vieira, tão aparentemente opostos e tão lindos.

É necessária uma crítica da crítica da literatura, visto que somente com a acidez crítica sobre esta última e suas franjas é que se pode construir uma sociedade ciente da qualidade, que, com a autocrítica e a metacrítica no território da cultura, saiba distinguir a arte consequente do entretenimento e decoração. E como vão ao adro peças de gigantones para versalhes ver, aqui d’el rei, encha-se o olho, salvo seja! Não há que ter medo de ser criticado. Com pedagogia e caldos de galinha, sim, aceitemos o erro, o fiasco e o talvez merecido silêncio. Faz parte da vida. Já nos basta tanto ruído na base dos que, com (algum) talento, são sempre os mesmos a ocupar planos nacionais (chauvinistas) de leitura, para lá dos reconhecidos craques do panteão dos irreduzíveis. Manuel Pinheiro Chagas escreveu dezenas e dezenas e vendeu milhares de livros, no século XIX, mas quem o lê agora? Ainda se edita, mas lê-se pouco e pouco adianta, porque estava fora de moda já no seu tempo. Ganhou até, recorde, o apelido de Pinheiro “Cagas”.

Só para se ter uma ideia, vamos ler Chagas, quando se pode ler textos escolhidos de escritores que andam arredados das nossas vidas? Silva Freire, João-Maria Vilanova, Mutimati Barnabé João, Garibaldi de Andrade, Manuel Maria, Arnaldo Gama... Todos falecidos. É uma questão de tempo para procurar, fazer reviver e usufruir de textos elegantes, vigorosos, atrativos, mas sonogados pelo mercado das ofertas-compras e pelas polícias intelectuais, que as há, *que las hay*. E, apresentando uma compatibilidade de funções, posso referir os amigos Vergílio Alberto Vieira, Xosé Lois García, Luís de Miranda Rocha, David Mestre, Leonel Cosme, Manuel Afonso Costa, arredados de igrejas, capelas, seminários e catedrais, com textos magníficos e obras poderosas, ora de poesia, ora de prosa, de ensaio, de investigação. A literatura nem sempre consegue manifestar-se, mas fica à espreita de uma oportunidade para vir à tona e entrar na liça. Pensem bem no caso extremo de Cesário Verde, ridicularizado pelos seus conterrâneos e coetâneos: era o rapaz que trabalhava atrás de um balcão, sem futuro poético. Pois era, viu-se. E já leram *Sangue no capim*, de Reis Ventura, relacionado com uma Angola colonialista? Pois não leiam, de modo nenhum, que pode fazer mal à saúde ideológica. Foi o autor (não escritor) que arrebatou o prémio a Fernando Pessoa, que concorrera com *Mensagem* e assim ficou em segundo lugar, coitado. Ai, a literatura... as voltas que ela dá.

Mais um manifesto de uma língua internacional, a portuguesa, que surgiu em Óbidos. Um manifesto pela língua, enquanto lugar de cultura e de ciência? Não consigo chegar lá. Ela não precisa disso para nada. Seja que língua for, que a lei a contemple, então, que seja usada e abusada, que sirva de comunicação, em casa, no ensino, na vi(d)a pública e na alcova, no bar, na prisão, na caserna, no parlamento e no desporto, que floresça e não feneça. E, com ela, nela e a partir dela, que a literatura medre sem merdas que a cerceiem – burocracias. Falar, pensar, cantar, gritar, dialogar, ler e ler nessa língua: que assim seja, que assim basta. Não é necessário nada de extraordinário. E cale-se, por favor, sobre o valor económico da língua. Porque, se querem falar do valor económico dela, começa por que o capitalismo tem de pagar direitos (de autor) devidos aos que deviam ser dos primeiros a receber, a cada escritor, de qualquer estirpe, a cada crítico, pensador, a todos os que escrevem e falam por toda a parte, com e sem engenho e arte, a cada cidadão, tipógrafo, leitor, revisor, crianças e jovens – todos –, que movimentam a língua e nela se movimentam, em ação e adrenalina diárias. Os inesgotáveis criadores das línguas. Também os escritores, disse.

A literatura pode ser uma delimitação de local que simboliza o que é humano e pode ser um universal criado a partir do elemento simples e exclusivo de uma microcultura, sem que tal signifique diminuir o valor de uma dessas culturas de pequena escala. O local está contido, como totalidade que tende a compor o regional e o nacional, no *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, por sua vez representando a universal formação e passagem da infância para a adolescência e a idade adulta, apontando ao alvo da seca e do colonialismo. O universalismo imaginário – porque se trata sempre de uma impossibilidade empírica e textual –, normalmente subjetivo e procurando a abrangência de sentidos, e sobretudo de sensações, tende a tornar-se deslocalizado e materialmente irreconhecível, situando-se mais ao nível dos pensamentos abstratos, dos sentimentos e das idealizações. Leia-se, portanto, a extensa obra poética dos *Exemplos*, de João Vário, para lá de notações referenciais, que as tem, mas que, de qualquer modo, não se reclamam da Macaronésia e se apresentam como dissertações exemplares e exemplificativas das inquietações de um ser humano, sem mais. Quase se podia dizer: de um ser humano nu, um esqueleto pleno de humanidade, opondo-se à barbárie do *locus* sequestrador ou à pretensão arrogante de significar o mundo, tomando-o nos braços.

Municípios, parlamentos, bibliotecas, editoras, gabinetes, fábricas, universidades, aldeias, escolas, lugarejos, latrinas, esconderijos, choldras, templos, pastagens, córregos e grutas, deixem passar a língua livre louca aluada lustrosa leviana leve e

plumitiva da literatura indecorosa e imorredora, lutadora e libertina, ensandecida e visionária. A língua e a literatura são duas terras parideiras que a chuva fecunda e, por isso, é muito provável que os deuses sejam deusas, femininas – ou trans – e manda-chuvas! Que as deusas nos livrem dos poderes, para que o cabo dos trabalhos seja verde, e que elas, as deusas da linguagem e da criação de mundos, metam as mãos na massa da transformação, dando-nos pão em fôrma de livros, sagrados, sejam eles verdes, amarelos, brancos, azuis, pretos ou vermelhos. Que a violência linguística e literária – criadora – seja connosco! E a paz de espírito, hedonismo, lazer e saber seja convosco! Amem.



LITERATURA, DEMOCRACIA E MUNICIPALISMO

OLINDA BEJA

Herança de povos ancestrais que enxamearam as terras onde hoje se proclama como nobre a Portuguesa Língua com que nós, os escritores e outros amantes da arte da escrita, vamos enfeitando páginas de livros onde mitigamos uma sede antiga, é ela a verdadeira embaixadora da presença inigualável de mais de duas centenas de milhões de falantes.

E é exatamente com essa portuguesa língua que herdámos que podemos ter todo esse mundo de gente a expressar-se e a compreender-se mutuamente em vários países e em vários continentes.

Como escreveu o grande poeta do século XVI António Ferreira, “*Floresça, fale, cante, ouça-se e viva / a portuguesa língua, e, lá onde for / Senhora vá de si, soberba e ativa.*”¹ Aqui se prova que, com poucos anos de vida, já era cantada com orgulho e com mestria por quem cedo se apercebeu que o seu caminho iria ser longínquo e proveitoso.

Por isso, hoje em português nos entendemos, tecendo histórias, escrevendo memórias, partilhando opiniões, distribuindo culturas que, apesar de muitas diferenças, conseguem ultrapassar o muro da dúvida recorrendo à língua que nos une. Não fora ela como me faria eu entender com as minhas obras literárias num complexo de uma diminuta dimensão arquipelágica com pouco mais de duzentas

¹ <https://www.cnc.pt/patrimonio-cultural-realidade-viva/>, recolhido a 12/05/2024, de um texto de Guilherme d’Oliveira Martins, com ligeiras alterações em relação à citação incluída no texto de O. B.

mil almas. Claro que gosto de enfeitar os textos com imensas palavras da minha língua crioula e que mais não são, na maior parte dos casos, simplificações da língua portuguesa falada nos séculos XV/XVI aquando da descoberta e povoamento das ilhas. Em São Tomé e Príncipe, que durante séculos serviu de entreposto a navios negreiros, entraram e permaneceram gentes vindas dos mais variados e recônditos lugares, todos eles portadores da sua língua de origem. Não devia ter sido fácil a compreensão mútua. Penso que foi daí que surgiu a necessidade da nossa união linguística que, séculos mais tarde, Amílcar Cabral tão bem definiu como algo necessário e útil. Mas que deveria ser mais bem tratada, mais amada. Deveríamos exigir muito mais de quem dirige os destinos dos países lusófonos (sobretudo Portugal e Brasil), exigir, repito, a exclusão de tantos vocábulos de línguas estrangeiras que todos os dias invadem os écrans das nossas casas, as nossas ruas, os transportes públicos, sobretudo em publicidades, como se não existissem os mesmos vocábulos em Língua Portuguesa. Há dias vi o lançamento de um livro de uma figura pública que deveria ter mais conhecimentos do que os que ali foram demonstrados. O título do livro era em língua inglesa e, ao ser interrogada por um jornalista, respondeu numa gargalhada “Ah! Isso não é problema! Olhe a minha mãe só tem a quarta classe e ela percebeu!!!!” Enfim... desabafos de quem realmente não ama o que escreve nem sabe o que diz!

Sei perfeitamente que uma língua não é estática, ela move-se, circula, segue para outras paragens vestindo-se de roupagens diferentes, moldando outros usos e costumes.... Aconteceu isso em vários países por onde se passaram os nossos antepassados, crioualizando vocábulos, expressões, vestindo-a de outras roupagens, direi mesmo poeticamente perfumando-a...

Através dela nasceram escritores, literatos, mestres, amantes da literatura. Mas como pode ser útil a um povo essa arte que exige esclarecimento, atenção, e disponibilidade, entre várias outras exigências?

Citando o grande escritor brasileiro Luiz Rufatto, que conheci pessoalmente em 2015 no Brasil, em Cataguases (Minas Gerais), num festival de literatura e democracia, transcrevo uma frase que me impressionou: “*A literatura só se pode realizar plenamente num ambiente de liberdade de expressão e de amplo acesso a uma educação de qualidade – coisas que só são possíveis naqueles lugares onde os fundamentos da democracia se encontram solidamente enraizados.*”

“Perante a fragilidade da palavra “democracia” – reivindicada, perseguida,

atormentada, esvaziada —, que responsabilidades tem a escrita literária?”² Como pode a literatura vingar na sua plenitude se for asfixiada por contextos desenraizados no tempo? Todos sabemos, e nunca é demais repeti-lo, que a democracia é um problema antigo de que não é fácil falar.

“A modernidade política faz-se” (e sempre se fez) “em textos literários. “Por outro lado, a poesia de [T. S.] Eliot, Pound e Pessoa opõe aos modelos democráticos narrativas aristocráticas, conservadoras, se não fascistas: os modernismos negam as modernidades, e a escrita é o local de uma recusa, de um reduto, torre de marfim bem acima da *polis*. Mário de Sá-Carneiro lamenta-se, no início de «Manucure»: eis-nos chegados a um «dia brutal, provinciano e democrático»”.³

“Por outro lado, é o mesmo Pessoa quem escreverá, já no fim da vida, contra a ditadura de Salazar, e o século XX português, de Sophia de Mello Breyner Andresen a Ruy Belo, passando por todo o Neorrealismo, discute com força o lugar da democracia nos textos.”⁴

Hoje em dia assistimos a um sem fim de guerras inexplicáveis pois que nos apercebemos que o ódio está num crescente medonho como se ainda a Idade Média nos regesse. Apregoa-se aos quatro ventos a democracia, escrevem-se milhares de artigos fazendo crer que é tudo a favor de uma democracia que ainda não existe para determinados povos, mas vão-se exterminando esses mesmos povos, famílias, clãs, etnias, culturas, “escreve-se, hoje em dia, na vigência de um capitalismo sufocante, que corre pouquíssimos riscos mesmo dentro dos estados de exceção que se anunciam mundo afora; neste contexto, não estará a forma artística vocacionada a procurar a proposição de novas estéticas emancipatórias?”⁵ “Não surpreende a atenção dada à literatura contemporânea, sendo o nosso tempo palco de algumas das inquietações mais evidentes neste universo?” A indicar, por outro lado, que a democracia é um problema antigo, tão antigo como a nossa obsessão por pensar enquanto escrevemos, lemos e ouvimos...”⁶

Pergunto que índices de leitura tem Portugal e/ou o Brasil? Que índices de leitura tem o meu país, São Tomé e Príncipe? É angustiante vermos que, no momento atual, os jovens não se interessam pela leitura e todos nós sabemos o motivo.

² <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/118816/2/304883.pdf>

³ idem

⁴ idem

⁵ idem

⁶ idem

Entrámos num mundo virtual, um mundo onde não é preciso ler nem escrever nem pensar muito pois, num abrir e fechar de olhos, tudo nos é dado através de um pequeno ecrã que se chama telemóvel. Há dias, li que o telemóvel foi uma das maiores desgraças da humanidade pois veio, naquela pequenina caixa, oferecer tudo o que poderia fazer parte das nossas estantes... Hoje os jovens não precisam de passar tempo a ler, num clique têm um bom filme, não precisam de sair para fazer compras, é só escolher através do écran o que precisam e rapidamente chegará a sua casa o produto desejado... não precisam de falar, de discutir, de tirar dúvidas com o mestre, pois a pequenina caixa vai dar resposta aos seus anseios. Penso que teremos dentro de alguns anos uma sociedade de mudos e de cegos que facilmente será manobrada por meia dúzia de espertalhões que aproveitaram os descuidos alheios!

Fui professora do ensino secundário durante quarenta anos, dos quais trinta em Portugal e dez na Suíça, e foi sempre a minha preocupação levar aos jovens o gosto pela leitura, o gosto pela escrita, o gosto pelo sonho... sim, a literatura é a mãe dos nossos sonhos e o grande poeta António Gedeão dizia que *“o sonho comanda a vida / e sempre que um homem sonha / o mundo pula e avança...!”*. Mas como sonhar se não há incentivos para tal? Muitas vezes, em princípio de carreira, nos anos setenta do século passado, levava para as aulas cartazes enormes e, ao som da música de um pequeno rádio portátil, dizia-lhes que, olhando a imagem, fossem sonhando e assim escrevendo ou, então, quem quisesse podia, ali mesmo, inventar e contar uma história. Foram anos profícuos dos quais me orgulho ainda hoje. Mais tarde, pedia que os pais estivessem presentes na festa do final do ano escolar onde os seus educandos fariam uma surpresa, lendo para o público (familiares e amigos) as histórias e/ou os poemas que tinham (re)criado. Confesso que tive trabalhos que bem mereciam estar publicados, vendo o que por vezes se encontra hoje no mercado livreiro.

Em noventa e dois, e após entrar na minha vida literária, comecei a deambular por escolas, bibliotecas, centros culturais e universidades, onde fui realizando encontros com jovens e seus professores e pedindo sempre que os alunos, sobretudo os mais jovens, tivessem a presença dos pais ou outros encarregados de educação para que em conjunto lêssemos uma história ou a (re)contássemos no caso de alguém já a saber. Foi este o início de um périplo que ainda não terminou e com o qual reconheci que os municípios das terras por onde andei ficaram mais ricos e com mais conhecimento, sobretudo de mundos distantes, onde a Língua Portuguesa era e é o elo de ligação entre povos diferentes. Não posso deixar de lhes dar o exemplo do meu país, onde em todos os eventos de literatura tenho a preocupação de provar

a raiz lexical da língua portuguesa na maior parte dos vocábulos do nosso crioulo (nossa língua materna), pois com eles, como atrás referi, “enfeito” os textos que escrevo.

E, assim, pensando sempre na frase belíssima de Octávio Paz “*a palavra do escritor tem força e se tem força tem efeito social*”, fui percorrendo os mais recônditos lugares, chamando sempre o povo para ouvir, para participar. Com a Língua Portuguesa andei por serras onde quem me ouvia tinha o prazer de intervir e nunca poderei esquecer que, na zona de Penamacor, numa aldeia perdida entre montes e vales, um velho pastor que encontrei num caminho (sim, fiz percursos pedestres, não se admirem) me disse que a Câmara já tinha avisado que o povo iria ser visitado por poetas. E ele, que sempre foi poeta, segundo me afirmou, apesar de não saber ler nem escrever, tirou o chapéu e disse, virando-se para o céu: “*Ó lua que eras tão noval/ merecias uma tareia / andaste de quarto em quarto/ e agora apareces cheia!*” Nesse dia aprendi muito com esse homem e, antes de partir, ele ofereceu-me um sabugueiro, pedindo-me que o plantasse pois que a sua flor era boa para fazer chá para curar gripes, as canas para fazer gaitas de boca e as bagas davam uma cor maravilhosa ao vinho.... Ficaria aqui a contar-lhes, em termos simples e compreensíveis, que é assim que gosto de discursar, o quanto levei às municipalidades e aos municípios não só do país onde vivo, mas também do país onde nasci. Reconheço que percorrer desde noventa e dois até hoje trezentas e cinquenta e duas escolas nos mais variados municípios de Portugal Continental e Ilhas e em países como Suíça, Luxemburgo e outros, onde a população portuguesa teima em ensinar a língua e a cultura portuguesas aos seus filhos, é algo que me inebria e me faz pedir aos municípios que não fechem as portas à cultura. Esse é outro ponto bastante difícil de contornar, a abertura, a colaboração e a participação dos municípios em eventos culturais relacionados com a Literatura, é quase um tabu! Dizem sempre, com ar de consternação, a mesma frase: “*Não há verbas... e sem verbas nada podemos fazer.*” Há ainda dois caminhos espinhosos a percorrer para que a literatura se amantize com os municípios e não continue a ser “a enteada mais pobre de qualquer orçamento”. O primeiro caminho é contextualizar a literatura periférica como uma dimensão da cultura popular urbana, ampliando assim o seu alcance como expressão cultural, sem prejuízo da sua identificação de origem, expandindo o circuito para além dos grandes centros urbanos para que todos tenham acesso à cultura. O segundo é de ordem estética e implica na afirmação da busca da qualidade como um imperativo da criação. Esse desafio também requer, por parte dos escritores, disposição para se submeterem à crítica, a algum sacrifício, ao mesmo tempo que se torna necessário

um novo paradigma crítico que possa responder à especificidade dessa literatura que chamarei, sem sentido pejorativo, de porta a porta.

Para terminar esta já longa dissertação, quero deixar mais uma frase de Octávio Paz que deveria estar escrita no frontispício de cada edifício municipal, “*Se os líderes lessem poesia seriam mais sábios*”.



LITERATURA, DEMOCRACIA E MUNICIPALISMO

JOSÉ ANTÓNIO DOS REIS

O tema que me proponho desenvolver encerra três dimensões aparentemente distintas, porém intrinsecamente relacionadas e interligadas, de tal modo que a ausência de uma pode impactar a outra, ou a existência de uma e a ausência de outra podem comprometer ou limitar a presença de uma ou de outra.

Assim, só por comodismo ou artificialismo metodológico poderemos falar de uma ou de outra dimensão isoladamente, uma vez que as interligações e as interações que decorrem da sua dinâmica implicam, melhor, exigem, uma abordagem holística e reflexiva.

Em nosso entendimento, falar da literatura, da democracia e do municipalismo é, acima de tudo, narrar a essência do viver social em uma sociedade idealmente organizada, na qual haja pão, liberdade, educação, livre expressão do pensamento e de criação, participação cívica dos cidadãos na vida pública e respeito pela dignidade da pessoa humana.

Assim colocada a questão, não irei falar da literatura, depois da democracia e, no final, do municipalismo, analisando cada um dos termos isoladamente ou, quiçá, atomisticamente.

Procurarei, neste exercício, seguir a orientação constitucional cabo-verdiana quando no nº 3 do artigo 1º da Constituição da República se diz que “A República de Cabo Verde [...] tem como objetivo fundamental a realização da democracia económica, política, social e cultural e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.”

Não poderíamos ter uma formulação mais precisa e afirmativa quanto ao tipo de democracia que se deseja ver realizado no país, formulação que, como se pode observar, não se esgota na mera democracia política, como, erroneamente, às vezes se pensa ou se acredita.

Assim, o foco da minha intervenção centrar-se-á no conteúdo material do enunciado constitucional e, ao mesmo tempo, procurarei, com base na temática que me propuseram desenvolver, fazer a sua interligação dinâmica, que há de traduzir-se na adoção de uma abordagem de cariz holístico, na qual cada item sai do seu leito virtual e conceptualmente construído, para se trasbordar num oceano, tanto acolhedor quanto integrador.

Creio que não há democracia real em sociedades onde os cidadãos não sejam realmente livres ou não tenham um mínimo de condições de vida e de instrução ou, ainda, em que os ditos cidadãos votam e não sabem porque votar nem/em /quem votar.

Da mesma forma, não haverá desenvolvimento literário em uma sociedade na qual não haja liberdade de expressão e de criação artística, ou em que os cidadãos se sintam limitados, senão mesmo coartados na expressão do que sentem ou lhes vai na alma.

Como, ainda, não haverá uma sociedade aberta e participativa se o poder não for controlado e descentralizado através de mecanismos de separação dos poderes, da efetiva transferência de poderes e de uma justa repartição de recursos.

Há um entendimento, que me parece partilhado por maioria dos estudiosos, segundo o qual não haverá exercício de poder plenamente democrático se este não assentar na real participação dos cidadãos nas diferentes esferas do poder, quer através dos seus legítimos representantes quer, em certas situações, da intervenção direta dos próprios, especialmente em matérias relevantes para a vida e afirmação dos interesses da comunidade.

A democracia e o desenvolvimento da cultura democrática de um país só serão reais e a sua efetividade assegurada se o povo tiver um nível de conhecimento e de cultura que lhe permita fazer escolhas racionais, com base na análise do que lhe é apresentado e nas conclusões que for capaz de retirar em resultado da apreciação que faz.

A nosso ver, o cidadão consciente do seu dever e do seu direito é aquele que exige, analisa, participa, propõe ou rejeita, consoante os casos e situações, o que lhe é proposto ou sugerido, e fá-lo em prol dos seus interesses ou dos da comunidade a que pertence.

Nessa perspectiva, o nível literário e cultural de um povo poderá espelhar o grau da democracia de um país. Isso, se considerarmos que a instauração das instituições democráticas, assim como o seu funcionamento regular, pressupõe a existência de uma sólida cultura democrática, base sem a qual a democracia não passará de um ritual de formalismos, sem substância e materialmente inconsequente, por não se ancorar em uma vivência ou em um modo de vida que reflita o ser e o estar de um povo.

Assim, me parece cada vez mais consensual esta expressão, que não é pelo facto de nos afirmarmos democratas que o somos. E nem por termos, formalmente, instituições democráticas que praticamos a democracia ou vivemos a democracia ou, ainda, cultivamos a democracia.

A democracia é um modo de vida, é uma forma de ser e estar e é, numa palavra, uma cultura.

Uma cultura assente nos valores da tolerância, da aceitação da diferença, do pluralismo das ideias e opiniões, da participação cívica e do exercício pleno da cidadania.

Disso resulta que a democracia real é mais do que ter instituições e leis democráticas: é ter e cultivar os princípios e valores da democracia.

E a cultura democrática promove-se.

Como?

- (i) Criando um quadro amplo de liberdades cívicas e assegurando o seu pleno exercício;
- (ii) Promovendo debates e confrontos salutares de opinião entre os diversos atores, nomeadamente políticos, sociais, económicos e culturais;
- (iii) Desenvolvendo a literacia política e democrática, assim como elevando o nível cultural da população;
- (iv) Normalizar a convivência com o pluralismo e o contraditório e a diversidade política e social;
- (v) Fomentando a tolerância e a aceitação da diferença como elementos que fazem parte da vivência e convivência em uma sociedade democrática e pluralista;
- (vi) Reduzindo as desigualdades e a pobreza, bem como elevando o nível da instrução e da cultura da população, como condição para o exercício pleno dos direitos civis e políticos.

Só operando nessa direção e realizando essas tarefas se poderão concretizar as promessas da democracia substantiva, que deixará de ser uma simples proclamação, despida de conteúdo, e passará a ser uma vivência real e materialmente sentida.

Para isso se tornará necessário uma aposta, de forma decisiva, na promoção da cidadania, e se deva criar, simultaneamente, as condições para o seu exercício.

As escolas, as instituições de cariz cívico e outras instituições poderão desempenhar um papel relevante nesta matéria. As escolas são um centro por excelência de promoção do saber e do conhecimento, da integração e socialização do indivíduo, e instrumento chave no desenvolvimento e exercício pleno da cidadania.

Outras instituições, como a comunicação social e as organizações não governamentais, podem igualmente ser atores determinantes, enquanto entidades que transmitem, partilham e divulgam informações úteis, quer através de canais massivos, quer por via de intervenções de proximidade. Só ampliando os canais de comunicação e de formação dos cidadãos poderemos almejar aumentar o nível de conhecimento e de cultura da população, e, conseqüentemente, reforçar a cultura democrática.

A meu ver, só haverá cidadão e cidadania, na plenitude da palavra, quando as pessoas se permitem adotar comportamentos condizentes com o seu ideário, construído a partir da informação de que dispõem e da avaliação compreensiva do que esteja em jogo.

A promoção de uma cidadania ativa e crítica postula que haja cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres e que não se furtam a pronunciar-se sobre todos os assuntos que se prendem com a vida do seu país e da sua comunidade.

Hoje, mais do que nunca, os cidadãos em sociedades democráticas valorizam a transparência, a prestação de contas e a defesa do interesse público enquanto princípios sem os quais a democracia poderá ficar, naturalmente, coxa ou, então, passível de sofrer uma entorse.

No geral, hoje aceita-se pacificamente que o exercício da cidadania é a pedra de toque dos sistemas políticos abertos e democráticos, especialmente aqueles que já interiorizaram os valores do pluralismo, da tolerância, da aceitação da diferença, do diálogo e debate político. Acredita-se, sinceramente, que uma democracia real se exprime e se mede pelo nível de liberdade de que goza a sua população; sendo assim, vinca-se, claramente, o postulado de que “não há democracia sem liberdade”.

O exercício pleno da cidadania implica que o indivíduo/cidadão disponha e tenha o domínio da literacia democrática, de conhecimento, da informação e, sobretudo, deverá estar em condições de fazer adequadamente o seu uso.

Implica ainda que o indivíduo não esteja condicionado por receios de perseguição ou de ostracização, reais ou imaginários, ou por cenários cuja existência, ainda que virtual, lhe pode retirar a capacidade de se expressar ou intervir em questões da vida pública, limitando, conseqüentemente, o seu exercício de cidadania.

Deste modo, para além da relevância de se ter uma população letrada, capaz de produzir ideias e de ter opiniões, esta deve estar, naturalmente, em condições de partilhar e difundir informação, uma vez que só estando informado e com conhecimento da realidade será possível tomar decisões racionais e baseadas em evidências. Para isso, é importante que, concomitantemente, haja um ambiente substancial de liberdade, sentido e vivido, que permita a livre expressão do pensamento e da ação de cada um.

Aos poderes públicos requer-se a responsabilidade de realizar uma política de forte investimento na qualificação dos cidadãos e no fortalecimento das instituições democráticas, enquanto condição para a construção de uma sociedade democrática e de homens livres. Acredita-se que só haverá a emergência de uma cidadania ativa e comprometida com a democracia quando o país for capaz de gerar cidadãos que, pelo seu arcaboço cultural e postura cívica, sejam capazes de pensar e de exprimir o que pensam, ainda que sejam sujeitos a situações limitativas do exercício pleno da sua liberdade.

Ora bem! E em Cabo Verde, é este formato modelar da democracia que temos?

Direi que entre nós, com toda a sinceridade, no plano institucional e legal e, também, no discursivo, tudo vai bem com a nossa democracia.

Temos um país com uma democracia baseada em grandes princípios que norteiam e estruturam a organização política e social das sociedades modernas.

Um país que goza de uma relativa paz social, de estabilidade política e da liberdade de expressão.

Somos um país com instituições edificadas que resultam da vontade popular, com uma constituição que regula e organiza a nossa vida coletiva, com um regime político assente na pluralidade e livre expressão da opinião, assumimo-nos como um Estado de Direito Democrático e como uma sociedade civil livre e organizada.

Porém, quando se desloca a análise do campo meramente formal para a dimensão material e de vivência prática, verifica-se que existe um hiato entre o que se proclama ser e o que na realidade se é ou se pratica.

No plano do discurso, somos mais democráticos que ninguém, mas já na esfera do comportamento expresso nos portamos como autoritários, intolerantes e exclusivistas.

Pode-se constatar, sem grande esforço, que temos dificuldades em lidar com o que é diferente ou com a diferença. Entre nós, o outro é percecionado, não como diferente num quadro de pluralidade, mas como inimigo que deve ser ostracizado, senão mesmo eliminado.

Temos um ecossistema político-social que não promove acordos, nem permite ou aceita a partilha e colaboração sobre questões centrais do desenvolvimento do país.

A nossa democracia funciona na lógica da negação.

Um negacionismo em que vale apenas o que um lado planeja, consente e faz;

Em que o poder e a oposição se acantonam nos seus redutos, em que uns e outros se recusam a participar e a colaborar nas soluções provenientes da outra parte;

Em que todos tratam com desdém o que uns e outros fizeram ou fazem para o desenvolvimento do país;

Em que a democracia proclamada, por uns e por outros, se limita ao espaço e à reserva existencial de cada um;

Em que a iniciativa e as propostas promovidas por uns e por outros, por força da cultura de negação, nunca cabem nos parâmetros democráticos definidos por cada ator;

Na verdade, existe uma democracia cabo-verdiana que ostenta dificuldades em debater, em dialogar e em estabelecer acordos sobre questões prioritárias para o país, postura essa que resulta do facto de as bases sobre as quais assenta a nossa democracia não se sustentarem numa cultura política solidificada que incorpore padrões comportamentais democráticos.

Somos, afinal de contas, um produto do colonialismo, escravatura, fascismo, partido único e, se calhar, não poderemos, de repente, nos transformar em uns perfeitos e imaculados democratas.

Provavelmente, esse nosso negacionismo e a dificuldade de aceitar a diferença têm o seu substrato na nossa herança histórica, cuja reminiscência ainda se faz sentir no presente.

Entretanto, curiosamente, numa democracia cuja essência deveria ser a expressão da liberdade dos cidadãos, ainda persistem alguns sinais de fixação ao passado, quando, por exemplo, se constata a existência de muitos atores que se refugiam na clandestinidade virtual, formando milícias digitais para combater as ideias e posições dos que pensam diferente.

É assim, infelizmente é assim, que vai e caminha a nossa *praxis* democrática.

No entanto, não se pode extrair dessas observações quanto à disfuncionalidade da nossa democracia quaisquer conclusões que possam sugerir que haja da minha parte uma defesa da tese da unanimidade, da subtração da conflitualidade do debate político ou da negação do dissenso como se este não fizesse parte da dialética democrática.

Contudo, convém sublinhar que, numa democracia normal, as maiorias e as minorias coexistem, confrontam-se e cooperam.

Numa democracia normal não há lugar para exclusivismos, nem para paternalismos ou tutela democrática: todos têm um papel e uma função a desempenhar no sistema e todos, de acordo com as suas responsabilidades, têm o dever de contribuir para o seu regular e normal funcionamento.

Há momentos em que se devem fazer valer as divergências porque, naturalmente, se vive numa comunidade regida pela pluralidade.

Porém, a democracia não convive apenas com a divergência.

Existem também espaços para o diálogo, para convergências, para consensos e acordos.

As maiorias não podem ter o propósito de esvaziar ou esmagar as minorias. As minorias não podem ter a pretensão de fazer valer a sua posição mais do que elas realmente representam, nem impor ou bloquear soluções ou, porventura, de governar, quando as suas soluções não foram clara e expressamente sufragadas pelo eleitorado.

É preciso sublinhar esse princípio importante: **o peso relativo de cada um nas soluções deve corresponder ao peso representacional de cada qual, quer política quer sociologicamente falando**, embora a base não seja de natureza aritmética. As exigências ou imposições que vão para além desse preceito não são legítimas, nem são reveladoras de boa-fé negocial.

Os atores políticos não podem contentar-se em invocar simplesmente as regras formais da democracia, convencidos que a democracia começa e termina com ritos formais. A democracia substantiva é mais do que isso: é uma construção e aperfeiçoamento permanente, pois não basta ter instituições aparentemente democráticas para que se possa afirmar que se vive em democracia. Exige-se mais: é preciso substantivar a democracia com princípios e valores e fazer equivaler o que se afirma e proclama, em nome da democracia, com o que se faz e se pratica.

Retomando o que tinha inicialmente assumido e na linha da proposta constitucional cabo-verdiana, segundo a qual o conceito da democracia não se limita à sua dimensão política, mas também incorpora as dimensões sociais, económicas e culturais, entendo ser de suma importância que os poderes legitimamente investidos, no âmbito das suas responsabilidades, concentrem os seus esforços na efetivação da democracia substantiva.

Na verdade, a democracia substantiva de que se está a falar pretende, simplesmente, significar que a democracia, ou o regime democrático, tem a obrigação de ir para lá dos procedimentos formais, e deve, simultaneamente, preocupar-se com a vida das pessoas e a satisfação das necessidades dos cidadãos, sob pena de essa democracia “formalesca” não passar de uma simples abstração, e isso poderá constituir-se num risco sério para a sua própria sobrevivência.

Não é, pois, difícil de adivinhar que o povo, em regra, vota convencido de que quem elegeu para o governar irá resolver os seus problemas e, sobretudo, quererá ver a sua vida a melhorar e as suas expetativas não frustradas.

No entanto, muitas vezes, esse aspeto relevante para a população é ignorado por atores políticos, que concentram o seu esforço e a sua atenção na luta pela conquista ou manutenção no poder, na maioria das vezes sem olhar a meios, o que faz com que releguem ou descurem, senão mesmo esqueçam as necessidades e os anseios dos cidadãos.

A conceção da organização do poder do Estado, incluindo a repartição dos poderes e a sua distribuição a diferentes níveis, tem subjacente a ideia de que os poderes públicos devem, por um lado, assegurar um melhor e mais equilibrado funcionamento das instituições e, por outro, atender, de forma mais eficaz, às necessidades dos cidadãos e da comunidade.

Em Cabo Verde há dois níveis do poder: central e local. Cada nível do poder dispõe de legitimidade e competências próprias. O relacionamento entre os diferentes níveis do poder, sejam centrais ou locais, deve ocorrer no quadro das competências legalmente atribuídas a cada um e no estrito respeito pelas competências de cada um, sem prejuízo da necessária cooperação institucional.

A cooperação e a lealdade institucionais são elementos aferidores do grau de maturidade política e do nível da democraticidade no funcionamento das instituições. Essa exigência e a necessária disponibilidade para a colaboração interinstitucional se colocam com igual acuidade e premência, quer em relação às entidades a nível central, ou governamental, quer a nível local, ou municipal. A aceitação desses princípios no relacionamento institucional é, sem dúvida, um caminho para a viabilização do diálogo, da cooperação e da colaboração interinstituições, condição para que haja mais desenvolvimento institucional e mais ganhos para o país e para a população.

Do meu ponto de vista, não fortalece a democracia, nem contribui para a sua credibilização, quando atores políticos se acantonam no seu reduto e transformam as suas posições em postulados irredutíveis, inegociáveis e intransigentes ou, pior ainda, quando, simplesmente, ignoram a necessidade de um funcionamento regular das instituições, não se importando nem com o que a opinião pública pensa e manifesta, nem com o eventual desgaste ou erosão das próprias instituições democráticas.

Muitas democracias emergentes e, em alguns casos, até as mais consolidadas, em razão dessa postura de indiferença face aos anseios e expetativas dos cidadãos, conhecem retrocessos sem precedentes e, pior do que isso, assiste-se à ascensão

vertiginosa dos grupos extremistas e da extrema-direita, do populismo e dos regimes autoritários e iliberais um pouco por todo o mundo.

Ora, por que razão isso está a acontecer? Creio que este deverá ser o questionamento dirigido a quem de direito.

Por que razão o povo está a escolher esses grupos e figuras, em detrimento dos políticos e das soluções políticas tradicionais?

Eis as questões que merecem não só a necessária reflexão de todos, mas, especialmente, carecem de efetivas respostas.

A democracia, naturalmente, não terá condições de se manter e de se fortalecer se não houver conciliação entre “*demos*” e “*kracia*”.

Uma democracia plena não se compagina com as gritantes desigualdades sociais, com a pobreza extrema, com analfabetismo limitante do exercício da cidadania, com a corrupção e o egoísmo que sufocam a solidariedade e desumanizam as relações entre os homens.

Como dizia, o grande dramaturgo francês, Victor Hugo, “*A liberdade começa onde a ignorância termina*”.

A ignorância, que subtrai a liberdade ao cidadão e limita o seu potencial participativo, combate-se com mais investimento na promoção do saber e conhecimento e na cultura. O conhecimento e a sabedoria libertam o homem da castradora ignorância, e tornam-no num ator e num protagonista, e não num simples espetador ou, apenas, num consumidor do que os outros produzem.

A democracia substantiva é saber, é conhecimento, é participação consciente, é ser ator e protagonista, é ser, numa palavra, cidadão!

Esta democracia substantiva, expressa aqui, reclama por uma literatura que liberte e não castre, que estimule e não iniba a capacidade criadora dos cidadãos;

Uma democracia que cative e promova a cidadania, e que não aliene o sujeito protagonista, ou que o torne objeto que se consome quando se quer e se descarta quando não é preciso.

Cabo Verde reclama, a todos os níveis do poder, por uma cultura política e democrática que privilegie a tolerância, o debate político centrado no confronto de ideias e projetos, que promova o respeito pela diferença e a defesa do interesse geral e do bem comum.

O fortalecimento da democracia em Cabo Verde requer a efetivação de mecanismos de participação, já previstos na Constituição da República, que vão para lá da mera participação periódica em atos eleitorais, bem como um efetivo investimento na elevação do nível político e cultural da população.

Creio que só caminhando na direção dessa democracia, que incorpore as dimensões políticas, económicas, sociais e culturais, se poderá ter um regime democrático com substância em que o “*demos*” se case em “comunhão de bens” com a “*kracia*”.



LITERATURA, DEMOCRACIA E MUNICIPALISMO

VERA DUARTE

SINOPSE

É através do poder local democraticamente eleito que os munícipes podem participar diretamente no desenvolvimento das suas autarquias e fazer chegar as suas reivindicações à governação local e central.

Os 30 anos do municipalismo cabo-verdiano têm trazido um aumento visível do desenvolvimento económico e social das autarquias e do próprio país.

Também no domínio cultural tem havido algum progresso, embora muito mitigado no que tange ao livro e a leitura.

Urge assim a adoção de medidas que conduzam ao incremento da dimensão cultural dos municípios para a consecução de uma cidadania plena.

Senhoras e senhores,
Cumprimento todos com muito regozijo, em especial os que vieram de longe
abrilhantar estas ilhas com a luminescência das suas palavras, destacando o
nosso amigo, já compatriota, Vítor Ramalho.

Sejam todos bem-vindos! E bem-vindos sejam também todos os estudantes
presentes nesta sala. A vossa presença é muito importante para nós.

O desenvolvimento do poder local foi, sem dúvida, uma das maiores conquistas do
país independente. Em 1992, após a abertura política, deu-se início a um processo
substantivo de autonomia municipal do país, cristalizado na Lei nº 134/IV/95 de
3 de julho, que aprova o estatuto dos municípios de Cabo Verde consagrando,
de direito e de forma inequívoca, um acentuado processo de descentralização e
governança municipal.

O poder local, como todos sabemos, tem a sua principal força na proximidade
às populações e, por isso, é a primeira forma de acesso dos cidadãos aos órgãos de
soberania.

É assim, através do poder local democraticamente eleito, que as populações podem
acercar-se da governação e fazer chegar as suas reivindicações e os seus problemas a
quem de direito.

Paulatinamente, ao longo destes 30 anos, o municipalismo cabo-verdiano tem-
se revelado muito auspicioso para o desenvolvimento económico e social das
autarquias e do próprio país. Também no domínio cultural tem havido algum

progresso materializado, sobretudo, na realização de festivais de música e festas populares e religiosas.

Mais mitigados têm sido, contudo, os progressos verificados em outras vertentes culturais, nomeadamente na promoção do livro e da leitura, embora a supracitada lei dos municípios de 95 consagre extensas atribuições às autarquias no domínio da cultura.

Rapidamente, posso demonstrar a ciência do que digo.

Os festivais musicais e as festas populares e religiosas, sobretudo para comemorar os dias dos municípios, têm sido constantes e vigorosos e a música tem ocupado o lugar de *rainha di nos terra* que todos reconhecemos. O batoque, o funaná, a morna, a coladeira e os demais ritmos que dão musicalidade a estas ilhas estão sempre em destaque e os festivais musicais repetem-se um pouco em todos os cantos do país. São manifestações culturais, sem dúvida! E isso é bom!

O problema é que exigem muitos financiamentos e quase não deixam espaço nos orçamentos municipais para outras manifestações culturais, nomeadamente no domínio da literatura, em que têm sido realmente muito mitigados os apoios concedidos e os progressos verificados a nível do livro e da leitura.

Cabe, contudo, destacar que alguns municípios vêm fazendo um trabalho empenhado em prol da cultura, em vários aspetos e também no domínio da literatura.

Por todos, refiro-me ao município do Sal que, para além de albergar o já renomado Festival Internacional da Literatura Mundo, o que é imenso, também vem dando atenção à criação de prémios literários, à realização de festivais de teatro, ao apoio à edição de livros de escrita criativa, de que eu sou um testemunho, além de várias outras iniciativas de cariz literário.

Liminarmente, realço os aspetos acima mencionados, muito deficitários em vários municípios, e apraz-me citá-los para que possam fazer escola pelo que têm de positivo.

É importante também salientar que algo está a mudar no Município da Praia e, neste momento, já contamos com o valioso apoio da CMP para a efetivação do VI Encontro Internacional de Poesia da Macaronésia, que iremos realizar no próximo mês de novembro, nesta cidade que ora nos acolhe.

É ainda essencial destacar a lufada de ar fresco e momento de intenso diálogo literário que vem representando a realização destes Encontros de Escritores de Língua Portuguesa, com os quais a UCCLA e a CMP, em tão boa hora, vêm presenteando esta nossa capital e que já vai na sua sexta edição, neste ano em que começamos a

celebração do centenário do Fundador da nossa Nacionalidade, Amílcar Cabral. Bem-hajam!

Mas vejamos o seguinte: os festivais de música e as festas populares e religiosas são, sem dúvida, necessários e de grande simbolismo para a coesão social da nação cabo-verdiana, inscrevendo-se no domínio da cultura. Mas também o livro e a leitura se incluem no capítulo da cultura. E dado que o saber, a ciência e o conhecimento que eles aportam são fundamentais para o desenvolvimento futuro do nosso país, é importante que uma parcela do financiamento acordado ao setor cultural possa ser canalizada para a criação de bibliotecas municipais, comunitárias e virtuais, a realização de concursos literários e feiras do livro, o financiamento de obras literárias e festivais de poesia, entre outros.

É importante ter em mente que o livro e a leitura, ou seja, a literatura em sentido amplo, aquela que subjaz ao teatro e ao cinema, à ficção científica e à inteligência artificial, aquela que vem nos livros e nos meios digitais de comunicação online, desde a Bíblia a *Os Versículos Satânicos*¹, tem a capacidade de alargar a dimensão anímica, intelectual e espiritual dos seres humanos, ampliando assim o pleno gozo da cidadania, que é a base da fruição da liberdade!

É certo que o nosso país é musical e, como bem assevera o saudoso poeta Mário Fonseca, *Mon Pays est une musique*². Mas grande parte da lírica dessa música sai da pena dos poetas!

Senhoras e senhores!

Creio ser esse o pano de fundo em que nos movemos em matéria de municipalismo, democracia e literatura. A realização da democracia já traz no seu bojo a democratização de vários setores da vida em sociedade e, entre eles, da própria coisa literária, que deixa de ser apanágio de alguns para se estender, pelo menos virtualmente, a toda a sociedade.

Mas para tal é forçoso que os livros cheguem a todas as famílias, a todas as pessoas, e invadam também as autarquias através de bibliotecas municipais e comunitárias, feiras do livro, concursos literários e, muito importante, se multipliquem os incentivos à leitura realizada em sala de aula.

É óbvio que a dimensão literária de uma autarquia, se se pode usar esta expressão, estará sempre em estreita correlação com o nível de educação e escolarização que a autarquia apresenta.

¹ Rushdie, S. *Os Versículos Satânicos* (1988).

² Fonseca, M. *Mon Pays est une musique* (1986).

Nunca me esqueço da célebre frase do poeta e pensador cubano José Martí que, muito lá atrás, asseverou que “Ser culto é a única forma de ser livre”³.

Não é em vão que a aventura literária cabo-verdiana terá começado com mais consistência em Mindelo, cidade onde se terá incrementado a escola primária, possuidora de uma fantástica biblioteca municipal e que terá recebido o impacto dos alunos formados no Seminário-Liceu de São Nicolau, na segunda metade do século XIX (1866).

O acesso à escolarização é fundamental para a libertação dos espíritos para o exercício da escrita criativa e para o usufruto da leitura dessa escrita.

E uma das maiores riquezas trazidas pelo municipalismo foi a disseminação das escolas primárias que, de uma centena à data da independência, passaram para mais de três centenas, das escolas secundárias que, de dois liceus, na Praia e Mindelo, passaram para mais de meia centena, além da introdução do ensino superior. Tem sido sem dúvida enorme o contributo dos municípios para o desenvolvimento do país. Embora persistam muitas assimetrias, é notório o avanço que se vem verificando em muitas localidades, mesmo nas consideradas mais pobres e carenciadas.

E a disseminação da educação tem muito a ver com isto. É de meridiana clareza observar que, quanto maior o número de escolas, mais munícipes escolarizados estarão preparados para conhecer e reivindicar os seus direitos de cidadania. Por tudo isso, acredito que o municipalismo cabo-verdiano vem-se fortalecendo com a progressiva escolarização a nível primário, secundário e superior do país.

O que me permite pensar que o paulatino processo de empoderamento das autarquias contém os ingredientes necessários para que seja dada uma atenção mais sofisticada às fontes de produção cultural que são o livro e a leitura.

Não deixo, contudo, de reconhecer que, dada a relativa juventude e fragilidade de algumas das nossas instituições, quanto maior for o gosto do presidente de uma câmara ou de uma assembleia municipal pela cultura e pela literatura em especial, mais risonho será o futuro do livro e da leitura nessa localidade.

Não sou uma grande conhecedora do municipalismo cabo-verdiano; sou, sim, uma observadora atenta que entende que as autarquias locais trazem consigo enormes vantagens para a consolidação do Estado de Direito Democrático, para a cooperação descentralizada e para maior acesso dos cidadãos ao poder e consequente

³ Martí, J. *Esquema ideológico*, p. 537, Editorial Cultura, 1961.

participação nas políticas públicas dos setores mais importantes para o quotidiano das pessoas, a saber, saúde, educação e cultura.

As autoridades do poder local, sendo as mais próximas das populações, são as que, com maior atenção, devem estar à escuta dos anseios dos cidadãos.

Uma nova lei sobre o municipalismo está a tramitar pelos assentos da Assembleia Nacional. Não conheço o projeto, mas, mais que leis, precisamos de ação.

Por isso quero terminar estas minhas singelas palavras fazendo dois veementes apelos:

O primeiro aos autarcas, para que não se fiquem pela retórica. Que ousem dotar os seus municípios de bonitas e atrativas bibliotecas, promovam festivais literários e feiras de livro, convidem os autores e instituem prémios literários, por exemplo, para os estudantes da sua autarquia.

O segundo aos munícipes, para que não se deixem ficar à espera que as coisas aconteçam, mas exerçam plenamente os seus direitos de cidadania, tenham iniciativas próprias e reivindiquem dos seus autarcas as realizações necessárias à disseminação do produto cultural e, sobretudo, que deixem os livros entrar abundantemente em suas casas. E leiam, leiam muito.

Neste mundo desregulado em que vivemos, em que tantas tragédias nos interpelam, desde guerras fratricidas, indecente repartição de riquezas, corrupção, ditaduras, emigração clandestina, deslocados, refugiados, até à natureza em fúria contra a depredação humana, o livro e a leitura permitem-nos momentos únicos de paz e transcendência, de conhecimento e de saber, e transportam-nos, como nenhuma outra atividade consegue fazer, para as mais diversas Pasárgadas que quisermos escolher, aumentando assim a nossa capacidade de intervenção cidadã.

Só assim muitas autarquias poderão dar o salto desenvolvimentista por que todos almejamos.



XI ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

**LÍNGUA
PORTUGUESA,
EXPRESSÃO DE
LIBERDADE,
DEMOCRACIA
E DESENVOLVIMENTO
MUNICIPAL**

FOTOGRAFIAS





3



4



5

1. Visita à Universidade de Cabo Verde. Na mesa, da esquerda para a direita, de entre os presentes, José Pires Laranjeira, Rui Lourido, Olinda Beja e Sheila Khan.
2. Visita à Universidade de Cabo Verde. Fotografia de grupo.
3. Visita ao Liceu Pedro Gomes. Fotografia de grupo.
4. Visita à Escola Regina Silva. Encostado à mesa, o escritor angolano Jacques Arlindo dos Santos dirige-se aos alunos da escola.
5. Visita à Escola Regina Silva. O orador é o escritor português Leonel Araújo Barbosa, vencedor da 8.ª edição do Prémio de Revelação Literária UCCLA-CMLisboa.



6. Abertura oficial do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa. No púlpito, Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA, dá início aos trabalhos.
7. Abertura oficial do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa. No púlpito, em substituição de Filipe Anacoreta Correia, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o seu Assessor Gonçalo Moita.

8. Abertura oficial do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa. No púlpito, Daniel Medina, Presidente da ACL - Academia Cabo-Verdiana de Letras.
9. Abertura oficial do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, com Jorge Garcia, Vereador da Cultura da Câmara Municipal da Praia no púlpito.



10



11



12

10. Abertura oficial do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa. Francisco Carvalho, Presidente da Câmara Municipal da Praia, dirige a sua alocução à audiência.
11. Abertura oficial do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa. No púlpito, Ulisses Correia e Silva, Primeiro-Ministro do Governo de Cabo Verde, discursa perante o público presente.
12. Abertura oficial do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa. Plano geral da plateia.



13



14

13. Homenagem ao escritor cabo-verdiano David Hopffer Almada. Na mesa, da esquerda para a direita, Vitor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA, Francisco Carvalho, Presidente da Câmara Municipal da Praia, o escritor homenageado, David Hopffer Almada, e seu filho David Almada.

14. Homenagem ao escritor cabo-verdiano David Hopffer Almada. No palco David Hopffer Almada, o homenageado.



15



16

15. Apresentação do Prémio de Revelação Literária UCCLA-CMLisboa: Novos Talentos, Novas Obras em Língua Portuguesa, com Leonel Araújo Barbosa, vencedor do Prémio, em grande plano.
16. Apresentação do Prémio de Revelação Literária UCCLA-CMLisboa: Novos Talentos, Novas Obras em Língua Portuguesa. Na mesa, da esquerda para a direita, Rui Lourido, Coordenador Cultural da UCCLA, Vitor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA, e Leonel Araújo Barbosa, vencedor da 8.ª edição do Prémio de Revelação Literária UCCLA-CMLisboa: Novos Talentos, Novas Obras em Língua Portuguesa.





17. Mesa redonda alusiva ao centenário do nascimento de Amílcar Cabral. Da esquerda para a direita, Fátima Fernandes, Odair Varela, o moderador, Vlademiro Furtado, e José Pedro Castanheira.
18. Jantar oferecido pela UCCLA, no Restaurante Gamboa
19. Jantar oferecido pela UCCLA, no Restaurante Gamboa. Da esquerda para a direita, Francisco Carvalho, Presidente da Câmara Municipal da Praia e Vitor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA.



20



21

20. Intervenção do Comandante Pedro Pires, subordinada ao tema "Centenário e Legado de Amílcar Cabral". Na mesa, da esquerda para a direita, Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA, e Jorge Garcia, Vereador da Cultura da Câmara Municipal da Praia.

21. O Comandante Pedro Pires dirige-se à plateia, abordando o tema "Centenário e Legado de Amílcar Cabral."



22



23



24



25

22. Mesa redonda sobre "Literatura, Inclusão e Desenvolvimento Cultural". Na mesa, da esquerda para a direita, José Maria Semedo, Lúcia Cardoso, Amadú Dafé, Sheila Khan e Pedro Casteleiro.

23. Mesa redonda dedicada ao tema "Literatura, Inclusão e Desenvolvimento Cultural". No púlpito, Amadú Dafé.

24. Sheila Khan, durante a mesa redonda sobre "Literatura, Inclusão e Desenvolvimento Cultural".

25. Pedro Casteleiro, no decurso da mesa redonda "Literatura, Inclusão e Desenvolvimento Cultural".



26



27



28



29



30

26. Mesa redonda dedicada ao tema "Literatura, Democracia e Municipalismo". Na mesa, da esquerda para a direita, Jacques dos Santos, José Pires Laranjeira, Olinda Beja, José António dos Reis e Vera Duarte.

27. Mesa redonda sobre "Literatura, Democracia e Municipalismo". Em grande plano, Jacques dos Santos.

28. Mesa redonda "Literatura, Democracia e Municipalismo", com Olinda Beja fotografada em grande plano.

29. Mesa redonda, "Literatura, Democracia e Municipalismo". Em grande plano, José António dos Reis.

30. Mesa redonda, "Literatura, Democracia e Municipalismo". Fotografia de José Pires Laranjeira em grande plano.



31



32



33

31. Mesa redonda, "Literatura, Democracia e Municipalismo". No púlpito, Madalena Neves, na mesa, da esquerda para a direita, Jacques dos Santos, José Pires Laranjeira, Olinda Beja, José António dos Reis e Vera Duarte.
32. Banca de livros à entrada do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa.
33. Banca de livros à entrada do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa.





36

34. Encerramento do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa. No púlpito, Vitor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA. Na mesa, da esquerda para a direita, Clara Marques, Presidente da Assembleia Municipal da Praia, e Jorge Garcia, Vereador da Cultura da Câmara Municipal da Praia.
35. Encerramento do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa. No púlpito, Clara Marques, Presidente da Assembleia Municipal da Praia, na mesa, da esquerda para a direita, Vitor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA, e Jorge Garcia, Vereador da Cultura da Câmara Municipal da Praia.
36. Encerramento do XI Encontro de Escritores de Língua Portuguesa. Fotografia de grupo.



37



38



39



40



41



37. Visita à Fortaleza Real de São Filipe, Cidade Velha. Fotografia de grupo
38. Visita ao Museu do Campo de Concentração do Tarrafal. Fotografia de grupo.
39. Visita ao Museu do Campo de Concentração do Tarrafal. Fotografia de grupo.
40. Encontro do grupo presente no XI EELP com escritores do Tarrafal, no Mercado do Tarrafal. Fotografia de grupo.
41. Encontro do grupo presente no XI EELP com escritores do Tarrafal, no Mercado do Tarrafal. Fotografia de grupo.



42



43



44



45

42. Visita à Fortaleza Real de São Filipe, Cidade Velha. Fotografia de grupo.
43. Visita ao Centro Cultural, Cidade Velha. Fotografia de grupo.
44. Visita ao Centro Cultural, Cidade Velha. Fotografia de grupo.
45. Visita à Cidade Velha. Fotografia de grupo.



TEMA GERAL
**A LÍNGUA PORTUGUESA COMO
EXPRESSÃO DE LIBERDADE,
DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO
MUNICIPAL**

De 19 a 22 de outubro de 2023 - CIDADE DA PRAIA, CABO VERDE

PROGRAMA

Dia 19/10

- 9h Visita a escolas (Universidade de Cabo Verde – UNI-CV, Liceu Pedro Gomes e Liceu Regina Silva, em Achadinha)
- 14h30 **SESSÃO DE ABERTURA**
Biblioteca Nacional de Cabo Verde
Secretário-Geral da UCCLA – Vítor Ramalho
Presidente da EMEP – Vítor Coutinho
Vice-presidente da CML – Filipe Anacoreta Correia
Secretário executivo do IILP – João Neves
Presidente da ACL – Daniel Medina
Vereador da Cultura da CMP – Jorge Garcia
Presidente da CMP – Francisco Carvalho
Primeiro-Ministro do Governo de Cabo Verde – Ulisses Correia e Silva
- 15h50 Apresentação do Prémio de Revelação Literária UCCLA–CML: Novos Talentos, Novas Obras em Língua Portuguesa:
Secretário-Geral da UCCLA – Vítor Ramalho
Coordenador Cultural – Rui Lourido
Primeiro prémio atribuído *ex aequo* a:
• *Breviário de Medo e Malícia* – Leonel Araújo Barbosa (contos)
• *Sentido Litoral* – André Bazzoni Bueno (poesia)

16h30 MESA REDONDA ALUSIVA AO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE AMÍLCAR CABRAL (2024)

1º TEMA | ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE AMÍLCAR CABRAL E A DEFESA DA IDENTIDADE E DA CULTURA NACIONAL

Oradores: Fátima Fernandes, José Pedro Castanheira e Odair Barros-Varela

Moderação: Vlademiro Furtado

Dia 20/10 – Hotel Trópico

9h Intervenção do Comandante Pedro Pires
– *CENTENÁRIO E LEGADO DE AMÍLCAR CABRAL*

9h30 **2º TEMA | LITERATURA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL**

Oradores: Amadú Dafé, Domício Proença Filho (online), Felisberto Vieira, José Maria Semedo, Lúcia Cardoso, Pedro Casteleiro e Sheila Khan

Moderação: António Baptista

11h30 Pausa para café

11h45 Debate

12h30 Almoço

14h30 **3º TEMA | LITERATURA, DEMOCRACIA E MUNICIPALISMO**

Oradores: Filipe Anacoreta Correia, Jacques Arlindo dos Santos, José António dos Reis, José Pires Laranjeira, Olinda Beja e Vera Duarte

Moderação: Madalena Neves

16h30 Pausa para café

17h Debate

18h30 **SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

Hotel Trópico

Presidente da Assembleia Municipal da Praia – Clara Marques

Secretário-Geral da UCCLA – Vítor Ramalho

Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas – Abraão Vicente

Presidente da República de Cabo Verde – José Maria Neves

20h **NOITE CULTURAL DE MÚSICA E POESIA (SOCA)**

ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

Dia 21/10 – Tarrafal

- 9h30 Visita ao Campo da Morte Lenta, no Tarrafal
13h Almoço
15h Encontro de escritores com estudantes, escritores locais e agentes culturais

Dia 22/10 – Cidade Velha

- 8h Visita guiada ao histórico município
9h30 Receção pelo Presidente da Câmara Municipal da Praia (Paços do Concelho)
10h Encontro de escritores com estudantes, escritores locais e agentes culturais
13h Almoço

FEIRA DO LIVRO

Hall de Entrada do Hotel Trópico, de 19 a 21 de outubro, com a participação da Biblioteca Nacional, livraria Pedro Cardoso, livraria Nhô Eugénio, espaço Neves, Sankofa editora, Mangue editora e editora Amigos do Livro.





ESCRITORES

Referências Biobibliográficas

AMADÚ DAFÉ
ANDRÉ BAZZONI BUENO
DOMÍCIO PROENÇA FILHO
FELISBERTO VIEIRA
JACQUES ARLINDO DOS SANTOS
JOÃO NEVES
JOSÉ ANTÔNIO NEVES DOS REIS
JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA
JOSÉ PIRES LARANJEIRA
LEONEL BARBOSA
ODAIR BARROS-VARELA
OLINDA BEJA
PEDRO CASTELEIRO
SHEILA KHAN
VERA DUARTE



AMADÚ DAFÉ

[Guiné-Bissau]



Natural de Ingoré, norte da Guiné-Bissau. Membro da AEGUI – Associação de Escritores da Guiné-Bissau e do Centro PEN da Guiné-Bissau. Encontra-se atualmente a desempenhar funções como Técnico Superior na Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), entidade responsável pela gestão do Serviço Nacional de Saúde em Portugal. Licenciado e mestrando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; formado em Contabilidade pela Escola Nacional de Administração da Guiné-Bissau.

Editor/Organizador de *Florbela Espanca – Alma Sonhadora, Irmã Gémea de Fernando Pessoa*, Manufactura Editora, 2021 – Prémio Livro do Ano Bertrand 2021. Autor de *Ussu de Bissau*, Manufactura Editora – Obra finalista do Prémio Literário Fundação Eça de Queiroz e BCP 2021. Autor de *Jasmim*, Manufactura Editora, 2020, a ser traduzido para a língua alemã. Autor de *Magarias*, Esfera do Caos-Editores, 2017. Coautor de *Fora de Jogo*, KuSiMon Editora, coletânea de contos, em edição comemorativa dos 25 anos da Editora, 2019. Duas vezes vencedor do Prémio Literário José Carlos Schwarz, 2017 e 2015. Vencedor do Prémio Literário Internacional Conto Infantil – Matilde Rosa Ara.

ANDRÉ BAZZONI BUENO

[Brasil]



André Bazzoni Bueno, 44 anos, de nacionalidade brasileira. Após um percurso urbano e académico trilhado entre diversas sendas da linguagem (licenciatura em Letras Modernas, mestrado em Linguística, doutoramento e pós-doutoramento em Filosofia da Linguagem), vive atualmente em um pequeno vilarejo no litoral da Bahia, no Brasil, onde circula em torno do sol e entre a literatura, a praia, o rio, o mangue, a horta, as fases da lua, os ciclos da maré, os dendezeiros, a fermentação e o convívio diário com a Carolina, a Luna, a Hanna, a Kati, o Lolo e o Amélio.

Foi vencedor, *ex aequo*, da oitava edição do “Prémio Revelação Literária UCCLA-CMLisboa: Novos Talentos, Novas Obras em Língua Portuguesa, 2022/2023”, com a obra poética *Sentido Litoral* (Ed. Guerra e Paz, 2023).

DOMÍCIO PROENÇA FILHO

[Brasil]



Domício Proença Filho é professor, ficcionista, poeta, crítico literário e autor de textos teatrais e de roteiros para rádio e televisão; livre-docente e Doutor em Letras; professor Honoris Causa da Universidade Clermont Auvergne (França). Professor Titular e Emérito da Universidade Federal Fluminense, lecionou Literatura Brasileira e Língua Portuguesa em outros centros universitários, entre os quais, no Brasil, a UFRJ, a PUC-Rio e, na Alemanha, como professor titular convidado, na Universidade de Colónia e na Escola Técnica de Altos Estudos em Aachen. Participou como conferencista em seminários em cerca de dezasseis países, entre os quais, o I Encontro das Academias de Letras da CPLP, realizado na ONU, em 2018.

Foi diretor de texto e autor dos verbetes e monografias de Teoria Literária e de Literatura Brasileira da Enciclopédia Século XX (cinco volumes). É autor de 69 livros, entre eles, o romance *Capitu-memórias póstumas*, com edições em italiano e francês; *O Risco do jogo*, livro de poemas, com edição em espanhol. Entre os livros premiados, refere-se *Breves histórias de Vera Cruz das Almas*; *Muitas Línguas, uma língua – a trajetória do português brasileiro*; *Leitura do texto, leitura do mundo*.

É membro da Academia Brasileira de Letras, de que foi presidente (2016 e 2017), da Academia Brasileira de Filologia, da Academia das Ciências de Lisboa e do PEN Clube do Brasil.

FELISBERTO VIEIRA

[Cabo Verde]



Felisberto Alves Vieira nasceu em 1955, na cidade da Praia, ilha de Santiago. É casado e pai de 7 filhos.

Licenciado em Ciências Sociais, com especialização em sociologia da juventude e da família, frequentou um curso intensivo de Ciências Sociais e Administração em Dresden, Alemanha (ex-RDA) e um outro para Professores de Educação Especial em Portugal, junto dos tribunais de Menores e de Família, na área de Organização Tutelar dos Menores, Gestão de Conflitos e Mediação Sociofamiliar.

Ocupou a Presidência da Câmara Municipal da Praia, da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da Associação dos Municípios de Cabo Verde e da Associação dos Municípios de Santiago; foi Membro da Comissão Executiva da UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa). Foi membro ou membro fundador de diversas organizações ligadas às áreas da municipalidade e às questões da infância e da juventude, em que se especializou.

Técnico Principal do ICCA (Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente), foi coautor dos Projetos “Parlamento Infantil” e “Educação de Rua” e lecionou em várias instituições de ensino e formação.

Tem publicados dois livros, *Combate por Cabo Verde* e *Uma Vontade de Ser Cabo Verde*, ensaios de sociologia política.

Foi Primeiro Vice-Presidente do PAICV, da Comissão Política e do Conselho Nacional e deputado pelo círculo eleitoral da Praia em duas Legislaturas; Líder da Bancada Parlamentar do PAICV.-

Ocupou a pasta do Desenvolvimento Social e da Família no Governo da VIII Legislatura e eleito deputado nacional pelo círculo eleitoral de Santiago Sul na IX Legislatura.

Como deputado em várias legislaturas, foi membro ou presidente de diversas comissões especializadas do Parlamento de Cabo Verde e membro do Parlamento Pan-africano, tendo feito parte de missões de observação eleitoral na Guiné-Bissau. É ainda membro da Comissão Permanente de Saúde, Assuntos Sociais e Trabalho.

JACQUES ARLINDO DOS SANTOS

[Angola]



Jacques Arlindo dos Santos nasceu na aldeia de Dala-Usó, em Calulo, no Libolo, Província do Cuanza-Sul, em 1943. Foi um profissional de seguros, hoje reformado.

Mantendo desde muito jovem uma estreita ligação com a cultura, foi presidente da Associação Cultural e Recreativa Chá de Caxinde, do qual é membro fundador, de 1989 a 2016. Exerceu a função de diretor do mensário cultural *O Chá*. É escritor, cronista, contista e também livreiro e, ainda, membro da União dos Escritores Angolanos, da ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, uma organização não governamental, e da Associação Tchiveka de Documentação.

Disposto a fazer o registo das suas memórias da infância e da adolescência no Calulo, Jacques dos Santos editou, em 1993, o seu primeiro livro, *Casseca – Cenas da vida em Calulo*, pela editora Ler e Escrever. Em 1996, publicou, através da mesma editora, *Chove na Grande Kitanda*, que remete para a situação de um país em guerra, asfixiado pela corrupção e pela violência. Em 1999, pelas Edições CC – Chá de Caxinde, publicou *ABC do Bê Ó – História do Bairro Operário*. Em 2000, sob a mesma chancela editorial, publicou *Berta Ynari ou Pretérito Imperfeito da Vida*, livro galardoado com o Grande Prémio Sonangol de Literatura.

Tendo começado a escrever em fase amadurecida da vida, Jacques dos Santos é já uma referência nos meios literários.

JOÃO NEVES

[Portugal]



João Laurentino Neves, Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade do Porto, Portugal, é Diretor Executivo do IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa, uma Instituição da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Foi Vogal do Conselho Diretivo do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (2018-2022), em Portugal, e Diretor do IPOR – Instituto Português do Oriente, em Macau (2012-2018). Entre 2002 e 2012 foi Adido Cultural junto da Embaixada de Portugal na Cidade da Praia, Cabo Verde, e Diretor do Centro Cultural Português na mesma cidade. Foi ainda Coordenador da rede de Centros de Língua Portuguesa no Instituto Camões (2000-2002) e Leitor de Língua e Cultura Portuguesa na Universidade Pedagógica, em Moçambique (1995-2000).

Integrou a delegação de Portugal em reuniões de organizações multilaterais nas áreas da língua e da cultura, participou em diversas missões internacionais com a promoção e a internacionalização da língua portuguesa na sua agenda e interveio em Encontros, Seminários e Conferências sobre Promoção da Língua Portuguesa em diversos países, em particular nas conferências de Díli, Timor-Leste, e da Praia, sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

JOSÉ ANTÓNIO MENDES DOS REIS

[Cabo Verde]



José António Mendes dos Reis é licenciado em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Clássica de Lisboa.

Exerce atualmente funções de Presidente do Comité Nacional de Ética para a Pesquisa em Saúde, desde 2021, e Presidente Conselho Diretivo de Associação de Promoção da Saúde Mental – A Ponte, desde 2019.

Ao longo da sua carreira profissional, desde 1990, exerceu diversos cargos, entre os quais: Coordenador do Programa Regional de Redução de Riscos nos Usuários de Drogas Injetáveis; Secretário Executivo do Comité de Coordenação de Combate à SIDA (CCS/SIDA); Coordenador na Implementação do Plano Estratégico Nacional de Luta contra a SIDA em Cabo Verde; Programm Officer, Sénior, no Secretariado Executivo do CCS/SIDA – Ponto Focal para Sociedade Civil no Projeto de Luta contra a Sida; Responsável Nacional do Projeto Educação à Vida Familiar, financiado pela UNESCO; Psicólogo Clínico no Hospital Agostinho Neto; Coordenador Nacional da Equipa de Saúde Mental; Orientador do Grupo de Recuperação de Alcoólatras na Praia; Professor de Psicologia – Curso de Atendentes de Enfermagem; Professor de Psicologia – Curso de Enfermeiros.

Ocupou ainda cargos políticos: Ministro-adjunto do Primeiro-ministro (1996-1998); Ministro do Trabalho, Juventude e Promoção Social (1994-1996); Secretário de Estado da Juventude e Promoção Social (1993-1994).

Funções legislativas: Deputado à Assembleia Nacional (1991-1993) e (1998-2001).

JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA

[Portugal]

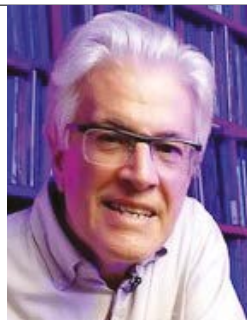


José Pedro Castanheira nasceu em Lisboa em 1952 e é jornalista profissional desde 1974. Foi jornalista e chefe de redação do diário “A Luta”, coordenou um gabinete de grande reportagem e investigação no semanário “O Jornal” e integrou, durante 28 anos, os quadros do semanário “Expresso”, de que foi repórter principal. Tem-se dedicado à grande reportagem e ao jornalismo de investigação, em particular sobre a história recente de Portugal e das ex-colónias. Ganhou alguns dos mais prestigiados galardões de jornalismo atribuídos em Portugal e foi presidente do Sindicato dos Jornalistas. Integra ainda o júri das Bolsas de Investigação Jornalística, atribuídas pela Fundação Calouste Gulbenkian.

É autor de uma dezena de livros, com realce inevitável para *Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?* (Relógio d’Água, 1995), de que foram publicadas três edições, traduzido em Itália e França. Outros títulos: *A Filha Rebelde* (em coautoria com Valdemar Cruz, texto que inspirou uma peça de teatro e uma série televisiva); *Os Dias Loucos do PREC* (com Adelino Gomes); *O que a Censura Cortou*; *Jorge Sampaio. Uma biografia*, em dois volumes; e *A Queda de Salazar. O princípio do fim da ditadura* (com António Caeiro e Natal Vaz). O seu mais recente livro, *Volta aos Açores em 15 Dias. Diário de bordo de uma viagem para não esquecer*, foi distinguido com o Grande Prémio de Literatura de Viagens Maria Ondina Braga, atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores.

JOSÉ PIRES LARANJEIRA

[Portugal]



José Pires Laranjeira é professor e investigador da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/ Centro de Literatura Portuguesa (CLP-FCT), na área de Literaturas e Culturas Africanas, desde 1980-1981. Dirigiu uma pós-graduação em Literaturas Africanas e da Diáspora e é docente de cursos de mestrado e doutoramento. Faz crítica literária desde 1972 e tem colaboração variada, desde 1965, em jornais e revistas locais, regionais, nacionais e internacionais de vários países. Tem textos traduzidos para espanhol, catalão, francês, inglês, alemão, holandês, hindi, coreano e mandarim. Proferiu conferências e tem publicações em quatro continentes, com especial incidência em vários Estados do Brasil. Coordenou coleções de livros e revistas e mantém diversificada atividade cultural (jornais, rádio, vídeo, desenho, poesia). Foi militar em Angola e viveu no Brasil.

Alguns livros publicados: *Antologia da poesia pré-angolana* (1976); *As portas do corpo* (1980); *Literaturas africanas de expressão portuguesa* (1995); *A negritude africana de língua portuguesa* (1995); *Ensaio afro-literários* (2001); *Máximas mínimas e outros textos. Um caminho para alguns* (2003); *O vento que passa* (2013).

Foi homenageado, em 2022, pelas Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra e da Universidade do Porto, de que resultou o livro *Em busca de todas as Áfricas do mundo*, organizado por Francisco Topa e Doris Wieser, contendo testemunhos, ensaios, textos biográficos, bibliografias, além de algumas fotografias e desenhos.

LEONEL BARBOSA

[Portugal]



Nasceu na cidade de Braga, em 1986. A sua família vive, desde há gerações, na aldeia minhota de Cabreiros, cujos pinhais e eiras, com a sua penumbra e vigor primevos, alimentam uma importante faceta do imaginário do autor. É médico, tendo estudado na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Mudou-se para Lisboa em 2011, dando início à sua atividade profissional. Exerce atualmente a especialidade de Otorrinolaringologia, em Lisboa.

Para além do trabalho na área da Saúde, foi editor e revisor de texto em dois projetos levados a cabo pelo atelier Architectural Affairs, (cuja fundadora será responsável pela participação portuguesa de 2023 na Bienal de Arquitetura de Veneza): “*Sebentas de Projeto: Eduardo Souto de Moura*” e “*40 dias/40 Days*”, trabalhos de grande fôlego em que aprofundou o domínio da linguagem e aprimorou a clareza discursiva.

ODAIR BARROS-VARELA

[Cabo Verde]



Odair Barros-Varela é Professor Auxiliar da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), onde desempenhou funções de Presidente da CE da Escola de Negócios e Governação (ENG). É Professor Convidado na Universidade Federal do Pará (Brasil) e em outras Universidades estrangeiras. Investigador associado em Centros de Pesquisa nacionais e internacionais e Presidente do Centro de Produção e Promoção de Conhecimentos (CeProK), com sede em Cabo Verde. É Licenciado em Relações Internacionais, Mestre e Doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais (CES) e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), com um Pós-doutoramento em Ciência Política na Faculdade de Direito e Ciência Política da Université du Québec à Montreal (UQAM-Canadá).

Em 2013 foi-lhe atribuído o Prémio Fernão Mendes Pinto pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), em parceria com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), pela Tese de Doutoramento defendida na Universidade de Coimbra em 2012, tese que recebeu também uma Menção Honrosa no Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Portuguesa.

Entre as várias publicações a nível nacional e internacional destacam-se:

- *A Imigração da Guiné-Bissau em Cabo Verde*. Praia: AAI (2022, coorganização e coautoria)
- *Olhares cruzados: Leituras comparativas da integração regional em África e na América Latina*. Florianópolis: Editora Insular (2021, coorganização e coautoria);
- *Crítica da Razão Estatal. O Estado Moderno em África nas Relações Internacionais e Ciência Política. O caso de Cabo Verde*. Praia: Pedro Cardoso (2018);
- *Mestiçagem Jurídica? O Estado e a Participação Local na Justiça em Cabo Verde. Uma Análise Pós-Colonial*. Lisboa: Camões ICL-IP (2017);
- *As Relações Externas de Cabo Verde. (Re)leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS (2014, coorganização e coautoria).

OLINDA BEJA

[São Tomé e Príncipe]



Escritora, poetisa, narradora, nasceu em Guadalupe, São Tomé e Príncipe, em 1946. Ainda criança deixou as ilhas e foi viver em Portugal, em Viseu, onde reside atualmente.

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês) pela Universidade do Porto, possui Formação Superior em várias áreas.

Docente do Ensino Secundário em Portugal, lecionou Língua e Cultura Portuguesas e Lusófonas na Suíça, de 2005 a 2014.

Olinda Beja tem uma vasta obra publicada – poesia, romances, contos – grande parte da qual dedicada à difusão da cultura e da vida em São Tomé e Príncipe. As suas obras têm sido estudadas em universidades no Brasil, Inglaterra, Alemanha, França, África do Sul, Suíça e Luxemburgo. Tem contos e poemas traduzidos para várias línguas.

Em 2013, venceu o Prémio Literário Francisco José Tenreiro com o livro de poesia *A Sombra do Océano*, incluída no Plano Nacional de Leitura (PNL – Ler+) por um período de 10 anos. Em 2015, o seu livro *Um Grão de Café* foi recomendado para o PNL – Ler+.

Publicações mais recentes: *Tomé Bombom* – Conto, 2016; *Todos Somos Vento, Rio, Flor...* conto infanto-juvenil, 2017; *Chá do Príncipe* – Contos, 2017, e *Simão Balalão* – Conto infanto-juvenil, 2019; *Kilêlê – A Dança Sagrada do Falcão*, 2021; *Pé de Perfume – Ylang-Ylang*, 2022 e *Chão de Canela*, 2022.

Em 2022 foi nomeada Embaixadora Cultural de São Tomé e Príncipe pelo governo do seu País.

Publicações mais recentes: *Todos Somos Vento, Rio, Flor...* conto infanto-juvenil, 2017; *Chá do Príncipe* – Contos, 2018; *Simão Balalão* – Conto infanto-juvenil, 2019; *Bom Dia Mamã Flor* – Conto infanto-juvenil, 2020; *Kilêlê, A Dança Sagrada do Falcão* – Poemas, 2021; *Chão de Canela* – Contos, 2022.

PEDRO CASTELEIRO

[Galiza]



Pedro Casteleiro nasceu em Ferrol (Galiza) em 1968. Licenciado em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela, dedicou-se à publicação de livros e artigos e à direção de revistas (*Folhas de Cibrão, Poseidónia...*), e de vários programas radiofónicos, tendo a humanística sempre como temática comum, visando a difusão da melhor música e poesia lusófona: *Em Lisboa são as Sete, Noite em Macau...* Em Santiago de Compostela publica os seus primeiros textos poéticos na revista universitária “*Ólisbos*” e, com o editor Paco Souto, em várias antologias coletivas.

Nos anos 90, já na Corunha, faz parte do grupo poético “Hedral”, sob cuja sombra e luz organiza inúmeros recitais poéticos – próprios e alheios; com este coletivo lança a antologia *7 Poetas / Corunha 1995*. Ainda em 1995, publica o poemário *O círculo escarlata (Os Cadernos de Azertyuiop)* e, em 2017, o livro de poemas *O teu corpo a oriente e ocidente* (Através Editora).

Ganha por duas vezes o prémio nacional galego de poesia da Associação Cultural “O Facho”, da Corunha, e é finalista, com o livro *Sefer Sefarad*, do Prémio Literário “Glória de Sant’Anna” de 2016.

Foi colaborador da revista eletrónica – pioneira nesta área na Galiza – Copyright, da web “Palavra Comum”, do jornal “A Nossa Terra” e do blog literário *O Levantador de Minas*, e do Observatório Galego da Lusofonia. É autor de várias publicações e cursos sobre análise social e jurídica, políticas públicas e gestão da qualidade, crítica e investigação literária, e conferencista frequente em foros de interesse como o Congresso Internacional Soror Mariana Alcoforado, na cidade de Beja, em novembro de 2019, em várias edições da *Festa da Literatura de Chaves* (FLIC); etc.

É membro numerário da Academia Galega da Língua Portuguesa. Reside na Corunha, onde escreve e exerce a advocacia.

SHEILA KHAN

[Moçambique]



Sheila Khan é socióloga, investigadora do Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, professora auxiliar convidada da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e ainda comentadora do painel do programa “Debate Africano” na RDP África. Em 2004, concluiu o doutoramento em estudos étnicos e culturais na Universidade de Warwick e, em 2011, um pós-doutoramento em estudos pós-coloniais (Portugal e Moçambique), na mesma Universidade. É investigadora em várias universidades portuguesas e, mais recentemente, investigadora convidada no Departamento de Antropologia Social da Norwegian University of Science and Technology (NTNU).

As suas mais recentes publicações: *Portugal a Lápis de Cor. A Sul de uma Pós-Colonialidade* (Almedina, 2015); *Visitas a João Paulo Borges Coelho; Leituras, Diálogos e Futuros* (com Nazir Can, Sandra Sousa, Leonor Simas-Almeida e Isabel Ferreira Gould, Colibri, 2017); *O Mundo na Europa: Crises e Identidade* (com Rita Ribeiro e Vítor Sousa, Húmus, 2020); *Racism and Racial Surveillance. Modernity Matters* (com Nazir Can e Helena Machado, Routledge, 2021); ‘Reparações Históricas: Desestabilizando Construções do Passado Colonial’, *Revista Comunicação e Sociedade*, vol.41 (com Vítor Sousa e Pedro Schacht Pereira); em 2023, *Djaimilia Pereira de Almeida: Tecelã de Mundos Passados e Presentes* (com Sandra Sousa, no prelo, 2023), e no formato e-book.

VERA DUARTE

[Cabo Verde]



Vera Valentina Benrós de Melo Duarte Lobo de Pina nasceu no Mindelo, São Vicente, Cabo Verde. É Juíza Desembargadora, poeta e ficcionista. Membro das Academias Cabo-Verdiana de Letras, de Ciências de Lisboa, Gloriense de Letras e dos Municípios Cearenses, ALMECE. Integra a World Poetry Movement, a Unión Hispanomundial de Escritores e a União de Escritores de Língua Portuguesa.

É investigadora correspondente do Centro de Humanidades/CHAM da Universidade Nova de Lisboa e do Institute for African Women in Law.

Foi Ministra de Educação e Ensino Superior, Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania, Conselheira do Presidente da República e Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça. Integrou organizações como Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Associação Cabo Verdiana de Mulheres Juristas e Federação Internacional de Mulheres de Carreira Jurídica, entre outros.

Condecorações recebidas: medalha da Ordem do Vulcão (35º aniversário da Independência de Cabo Verde, 2010); medalha de Mérito Cultural (Governo de Cabo Verde no 30º aniversário da Independência, 2005); prémio Norte-Sul dos Direitos Humanos do Conselho de Europa (1995); prémio Tchicaya U Tam'si de Poésie Africaine, prémio Sonangol de Literatura, prémio FEMINA 2020, prémio Literário Guerra Junqueiro (2021), Lusofonias, prémio José Aparecido de Oliveira de Honra e Glória ao Mérito, nos 25 anos da CPLP (2021).

Tem dezoito títulos publicados e mais de uma centena de artigos, em poesia e prosa, em jornais, revistas, antologias e outras obras coletivas, nacionais e internacionais.

ORGANIZAÇÃO



PATROCINADOR OFICIAL



APOIO INSTITUCIONAL



MEDIA PARTNER











Patrocinador Oficial



Apoio Institucional

